

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

THAÍS DE ALMEIDA RODRIGUES

**EUSÉBIA, CONSTANTINA E SUAS AÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS NA CORTE
DE JULIANO CÉSAR E DO IMPERADOR CONSTÂNCIO II (SÉCULO IV EC)**

FRANCA

2024

THAÍS DE ALMEIDA RODRIGUES

**EUSÉBIA, CONSTANTINA E SUAS AÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS NA CORTE
DE JULIANO CÉSAR E DO IMPERADOR CONSTÂNCIO II (SÉCULO IV EC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Margarida Maria de Carvalho (Departamento de História e Pós-graduação em História da Unesp/Franca).

FRANCA

2024

THAÍS DE ALMEIDA RODRIGUES

**EUSÉBIA, CONSTANTINA E SUAS AÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS NA CORTE
DE JULIANO CÉSAR E DO IMPERADOR CONSTÂNCIO II (SÉCULO IV EC)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca-SP, para obtenção do título de Mestre(a) em História.

Área de Concentração: Política: ações e representações

Data da defesa: 17/12/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Margarida Maria de Carvalho

UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Prof. Dr. Renan Frighetto

UFPR – Universidade Federal do Paraná - Curitiba

Prof. Dr. Janira Feliciano Pohmann

UFPR – Universidade Federal do Paraná - Curitiba

R696e

Rodrigues, Thaís de Almeida

Eusébia, Constantina e suas ações político-cultuais na corte do César Juliano e do Imperador Constancio II (Século IV EC) / Thaís de Almeida Rodrigues. -- Franca, 2024

150 p. : fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientador: Margarida Maria de Carvalho

1. História Antiga. 2. Antiguidade Tardia. 3. Mulheres imperiais. 4. Dinastia Constantiniana. 5. Ações político-culturais. I. Título.

Impacto potencial desta pesquisa

Esta pesquisa é um convite a repensar o papel feminino na construção do poder imperial romano e a reconhecer as múltiplas formas de liderança e autoridade exercidas por essas imperatrizes, detalhando como, através de suas iniciativas, Eusébia e Constantina contribuíram para a manutenção da ordem imperial e interferiram em questões políticas.

Potential impact of this research

This research is an invitation to rethink the female role in the construction of Roman imperial power and to recognize the multiple forms of leadership and authority exercised by these empresses, detailing how, through their initiatives, Eusebia and Constantina contributed to the maintenance of imperial order and interfered in political matters.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram essenciais para que esta trajetória de pesquisa e escrita se tornasse realidade. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Edna Esleida de Almeida e Luciano dos Santos Rodrigues, pelo apoio incondicional e pelo incentivo constante para que eu sempre buscasse o meu melhor nos estudos. Muito do que sou hoje devo aos pequenos gestos que alimentaram minha paixão pela leitura: os livrinhos de contos de fadas, os gibis da Turma da Mônica e até mesmo aqueles livros "proibidos" que vocês deixavam passar com um sorriso discreto. A História é feita de leituras, e sem esse incentivo, talvez eu nunca tivesse encontrado meu caminho.

Agradeço também aos meus avós, Iraci Simões de Almeida e Vitor Domingues de Almeida, por sua presença e carinho ao longo da minha vida. Um agradecimento especial às minhas tias maternas, em especial à tia Deidis Fátima de Almeida, ao meu primo Gabriel Henrique de Almeida e à minha irmã Luiza de Almeida Rodrigues, que sempre torceram por mim e me apoiaram incondicionalmente.

Agradeço igualmente aos historiadores que integraram minha banca de mestrado: Prof. Dr. Renan Frighetto, Prof. Dr. Júlio Cesar Magalhães de Oliveira, Prof. Dr. Deivid Valério Gaia e Profa. Dra. Janira Feliciano Pohlmann. Suas sugestões foram fundamentais para a concretização deste livro, e seus conselhos permanecerão como guias preciosos ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Preciso mencionar a minha orientadora de Mestrado, a Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, que me mostrou, de forma prática e inquestionável, todas as sutilezas e peculiaridades que tornam o universo acadêmico tão único. Sua orientação foi, sem dúvida, uma lição em muitos sentidos.

Sou profundamente grata à Ana Carolina Picoli Sotocorno, cuja generosidade e competência como pesquisadora foram verdadeiras bússolas para mim no universo acadêmico. Os seus conselhos e, sobretudo, a sua amizade fizeram toda a diferença nessa jornada tão desafiadora. Espero que o futuro nos reserve ainda mais projetos e conquistas juntas.

A cada um de vocês, que de alguma forma deixou sua marca nesta caminhada, dedico a minha mais sincera gratidão. Sem vocês, este livro não seria possível.

Muito obrigada!

RESUMO

A imperatriz Eusébia (? – 360) e Constantina (325 – 354), respectivamente, a segunda esposa e a irmã do imperador Constâncio II (317 – 361), tiveram suas ações político-culturais registrada em algumas documentações textuais da Antiguidade Tardia. Dentre essas documentações, destacamos o *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia* e *Carta ao Senado e ao povo de Atenas*, de Juliano (331 – 363), as *Res Gestae*, de Amiano Marcelino (325 – 391), e a *História Eclesiástica*, de Filostórgio (368 – 439). Tais obras relatam algumas interferências de Eusébia e Constantina em assuntos imperiais de cunho político cultural. Dentre elas, temos conhecimento do apoio de Eusébia à nomeação de Juliano como César e o papel de Constantina no convencimento do usurpador Vetrânio (? – 356) a se autodeclarar César e combater o usurpador Magnêncio (303 – 353). A partir da leitura dessas obras, visamos explorar nessa dissertação a atuação dessas duas mulheres na corte imperial de Constâncio II e do César Juliano como mantenedoras da ordem imperial, mesmo que não ocupassem cargos político-administrativos definidos. Dessa forma, demonstraremos as interferências delas tanto nos assuntos externos quanto internos do Império Romano, tais como problemas relacionados às fronteiras, usurpações e questões político-religiosas.

Palavras chave: Antiguidade Tardia; Imperatriz Eusébia; Constantina; Juliano; Amiano Marcelino; Filostórgio.

ABSTRACT

Empress Eusebia (?–360) and Constantina (325–354), respectively, the second wife and sister of Emperor Constantius II (317–361), had their political and cultural actions recorded in some works from Late Antiquity. Among these documents, we chose the *Panegyric in honor of Empress Eusebia* and *Letter to the Senate and People of Athens*, by Julian (331–363), the *Res Gestae* by Ammianus Marcellinus (325–391), and the *Ecclesiastical History*, by Philostorgius (368–439). These works report some of Eusebia's and Constantina's interference in imperial matters of a political and cultural nature. Among them, we know of Eusebia's support for the appointment of Julian as Caesar and Constantina's role in convincing the usurper Vetranius (? – 356) to declare himself Caesar and fight the usurper Magnentius (303 – 353). Based on the reading of these works, we aim to explore in this dissertation the role of these two women in the imperial court of Constantius II and Julian Caesar as maintainers of the imperial order, even though they did not hold defined political-administrative positions. In this way, we will demonstrate their interference in both the external and internal affairs of the Roman Empire, such as problems related to borders, usurpations and political-religious issues.

Keywords: Late Antiquity; Empress Eusebia; Constantina; Julian; Ammianus Marcellinus; Philostorgius.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Divisão do Império Romano sob os filhos de Constantino.....	59
Mapa 2 – Macedônia na Antiguidade Tardia.....	95
Figura 1 - Grupo de pórfiro de tetrarcas em armadura.....	60
Figura 2 - Moeda de Magnêncio com cristograma no anverso.....	77
Figura 3 - Gravura de Constantina publicada em 1553.....	78
Figura 4 - Planta do complexo de Santa Agnes por Giovanni Battista Piranesi de 1756.....	79
Figura 5 – Visão externa do Mausoléu de Constantina.....	79
Figura 6 - Mosaico com representações de videiras e Constantina (supostamente) no centro.....	80
Figura 7 - Mosaico das chaves de São Pedro localizado no mausoléu de Constantina.....	81
Figura 8 – Moeda do usurpador Vetrânio com verso anverso.....	85
Figura 9 - Moeda representado Nepociano ligado à dinastia Constantiniana.....	87
Figura 10 – Sarcófago de Constantina em Porfírio.....	92
Figura 11 – Gravura de Eusébia publicada em 1553.....	109

Abreviações

Jul. Or. I – Panegírico ao Imperador Constâncio

Jul. Or II – Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia

Jul Or III – Sobre as ações do Imperador Constâncio ou sobre a realeza

Jul. ad Ath. – Carta ao Senado e ao povo de Atenas

Amm. Marc – Amiano Marcelino

Philost. - Filostórgio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – Tratamento documental e historiográfico das obras de Amiano Marcelino, Filostórgio e Juliano.....	19
1.1 Amiano Marcelino e suas <i>Res Gestae</i>	20
1.2 As <i>Res Gestae</i>	24
1.3 Filostórgio.....	30
1.4 A História Eclesiástica.....	35
1.5 Juliano.....	41
1.6 O <i>Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia</i>	44
1.7 A Carta ao senado e ao Povo de Atenas.....	55
1.8 Observações finais.....	53
CAPÍTULO 2 –A Antiguidade Tardia: da Tetrarquia ao governo de Constâncio II (293-360 EC)	57
2.1 Antiguidade Tardia: uma discussão conceitual.....	57
2.2 Contextualização histórica da Tetrarquia ao governo de Constâncio II.....	62
CAPÍTULO 3 – Mulheres de ação: as participações de Constantina e de Eusébia nas questões Imperiais (350 a 361).....	78
3.1. As Usurpações de 350 e a participação de Constantina.....	80
3.2 As polêmicas de Constantina e do César Galo na Antioquia.....	91
3.3 A imperatriz Eusébia e sua origem.....	97
3.4 A atuação da imperatriz Eusébia em seu curto período político.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
ANEXO - Árvore Genealógica da Família de Constantino com destaque para as mulheres.....	131
APÊNDICE - Catálogo do <i>corpus</i> documental.....	132

Introdução

As ações de mulheres em proximidade ao poder, como rainhas ou imperatrizes, sempre terão repercussões político-culturais, pois o impacto das suas decisões vai além do individual ou local, acaba por transbordar para um nível territorial. No caso das imperatrizes romanas, esse espaço era o Império, vasto em tamanho e em diversidades culturais. A imperatriz Eusébia (? – 360¹) e sua contemporânea, Constantina (325 – 354) fazem parte da Dinastia Constantiniana, mais especificamente, viveram no recorte temporal do governo do imperador Constâncio II (337-361). Algumas de suas ações tiveram impacto suficiente para ficarem registradas em uma quantidade considerável de escritos de autores de sua época, assim como obras de séculos que se sucederam. Dentre essas obras, selecionamos para a pesquisa que se segue o *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia* e *Carta ao Senado e ao povo de Atenas*, de Juliano (355-363), as *Res Gestae* (livros XIV-XXI), de Amiano Marcelino (325 – 391), e a *História Eclesiástica*, de Filostórgio (368 – 439).

Muitos são os exemplos de estudos sobre mulheres poderosas de diversas épocas, da Antiguidade até a Contemporaneidade, como Cleópatra VII, as Agripinas ou Elisabete I da Inglaterra. A abundância ou a carestia, ou até mesmo a inexistência de estudos sobre mulheres específicas dependem da disponibilidade de documentações, dentre cultura escrita e material, da personagem feminina em questão. Registros sobre mulheres na Antiguidade não são tão abundantes quanto os dos períodos que se aproximam da atualidade. Devemos considerar que uma das causas dessa escassez de evidências seja simplesmente a passagem do tempo, a degradação natural do que é antigo. No entanto, devemos também ter em mente o predomínio masculino na cultura das suas épocas fazendo com que os autores das documentações raramente achassem relevante registrar mulheres em suas obras, ou o difícil acesso das mulheres à educação letrada que limitava a possibilidade de elas deixarem registros escritos de seu próprio punho.

Além disso, a preservação de obras produzidas por mulheres não foi vista como prioridade pelas sociedades posteriores. Devemos considerar que registros sobre mulheres da aristocracia, ainda, são infinitamente mais comuns do que daquelas mulheres de camadas menos favorecidas das sociedades, como camponesas ou escravas. Apesar disso, mesmo as primeiras,

¹ Todas as datas desta dissertação se referem à Era Comum, menos quando sinalizado como anterior a esse período.

muitas vezes, nem têm nome conhecido, são “a mãe”, a “esposa”, a “filha”, enfim, sempre ligadas a uma figura masculina.

Conforme nossa pesquisa, advinda de uma família proeminente da Macedônia, Eusébia tornou-se imperatriz ao casar-se com o Imperador Constâncio II em torno do ano de 352 ou 353, sendo sua segunda esposa. Não se tem registro de sua vida anterior a essa época e a maior parte da documentação textual menciona em mais detalhes seus atos do ano de 354 a 360, sendo este último o ano de sua morte. A memória dessa imperatriz se deve, em grande medida, às suas benfeitorias a Juliano, antes de sua ascensão como imperador, em razão da riqueza de registros sobre esse personagem histórico, inclusive o panegírico que ele mesmo dedicou a ela.

Tanto no panegírico quanto nas *Res Gestae*, podemos observar a influência da Imperatriz sobre as decisões imperiais, assim como seu incentivo à clemência do imperador e o benefício que ela concedia àqueles que eram próximos a ela, como seus irmãos Eusébio e Hipácio (Amm. XXI. 6,4) Já na *História Eclesiástica* de Filostórgio, além de aparecer como a esposa de Constâncio II e a benfeitora de Juliano, a Imperatriz aparece como uma das partes envolvidas em uma querela com um bispo que se teria iniciado quando o referido havia quebrado o protocolo imperial e se ausentado em uma espécie de cerimônia de boas-vindas à nova Imperatriz (Philost. VII, 6a). Filostórgio também contou que, afetada pela sua infertilidade, ela convenceu o marido a chamar do exílio o bispo ariano Teófilo, sob o intuito deste tratá-la com o seu toque curativo (Philost. IV, 7). (Transplantar para Considerações finais)

No que se refere a Constantina, ela também é chamada de Constância em algumas documentações e por autores contemporâneos que estudam historiografia tardo antiga. Filostórgio, por exemplo, nomeia-a de ambas as formas. Escolhemos chamá-la de Constantina por dois motivos: esse é o nome mais frequente nas documentações antigas e nas referências bibliográficas às quais tivemos acesso; e, acima de tudo, foi o nome que ela assinou na dedicatória que estava fixada na Igreja que ela dedicou a Santa Agnes. Para mais, desejamos evitar quaisquer confusões com Constância, meia-irmã de Constantino I, ou com a sua homônima, filha de Constâncio II e fruto do terceiro casamento dele com Faustina. Determinados autores, como Sozomeno (375 – 447) e Libânio (314 – 394), equivocam-na com Helena, sua irmã e esposa de Juliano.

Constantina era neta, filha e irmã de imperadores. Seu avô foi Constâncio I (305-306), seu pai era Constantino e seus irmãos eram Constantino II (337-340), Constante (337-350) e Constâncio II. Além disso, era neta de Helena Augusta, uma mulher emblemática que gozou de muito poder durante o governo de seu filho Constantino e ficou famosa por suas benfeitorias destinadas ao cristianismo como a construção de edifícios, peregrinações à terra santa e a

suposta descoberta da verdadeira cruz de Cristo. Portanto, Constantina tinha uma posição de destaque na família. Além de seguir os passos da avó em relações ao cristianismo, Constantina ficou marcada por suas interferências nas questões das usurpações de 350 e por sua postura polêmica junto de seu segundo marido, o César Galo, na cidade de Antioquia.

Considerando o exposto, nessa pesquisa, buscamos estudar as ações da imperatriz Eusébia e de Constantina a fim de averiguar as ações políticas, militares, culturais e religiosas que elas exerceram na corte do César Juliano (355 a 360) e do imperador Constâncio II (337-361). Somado a isso, investigamos se a proximidade delas com fenômenos de usurpação de tal arco temporal era estratégica e, sobretudo, em que medida Eusébia e Constantina agiram por conta própria enquanto agentes políticas. Com isso, partimos da Hipótese de as mulheres imperiais da Dinastia Constantiniana, durante o governo de Constâncio II, serem agentes da manutenção da Ordem Imperial.

Nesse intuito, esclarecemos que, quanto ao conceito de agência, recorreremos à definição de Ville Vuolanto, que entende o termo como a capacidade que um indivíduo ou grupo tem de agir com propósito e que tal ação repercute nas redes de sociabilidade e nas estruturas de poder da sociedade em que se insere. O autor também esclarece que “a agência individual não significa necessariamente ação autônoma (por exemplo, seria completamente impossível e infrutífero tentar medir o nível de autonomia de qualquer ação versus restrições estruturais)” (Vuolanto, 2019, p. 42). Nesse sentido, o fato de uma mulher atuar em prol de sua família ou grupo social não diminuiria sua agência (Vuolanto, 2019, p. 42).

É fato que a legislação romana negava *potestas*² às mulheres e isso lhes impunha várias desvantagens. No período imperial romano, com a imposição da *tutela mulieris*, era obrigatório que elas ficassem sob a tutela masculina. No entanto, essa ideia nem sempre foi seguida à risca, e, gradualmente, abarcou cada vez menos mulheres. De acordo com Vuolanto, “no início do século III, a *tutela mulieris* claramente já não tinha qualquer significado real.” Isso significa

² Potestas refere-se ao poder legal ou formal, conferido por um cargo ou função oficial dentro das estruturas políticas e sociais de Roma. Esse poder era inerente ao cargo ocupado, como os de cônsul, pretor ou magistrado, sendo definido e limitado pelas normas jurídicas e políticas vigentes. Auctoritas, por outro lado, diz respeito à autoridade moral ou ao prestígio reconhecido pelos outros, baseado na sabedoria, experiência ou posição social. Diferentemente de potestas, não era um poder formal, mas sim uma forma de influência fundamentada no respeito e na legitimidade percebidos. Esses dois conceitos estavam interligados: a auctoritas frequentemente legitimava o exercício da potestas. Durante o período imperial, o imperador representava a fusão exemplar desses princípios. Ele possuía a potestas (poder formal) como chefe de Estado e comandante militar, mas também cultivava a auctoritas, consolidando sua posição e ampliando sua influência moral sobre o Senado e o povo romano. (Domingo, 1997; Casinos Mora, 1999)

que, na prática, tanto o sistema de gênero romano quanto seu sistema jurídico não eram monolíticos e não conseguiram ser “totalmente consistente em manter as mulheres sempre sob tutela ou em negar-lhes posições de autoridade”, principalmente as mulheres aristocráticas. (Vuolanto, 2019, p. 44-46) Assim, tendo sido excluídas as mulheres romanas do exercício de cargos públicos, sua *auctoritas* derivava de sua posição, riqueza, reputação e redes de sociabilidade (Hemelrijik, 2004, 222-225).

Para realizar o estudo proposto, lançamos mão de mais alguns recursos teóricos, os quais vamos expor brevemente. Quando se planeja um estudo histórico sobre as mulheres, uma das questões que vêm à mente é qual abordagem escolher. As duas correntes mais comuns a serem apontadas são a História das Mulheres e a História de Gênero. A História das Mulheres surgiu na década de 1960 quando acadêmicas feministas iniciaram um movimento para reivindicar o lugar das mulheres na história, buscar suas heroínas, as atuações femininas e expor a opressão sofrida pelas mulheres. Conforme Joan Scott, nesse primeiro momento, a História das Mulheres estava intimamente conectada com a História Política, todavia, no final da década seguinte, essa conexão cessou, ampliando seus horizontes com novos questionamentos acerca da vida das mulheres. Com o aumento desses questionamentos e dissidências internas, nos anos 1980, originou-se a História de Gênero, que rompeu definitivamente com a política (Scott, 1992, p.64-65).

Conforme Scott, “o termo ‘gênero’ sugere que as relações entre os sexos são um aspecto prioritário da organização social (em vez de derivarem de pressões econômicas ou demográficas)”, e que “os termos da identidade feminina e masculina são, em grande medida, determinados culturalmente”, além disso, também estabelece que “as diferenças entre os sexos constituem estruturas sociais hierárquicas que ao mesmo tempo são constituídas por eles” (Scott, 2008, p.45-46). Se considerarmos todo o desenvolvimento que essas abordagens ganharam ao longo dos anos com novos estudos e interdisciplinaridade, ambas são aplicáveis nos estudos da atualidade sobre mulheres. No entanto, não é a relação entre feminino e masculino, tão vital no gênero, o que pretendemos estudar e sim as ações das mulheres imperiais. Acrescentamos que, assim como Anne McClanan, consideramos que “O atributo mais distintivo das imperatrizes aos olhos do público era o fato de sua identidade imperial, e não feminina” (McClanan, 2002, p.2). Sendo assim, percebemos que as relações de poder são mais complexas e o feminino e o masculino, como conceitos socialmente criados, não são imutáveis e têm significados diferentes em diferentes épocas, para diferentes povos.

Nesse intuito, faremos uso do conceito de História Política, contido na coletânea *Por uma História Política* (2003), organizada por René Rémond. Rémond é considerado um dos

grandes responsáveis pela reabilitação de tal vertente histórica que, até então, havia sido negligenciada em função do advento da Escola do Annales. Essa escola julgava a História Política como factual e restritiva por estudar uma pequena parcela da sociedade, isto é, os grandes nomes que permearam a história humana, em detrimento do todo. A Nova História Política proposta por Rémond almejou integrar todos os âmbitos da sociedade, indo além das elites, e contemplar mais do que o evento histórico em si ao abranger uma variedade de temporalidades entre a curta e a longa duração (Rèmond, 2003).

Dessa forma a História Política, que não mais abarca apenas os homens importantes, mas as pessoas no geral, independente dos rótulos de sexo e gênero, irá nos dar suporte para entender a complexidade do poder das mulheres imperiais constantinianas, Constantina e Eusébia, e suas ações através das documentações tardo antigas. Quanto à definição que utilizaremos para poder, seguiremos o exemplo de Carina Marie Nilson, que, com o mesmo intuito de evitar o binarismo, combinou o significado de poder de 3 autores (Nilson, 2011, p.14-15). A primeira definição é a popularizada por Max Weber como “a probabilidade de que um ator dentro de uma relação social esteja em posição de realizar sua própria vontade apesar da resistência” (Weber, 1978, p.53). Em adição ao sentido estabelecido por Scott que é o “controle diferencial ou acesso a recursos materiais e simbólicos” (Scott, 1986). Por fim, Nilson acrescenta as ideias de Jeanne Boydston, que entende que existem exercícios de poder que prejudicam outros indivíduos, mas também existem aqueles que não o fazem (2008, p.563-564).

De mais a mais, optamos em seguir nossa pesquisa sob uma História Político-cultural, pois entendemos que o termo “cultural” abarca as diversidades presentes na Antiguidade Tardia, em que não se tem uma separação bem definida dos âmbitos políticos, religiosos e bélicos (Carvalho, 2010, p.22). Ou seja, faremos uso dessas definições para estabelecer que o poder do imperador coexiste com o da imperatriz sem que, necessariamente, sejam opostos ou excludentes. Concordamos com Nilson que o poder da imperatriz e do imperador não “são mutuamente restritivos da agência de um ou de outro” e acreditamos que se tem “diferentes graus de poder que podem ser exercidos em diversas áreas por uma relação política colegiada” (Nilson, 2011, p.15). Portanto, as ações político-culturais das mulheres imperiais que iremos demonstrar nesta pesquisa cumprem um papel importante na manutenção da Ordem Imperial.

Somado a isso, considerando que os indícios que temos dessas mulheres constam em textos que não são de sua própria autoria, entendemos que os autores que falaram delas imprimem suas visões particulares sobre elas, ou seja, são representações. Assim, fundamentamo-nos no livro *A História Cultural: entre práticas e representações*, de Roger

Chartier (2002). Chartier coloca que a História Cultural tem como “principal objectivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 2002, p. 16-17), ou seja, as documentações textuais que selecionamos refletem, em grande medida, os contextos dos seus autores. Com este conceito de representação, interpretaremos as imagens elaboradas por Juliano, Amiano Marcelino e Filostórgio sobre Eusébia e Constantina.

Ademais, apontamos em nossa hipótese o uso do termo Ordem Imperial e a definição deste é indispensável para nós. O artigo de Norberto Luiz Guarinello, *Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio* (2010) nos ampara nesse processo. Sabemos que o Império Romano dos séculos IV e V é política, cultural e geograficamente complexo. Ele sofreu com as transformações internas e com as fronteiras territoriais e culturais externas, bem como passou por reconfigurações político-administrativas com o passar dos anos. Guarinello argumentou que a ordem imperial era composta pelas estruturas materiais, instituições, crenças, relações estabelecidas, tecnologias, conhecimentos, práticas cotidianas e assim por diante. Tratava-se de “um espaço de consenso assumido, de cooperação, mesmo em um ambiente altamente competitivo ou conflitivo.” (Guarinello, 2010, p. 119). De acordo com o historiador brasileiro, a ordem “impõe-se porque gera previsibilidade, porque define expectativas e porque confere posições aos membros da ordem, define-lhes o espaço de sua ação individual ou coletiva, suas trajetórias possíveis, seus projetos.” (Guarinello, 2010, p. 119). Assim, entendemos que essa ordem é fundamental para o funcionamento das estruturas imperiais, gerando certa estabilidade necessária para manter alguma coesão no amontoado de territórios e culturas que compunha o Império Romano.

Diante disso, localizamos nosso recorte temporal na Antiguidade Tardia. Essa periodização abrange um período de transição entre a Antiguidade e o Medievo, porém apresenta traços políticos e culturais próprios, característicos do intervalo do século III ao VIII E.C. Os historiadores do presente que estudam esse período não são unânimes com essa definição temporal. Geralmente, aqueles mais focados no estudo do mediterrâneo oriental, como Peter Brown e Averil Cameron, defendem uma “longa Antiguidade Tardia”, abarcando do século II ao VIII, considerando que as continuidades são mais fortes nessa região.

Concordamos com a periodização de Jean-Michel Carrié, que determina a Antiguidade Tardia no espaço do final do III século e início do VII E.C., no Império Romano Oriental. Também observamos que alguns autores de nossa bibliografia são adeptos à ideia de “crise do III século”. Concordamos com Jean-Michel Carrié de que a ideia de uma crise durante o III século acaba caindo em uma generalização. Reconhecemos a existência de alguns fenômenos

que podem ser considerados “crises localizadas”, porém, de forma alguma, houve uma grande crise que abarcou esse século todo e todo o território romano ao mesmo tempo, pois tal território era extenso e contava com inúmeras diversidades regionais e culturais. Apesar de algumas cidades sofrerem com os conflitos de sucessão imperial e as recessões econômicas em consequência disso, outras cidades estavam em pleno fervor, como exemplificado por Carrié em sua obra (Carrié, 1999).

Conforme mencionado no início de nossa introdução, optamos por documentações de gêneros textuais variados, ou seja, o discurso, a carta, as histórias, a história eclesiástica epitomada, que demandam tratamentos específicos. Entretanto, isso não nos impede de colocá-las em diálogo, por essa razão elaboraremos um catálogo com passagens dos documentos citados sobre nosso objeto de estudo. Desse modo, para realizarmos um exame crítico das nossas documentações e a confecção de nosso catálogo, propomos a aplicação do método de análise categorial inserida na análise de conteúdo, de Laurence Bardin (2002). Tal método consiste em um conjunto de técnicas mobilizadas a favor da compreensão dos diversos tipos de comunicação existentes. Ele inclui uma investigação detalhada dos objetos de estudo e que considera os fatores sociológicos, históricos e psicológicos partícipes do contexto de produção da obra em questão (Bardin, 2016).

Com esse mesmo intuito, recorreremos à análise de discurso de Dominique Maingueneau (1997) visando à importância do contexto das nossas documentações e, mesmo diante da pluralidade de gêneros textuais, é possível traçarmos vínculos de intertextualidade entre as obras analisadas. Elas exprimem os ideais defendidos pelos seus autores, seja explícita ou implicitamente. Isso significa que esses textos são o resultado da soma do contexto político, cultural, social e espacial dos seus redatores. Devemos ter em mente as intenções de cada um dos autores que estudamos: Juliano escreveu os seus panegíricos com o desígnio de recuperar a confiança de Constâncio II ao demonstrar a sua fidelidade; esse mesmo autor escreveu a Carta ao Senado e ao Povo de Atenas para legitimar sua aclamação como imperador; Amiano Marcelino buscou escrever uma história do Império Romano, o que demonstra um desejo de perpetuar a sua visão dos acontecimentos descritos; e Filostórgio quis disseminar a sua perspectiva acerca da história eclesiástica.

Tudo isso, aliado ao que foi instruído por Pedro Paulo Abreu Funari em relação ao estudo das documentações textuais. Funari recomendou, em seu livro *Antiguidade Clássica: A História e a Cultura a partir dos documentos* (2003), que esta análise seguisse os procedimentos já conhecidos pelos historiadores: a crítica interna e externa da documentação. Tal procedimento consiste na observação de aspectos como a tipologia das fontes (se é epístola,

legislativa, panegírico, etc), o local e a data em que foi produzida, estilo da escrita, além do contexto histórico específico em que se inserem a obra e seu autor (Funari, 2003, p. 26-27).

Em relação às outras mulheres Imperiais romanas aqui estudadas, se as compararmos com Helena Augusta e Pulquéria, veremos que tanto Eusébia quanto Constantina ainda são pouco pesquisadas nas línguas às quais temos acesso (inglês, francês, italiano, espanhol e português). Dentre capítulos e artigos localizados, a figura de Eusébia tem vantagem quantitativa em relação à Constantina, mesmo que as ações de ambas sejam igualmente notáveis. A seguir, realizaremos uma breve apresentação da historiografia acerca dessas mulheres políticas.

Noël Aujoulat é o autor dos dois artigos mais antigos que encontramos que têm Eusébia como um de seus temas principais. Referimo-nos a *Eusébie, Hélène et Julien I: Le Témoignage de Julien* (1983a) e *Eusébie, Hélène et Julien II: Le Témoignage des Historiens* (1983b). Considerando a época de sua escrita, tais artigos apresentam uma visão desatualizada de Eusébia enquanto mulher. Todavia, esses textos foram de extrema importância para o nosso estudo em razão dos dados que fornecem e, também, porque serviram como referência bibliográfica para os outros autores que escreveram sobre essa imperatriz.

Pietas and Politics: Eusebia and Constantius at Court (1999), de Jason Juneau, também faz parte de nossa bibliografia e representa, assim como os artigos de Aujoulat, uma visão desatualizada. No caso, Juneau transmitiu uma Eusébia passiva que só agia por ordens do marido, Constâncio II, perspectiva superada e que intencionamos problematizar. Outra autora com um ponto de vista um pouco problemático é Elisabet Seijo Ibáñez, em *Benevolencia imperial: el agradecimiento de Juliano a la emperatriz Eusebia* (2018), no qual apresentou Eusébia de forma semelhante aos dois autores citados; no entanto, a autora denotou menos passividade na sua descrição da relação de Eusébia com Juliano. Demonstraremos nossa visão oposta a esses autores no terceiro capítulo desta dissertação.

Shaun Tougher, um especialista em dinastia Constantiniana, foi o autor que mais escreveu sobre Eusébia ao qual tivemos acesso, embora seu enfoque seja na documentação que a cita, como as obras de Juliano e Amiano Marcelino. Esse autor escreveu o artigo *Ammianus Marcellinus on the Empress Eusebia: a Split Personality?* (2000), no qual analisou a imagem contraditória de Eusébia na obra de Amiano Marcelino. Outra obra de sua autoria foi o capítulo de livro denominado *In Praise of an Empress: Julian's Speech of Thanks to Eusebia* (1998a), no qual se dedicou ao estudo do conteúdo do panegírico redigido por Juliano para a imperatriz.

O trabalho mais recente de Tougher sobre a Imperatriz foi o capítulo *Eusebia and Eusebius: The Roles and Significance of Constantinian Imperial Women and Court Eunuchs*

(2020). Neste texto, o autor partiu da investigação da afirmação de Amiano Marcelino de que a corte de Constâncio II era dominada por mulheres e eunucos. Nesse sentido, Tougher destacou os eunucos Eusébio e Eutério e as imperatrizes Helena, mãe de Constantino I, e Eusébia. O escopo de Tougher foi comparar o poder das mulheres imperiais e dos eunucos que compuseram as cortes constantinianas com as ações de outros personagens pertencentes aos governos seguintes, exemplificados na figura de Pulquéria e do eunuco Eutrópio, ambos da Dinastia Teodosiana.

Ao nos apresentar três importantes mulheres da dinastia Constantiniana (Helena, mãe de Constantino I, Fausta e Eusébia), no artigo *Mujeres Imperiales em la domus Constantiniana* (2004), Manuel Rodríguez Gervás comentou brevemente algumas das suas interferências nos assuntos políticos do Império Romano. Helena foi nomeada Augusta pelo seu filho, que também lhe concedeu certa autoridade enquanto ela residiu em Roma. Fausta foi a segunda esposa de Constantino I e parece ter sofrido *damnatio memoriae*, ou seja, registros escritos relativos a ela e às representações da cultura material aparentam ter sido suprimidos ou destruídos. Isso porque ela teria sido associada à execução de Crispo, filho de Constantino I e sua primeira esposa, Minervina. Porém, os autores antigos e contemporâneos que comentaram o sucedido têm versões divergentes. Quanto à Eusébia, Rodríguez Gervás apresentou algumas das suas ações políticas ligadas a Juliano, as quais foram expostas anteriormente. Nossa proposta se aproxima da dele, porém o seu autor não se aprofundou nas atuações políticas dessas mulheres e não tocou nas suas interferências culturais. O seu objetivo, diferentemente do nosso, foi divulgar a existência delas e apontar a sua relevância histórica como um incentivo para o desenvolvimento de novas pesquisas.

A filóloga Maria Pilar García Ruiz tem se destacado ao analisar as autorrepresentações de imperadores da Antiguidade Tardia através de uma perspectiva literária e histórica, por meio de produções textuais, como panegíricos, em comparação com elementos da cultura material, como a numismática. Dentre suas obras, destacamos três artigos em que ela analisa a visão de Amiano Marcelino e de Juliano em relação a Eusébia, com dados interessantes sobre a estrutura dessas obras: *Eusebia vista por Amiano: um retrato entre líneas* (2008), *O Significado de σωφροσύνη (αὐτή) en el Encomio a Eusebia de Juliano* (2012) e *Una Lectura conjunta del primer encomio a Constancio y el encomio a Eusebia de Juliano* (2015).

Também da área da filologia, citamos Elena Redondo Moyano que estudou os panegíricos de Juliano no seu artigo *Encomio de personajes femeninos: Elogio de la emperatriz Eusebia de Juliano el Apóstata* (2009). Essa autora discutiu a estrutura do panegírico e

comentou as adaptações escolhidas e efetuadas por Juliano ao dedicar um discurso desse gênero a uma mulher.

Em seu artigo *Ammianus, and the Death of the Empress Eusebia* (2018), David Woods empreendeu um estudo cuidadoso e inédito das questões circundantes à morte da imperatriz, levantando as suspeitas de um assassinato por uma mulher da corte e mostrando possíveis evidências nas documentações textuais, principalmente na obra de Amiano Marcelino. Outro texto a ser realçado é *Diecezja Pietas* (2019) de Łukasz Smorczewski, que trata sobre a renomeação por Constâncio II da diocese do Ponto como diocese de Pietas em homenagem à Eusébia.

Quando estávamos finalizando a escrita desta dissertação, deparamo-nos com o capítulo de Silvia Holm sobre Eusébia cujo título é *Eusebia's Efforts to Consolidate the Constantinian Dynasty* (2024), que faz parte da Coletânea *Emperresses-in-waiting: Female power and performance at the late roman court* (2024), organizada por Christian Rollinger e Nadine Vierman. Em seu capítulo, Holm sugeriu que a referida Imperatriz atuou em prol do fortalecimento da dinastia Constantiniana da qual ela passara a fazer parte através do casamento com Constâncio II.

No que tange à única obra do nosso levantamento bibliográfico a que tivemos acesso que se debruçou especificamente sobre Constantina foi o capítulo de Francisco Javier Guzmán Armario, intitulado *Una auténtica furia hecha mujer (Amm. 14, 1, 2). Constantina en el ejercicio del poder del César Galo (351- 353 d.C.)* (2018). Esse autor estudou a imagem negativa que Amiano Marcelino construiu de Constantina no seu livro XIV, ao associá-la às ações políticas do seu segundo marido, Galo. Tomamos conhecimento do artigo de Bruno Bleckmann acerca de Constantina e sua relação com a usurpação de Vetrânio e com o marido dela, Galo, cujo título é *Constantina, Vetrano, and Gallus Caesar* (1994). Tal artigo é bastante referenciado pelos autores de nossa bibliografia; no entanto, encontra-se escrito apenas em alemão, língua que não dominamos, e a compreensão através de programas de tradução é bastante prejudicada. Mesmo assim, achamos importante citá-lo.

Já na perspectiva arqueológica, alguns trabalhos estudam o complexo de Santa Agnes e o Mausoléu de Constantina, focando em suas estruturas arquitetônicas e nos adornos sobreviventes em suas paredes e tetos. É o que fez Virginia Burros no capítulo *Remembering Constantina at the Tomb of Agnes and Beyond*, que faz parte da coletânea organizada por Young Richard Kim e A. E. T MCLAUGHLIN, *Leadership and Community in Late Antiquity Essays in Honour of Raymond Van Dam* (2020). Além disso, como a vida de Constantina inspirou textos hagiográficos e lendas cristãs medievais, esse aspecto é abordado por estudiosos do

período medieval, como o capítulo da já mencionada Virginia Burros, *An Unstable Heroine: The Life and Lives of Constantina*, que compõe a coletânea *Constructing Saints in Greek and Latin Hagiography. Heroes and Heroines in Late Antique and Medieval Narrative* (2023) de Koen Temmerman, Julie Van Pelt e Klariza Staat. No entanto, tais estudos não são relevantes para a pesquisa que desenvolvemos ao se distanciarem do recorte temporal e da área de conhecimento que nos propomos a analisar.

No mais, Constantina é comentada no capítulo de John Vanderspoel, *From the Tetrarchy to the Constantinian Dynasty: A Narrative Introduction* (2020), em que o autor fez um panorama geral sobre essa dinastia. Ela foi igualmente mencionada no capítulo de Leslie Brubaker, *Memories of Helena: Patterns in imperial female matron age in the fourth and fifth centuries* (1997). Ambos os textos apontam sobre a ascensão da mãe do Imperador Constantino, Helena, como modelo de matrona para as futuras gerações de mulheres imperiais.

Por fim, citamos dois capítulos que trabalharam com as mulheres da Dinastia Constantiniana no geral: em *Ghosts in the Machine: The Lives and Deaths of Constantinian Imperial Women* (2013), Liz James expôs os fatos conhecidos sobre as mortes das mulheres constantinianas; e, no capítulo *Empresses' Tale, AD 300–360* (2014), Jill Harries descreveu um conjunto das mulheres imperiais da Dinastia Constantiniana, incluindo Eusébia e Constantina. Essas foram algumas das obras basilares para essa dissertação. As demais obras utilizadas serão devidamente citadas ao longo do texto e em nossas referências bibliográficas.

A seguir, comentaremos sobre a estruturação preliminar dessa Dissertação. Após a exposição do tema, dos objetivos, dos aspectos teóricos metodológicos e da hipótese deste trabalho nesta introdução, o primeiro capítulo consistirá no tratamento documental, discussão bibliográfica e dados biográficos dos autores por nós selecionados (Juliano, Amiano Marcelino e Filostórgio). No segundo capítulo, trataremos da contextualização histórica do século IV, com um breve recuo ao período da Tetrarquia, de alguns comentários sobre o governo de Constantino e sobre o governo compartilhado de seus filhos até o início dos governos solo de Constâncio II. No terceiro capítulo, demonstraremos as ações político-culturais Constantina e Eusébia e a construção da imagem delas pelos autores da antiguidade, assim como seus papéis políticos ao intervirem junto aos usurpadores que se rebelaram contra o Imperador Constâncio II. Em adição, o catálogo das passagens que se referem às mulheres imperiais em questão destacadas da documentação textual selecionada encontra-se no apêndice. Por último, nas Considerações finais, ressaltaremos as conclusões desta pesquisa, assim como sugeriremos uma hipótese de pesquisa para o nosso Doutorado.

Capítulo 1

Tratamento documental e historiográfico das obras de Amiano Marcelino, Filostórgio e Juliano

Separamos esse capítulo para o tratamento documental das obras que selecionamos para essa pesquisa. Cada subtópico deste capítulo abordará uma dessas obras e seu respectivo autor. Como dito anteriormente, escolhemos trabalhar com três autores da Antiguidade Tardia, Amiano Marcelino, autor das *Res Gestae*, Juliano, autor dos discursos *Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia* e *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas* e Filostórgio, autor da *História Eclesiástica*. Tais autores foram selecionados por nós para o estudo das ações político-culturais de Constantina e Eusébia devido à maior quantidade de menções a elas presentes nessas obras. Além disso, o que nos atraiu não foi apenas a quantidade de referências, mas também o fato de a informação sobre elas, no caso de Juliano e Amiano, terem sido, em muitas ocasiões de primeira mão ou quase isso, já que os referidos autores viveram na mesma época em que elas. Já Filostórgio nos relata fatos que as outras duas documentações não tocaram e, diferente de Juliano e Amiano, esse historiador tem uma visão positiva de Constâncio II, marido de Eusébia e irmão de Constantina. Dessa maneira, a combinação desses pontos de vista dissidentes pode nos dar um vislumbre mais claro da atuação dessas duas mulheres imperiais constantinianas.

Inicialmente, comentaremos sobre as traduções das documentações utilizadas. Para as *Res Gestae* de Amiano Marcelino, tivemos acesso aos dois volumes em inglês, traduzidos por John C. Rolfe (1935 e 1940), para a editora Harvard University (Loeb Classical Library), a versão em espanhol da editora Gredos, com tradução e notas de Carmen Castillo García, Concepción Alonso del Real Montes e Álvaro Sánchez-Ostiz Gutiérrez (2010), a tradução também em espanhol de Maria Luisa Harto Trujillo (2002) para a editora Akal Clássica e a versão em francês da Les Belles Lettres, da qual conseguimos apenas o Tomo I, com os livros do XIV ao XVI, traduzida por Édouard Galletier com a colaboração de Jacques Fontaine (1968).

Em relação aos discursos de Juliano, usaremos três traduções: os volumes bilíngues em grego/inglês da Loeb Classical Library, traduzidos por Wilmer C. Wright (1913a e 1913b), as edições espanholas da Editorial Gredos, traduzidas por José García Blanco e Pilar Jiménez

Gazapo (1979), e os livros bilíngues em francês/grego da Les Belles Lettres, traduzidos por Joseph Bidez, Gabriel Rochefort e Christian Lacombrade (2003a, 2003b, 2003c e 2004).

Por último, para a documentação de Filostórgio, tivemos acesso apenas a duas traduções: a em língua inglesa de Philip R. Amidon, publicada pela editora Brill (2007) e a bilingue grego-francês com tradução de Édouard Des Places, texto crítico de Joseph Bidez, Introdução, revisão da tradução, notas e index de Bruno Bleckmann, Doris Meyer e Jean-Marc Prieur, publicada pela Les Editions du Cerf (2013).

Sem mais, seguiremos para o tratamento documental.

1.1. Amiano Marcelino e suas *Res Gestae*

Apesar de ser o autor de uma das documentações textuais mais ricas em informações sobre o IV século da Era Comum, os dados deixados sobre e por Amiano Marcelino sobre si mesmo são parcos. No entanto, sua obra foi e continua sendo minuciosamente estudada por historiadores, filólogos, estudiosos de latim, entre outros. Contamos com uma vasta tradição historiográfica sobre esse autor a qual tem estudiosos cujos trabalhos, apesar de serem do século XX, continuam relevantes em muitos aspectos e são sempre citados por autores contemporâneos. Nesse sentido, apontamos Edward Arthur Thompson, autor do livro *The Historical Work of Ammianus Marcellinus* (1947), considerado um clássico pelos estudiosos de Amiano Marcelino em razão da quantidade de informações que transmite sobre a vida e obra desse autor antigo. Outro autor que citamos é Timothy D. Barnes com o livro *Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality* (1998), em que o autor expõe os méritos da obra de Amiano e traz a novidade em apontar suas inconsistências, como alteração de alguns fatos históricos em favor da narrativa e sua visão parcial, ao retratar os acontecimentos de sua época. Não só esse livro, mas os artigos de Barnes são bastante consultados pela historiografia atual.

Outro clássico que utilizamos, muito citado pela historiografia atual, é o par de artigos de Charles W. Fornara: *Studies in Ammianus Marcellinus: I: The Letter of Libanius and Ammianus' Connection with Antioch* (1992a) e *Studies in Ammianus Marcellinus: II: Ammianus' Knowledge and Use of Greek and Latin Literature* (1992b). O primeiro discute sobre a veracidade da origem antioquiana de Amiano Marcelino, enquanto o segundo, comenta sobre o conhecimento de obras gregas e latinas desse autor antigo.

Alguns livros mais gerais sobre a produção histórica romana antiga nos guiaram em nossa pesquisa sobre as *Res Gestae* de Amiano Marcelino e comentaremos sobre elas a seguir.

No segundo volume de *Historia de la Literatura Romana* (1994), Michael Von Albrecht dedicou seu quinto capítulo para explicitar sobre os autores e obras da Antiguidade Tardia. A relevância de sua obra ainda é fundamental para estudiosos sobre esse assunto, trazendo informações gerais e relevantes, inclusive sobre Amiano Marcelino.

Outra obra com conteúdo bastante abrangente é *The Historians of Late Antiquity* (2002) de David Rohrbacher. Direcionando seu foco nos autores romanos do IV e V séculos do período tardo antigo (como Amiano Marcelino, Aurélio Victor, Sozomeno), Rohrbacher comentou sobre suas obras na perspectiva de seu contexto político, cultural e religioso.

Não poderíamos deixar de consultar o livro *Greek and Roman Historians: Information and misinformation* (2005) de Michael Grant. Nessa obra, o autor trata sobre os seguintes historiadores da Antiguidade: Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Políbio, César, Salústio, Tito Lívio, Plutarco, Tácito, Suetônio e Amiano Marcelino. Mais especificamente, o autor fala sobre a forma com que eles obtinham informações para sua escrita, por exemplo: testemunhos orais, documentos oficiais, historiadores anteriores ou contemporâneos, entre outros. Grant achou importante destacar as inconsistências e informações incorretas que podem estar presentes nas obras dos historiadores antigos, porém isso não faz com que o estudo delas seja dispensável.

David Woods, em seu capítulo *Late Antique Historiography: A Brief History of Time* (2009), contido no *A Companion to Late Antiquity*, organizado por Philip Rousseau, discorreu sobre o contexto da escrita histórica na Antiguidade Tardia. Já o capítulo de Álvaro Sanches-Ostiz e de José B. Torres, *Ammianus, Eusebius and 4th-Century Historiography: From Dusk To Dawn?* (2016), faz parte da coletânea organizada pelo primeiro, intitulada *Beginning and end: from Ammianus Marcellinus to Eusebius of Caesarea* (2016). Esse capítulo traz algumas questões sobre a transição da história secular, representada por Amiano, para a História Eclesiástica, representada por Eusébio de Cesareia.

Dentro de um panorama das últimas décadas, contamos com o artigo *Ammianus' Greek accent* (2013), de Gavin Kelly. Esse historiador retomou a discussão de como as origens gregas de Amiano afetaram sua história latina, tanto no uso linguístico quanto na abordagem literária e intelectual. Como observamos pela historiografia exposta, a obra de Amiano Marcelino nunca deixou de ser estudada. Michael Hanaghan e David Woods reuniram alguns dos principais estudiosos sobre essa documentação antiga na coletânea *Ammianus Marcellinus from Soldier to Author* (2022). Partindo da afirmação proferida pelo próprio Amiano “quondam miles et Graecus” (*Res Gestae*, XXXI,16.9), ao pé da letra: [sou] um ex-soldado e [sou] um grego, Hanaghan e Woods buscaram explorar as possibilidades de interpretação dessa alegação na introdução da obra. Gavin Kelly é o autor do primeiro capítulo, *Why We Need a New Edition*

of *Ammianus Marcellinus?*, em que aponta inúmeros trechos problemáticos presentes nas traduções das *Res Gestae* disponíveis hoje e anuncia o seu projeto em andamento de fazer uma nova tradução dessa obra. Destaca-se também o segundo capítulo dessa coletânea, *Ammianus and the dignitas protectoris*, escrito por Maxime Emion. Nesse capítulo, Emion discutiu a natureza das funções militares: *protectores* e *protectores domestici*, com o objetivo de compreender a carreira de Amiano no exército romano e as atividades exercidas por ele.

Partiremos, então, para os dados biográficos sobre Amiano Marcelino. Como comentamos anteriormente, não sobreviveram muitas informações sobre a vida e educação desse autor. À vista disso, temos conhecimento de que ele nasceu entre 320 e 330, no máximo 335, na cidade de Antioquia, localizada na atual Síria.³ Essa cidade era a segunda⁴ maior cidade do Oriente romano na Antiguidade Tardia, com uma população em constante crescimento em virtude das migrações provenientes de outras regiões da Síria-Palestina, da Ásia Menor e de outros territórios, abrigando assim, diversidade étnica, cultural e religiosa (Silva, 2018, p. 376).

Amiano Marcelino era proveniente de uma família da elite antioquiana, provavelmente constituída por curiais. Não há muitas evidências sobre a educação recebida por ele em seu seio familiar. Segundo Fornara, por conta de ter entrado para o exército muito jovem, sua educação deve ter sido interrompida precocemente (Fornara, 1992b, p.421). Todavia, Fornara supõe que o antioquiano tenha recebido a *paideia* grega em algum ponto de sua trajetória de vida, e em algum momento se inteirou de autores latinos considerados importantes em sua época, como Salústio, Tito Lívio e Tácido (Fornara, 1992b, p.423; p.427).

Amiano serviu como *protector domestici* ao longo do governo de Constâncio II. Segundo Gilvan Ventura da Silva, esse cargo consistia em exercer funções burocráticas no exército e ser responsável pelo abastecimento das tropas (Silva, 2007, p. 168). Contudo, Emion declarou que, embora as categorias *protectores* e *protectores domestici* sejam bem documentadas em variadas formas textuais, evidências de como funcionavam esses cargos entre os séculos III e VI não são claras (Emion, 2022, p.61). De acordo com Emion, *protectores* e *domestici*⁵ parecem ter desempenhado missões semelhantes, embora os *domestici*, atestados

³ David Rohrbacher apontou que, na passagem XVI.10.21, Amiano denomina a si próprio como “adolecens”, o que, segundo o autor, era usado para designar indivíduos com menos de trinta anos. O que leva a crer que o antioquiano nasceu entre 320 e 330 (ROHRBACHER, 2002, p. 14).

⁴ A primeira era a capital Constantinopla.

⁵ Emion ainda comenta sobre a origem desses cargos. No III século, entre os governos de Gordiano III (238–44) ou Filipe, o Árabe (244–49), tal função apareceu denominada *protector Augusti*, tendo sido oferecida a oficiais equestres experientes, como tribunos pretorianos e prefeitos legionários. Do final da década de 260 em diante, foi concedido a centuriões e *ducenarii* selecionados e tornou-se um título independente por volta de 280. Avançando para os séculos V e VI, *protectores* e *domestici* tornaram-se principalmente uma unidade de guardas de parada/desfile (Emion, 2022, p.66).

pela primeira vez em 346, fossem superiores aos protetores regulares. Os *domestici* também dividiam funções com outras categorias como: escoltar o imperador. Essa era uma responsabilidade também atribuída aos *scholae palatinae*, trabalhos de inteligência, igualmente, função dos *agentes in rebus*, dos *tribuni uacantes* ou dos *notarii* (Emion, 2022, p.64). Ou seja, os *protectores* e *domestici* não eram especialistas em nenhuma área. Emion apontou que essas funções aparecem no Código Teodosiano no livro VI referente às *Dignitas*⁶, e não no livro VII, que é sobre assuntos militares (Emion, 2022, p.67). O que denota que todos os integrantes do serviço imperial eram considerados militares e alguns deles tinham os privilégios de *dignitas*. Além disso, Emion considera que *dignitas* provavelmente nunca teve uma definição estrita, permanecendo uma categoria fluida, pois dependia das atribuições de dignidade que o imperador da época decidisse ser adequada (Emion, 2022, p.69-71).

Em resumo, Emion considerou que os *protectores domestici* surgiram a partir de Constantino, quando os imperadores distinguiram vários graus dentro das diferentes categorias de dignidade, permitindo uma distribuição mais ampla dos títulos. Ele afirmou que um *protector domesticis* deveria ser simplesmente entendido como um *protector* de nível superior dentro do *ordo dignitatum*. Para enfatizar a sua proximidade com o imperador, foi adicionado o termo *domestici* e, como marca de sua posição, eles traziam um retrato do imperador em seus escudos (Emion, 2022, p.75).

O antioquiano entrou para o exército no ano de 353 sob o comando de Ursicino, acompanhando a luta contra os persas em Nísibis (atual Turquia) e a supressão do usurpador Silvano, na Gália, em 355, e permaneceu em serviço até o ano de 363. (Thompson, 1947, p. 1-19). Ao longo de sua obra, Amiano apresenta descrições bastante detalhadas de diferentes localidades e de batalhas, demonstrando o conhecimento adquirido no serviço militar (Trombley, 2005, p. 24).

Sobre sua carreira militar, o antioquiano fornece uma grande quantidade de informações sobre seu tempo no exército durante o período de 353 a 364, tendo inclusive participado da campanha fatal do Imperador Juliano contra os Persas em 363. Contudo, não há informações sobre o status de Amiano após a derrota e morte desse Imperador (Woods, 2009, p.364). Conforme descrito em sua própria obra, o paradeiro do historiador militar volta a ser rastreável a partir da década de 370, quando ele esteve em Antioquia onde presenciou os julgamentos de magia/traição ocorridos nessa localidade sob ordens do Imperador Valente (364-378). A brutalidade de tal episódio é descrita em detalhes no livro XXIX das *Res Gestae* (Amiano

⁶ CTh 6.24

Marcelino, *Res Gestae*, XXIX, 1- 4,7). Amiano parece ter se mudado para Roma por volta de 384 (Woods, 2009, p.364), onde escreveu suas *Res Gestae* e, mais tarde, em torno do ano de 391, teria morrido.

1.2. As *Res Gestae*

As *Res Gestae* retratam a história romana iniciando no ano de 96 E.C. e finalizando no ano de 378 EC, o que consiste no intervalo entre o governo do Imperador Nerva (30-98) e a morte do imperador Valente (328 - 378) na Batalha de Adrianópolis (378). Dessa maneira, essa obra é composta por trinta e um livros, destes, apenas o intervalo do número XIV ao XXXI foram preservados ao longo da história (Barnes, 1998, p. 1-19). Apesar de esta ser a quantidade de livros mais aceita entre os historiadores, Timothy Barnes apontou que existe a discussão de que esse número pode ter sido corrompido durante o passar do tempo dos primeiros séculos após a sua escrita, e que na realidade seriam trinta e seis livros (Barnes, 1998, p.23).

A maior parte dos manuscritos das *Res Gestae* foram copiados direta ou indiretamente do *Codex Fuldensis* (*Vaticanus Latinus* 1873). (Hunt e Drijvers, 2005b, p. 7). Um secretário papal chamado Poggio Bracciolini descobriu um manuscrito do século IX dos livros XIV a XXXI de Amiano Marcelino da Abadia de Fulda. O manuscrito foi levado para a Itália, onde residiu na Biblioteca do Vaticano a maior parte do tempo desde então. Tal manuscrito foi copiado e recopiado várias vezes, resultando em catorze cópias renascentistas conhecidas. (Kelly, 2022, p.23). Poggio Bracciolini sabia da existência de outro manuscrito: a obra de Amiano Marcelino, que estava guardada na Abadia de Hersfeld, mas não teve acesso a ela, que só foi compilada em 1533, quando parte do capítulo XXX e o XXXI já estavam ausentes. (KELLY, 2022, p.23-24). Ao longo dos séculos muitos estudiosos compilaram e traduziram as *Res Gestae*, com resultados das mais variadas qualidades, tanto que Kelly comunicou a necessidade em se ter uma nova tradução da obra de Amiano Marcelino, corrigindo, à medida do possível, os erros dos tradutores do passado (Kelly, 2022, p.23-36).

As *Res Gestae* foram escritas no intervalo dos anos 380 a 390, quando o imperador Teodósio I (378-395) estava no poder. O antioquiano escreveu em latim, sendo o exemplo mais antigo do gênero da História Secular preservado nesse idioma (Woods, 2009, p.363). Os estudiosos não encontraram uma razão certa para que Amiano optasse pelo latim em vez do grego, sua língua materna. Alguns autores sugerem que o motivo foi certo amor patriótico a Roma, no entanto, Albrecht relata que, no final do século III e ao longo do IV, sob os governos

de Diocleciano, Constantino e seus filhos, a popularidade do latim passou a sobrepujar o grego, recuperando o prestígio outrora perdido por essa língua (Albrecht, 1994, p. 1182).

Para Albrecht, o latim tinha a vantagem de ter sido patrocinado pelos governantes apesar de a capital Constantinopla se localizar na parte oriental do Império. O latim também ia além de ser a língua predominante dos soldados e dos juristas, representava um elemento de identidade e da continuidade política e espiritual de Roma (Albrecht, 1994, p. 1179), o que vai ao encontro da afirmação de David Rohrbacher, que acredita que o latim era comumente parte da educação na Antioquia na época de Amiano (Rohrbacher, 2002, p. 14).

De acordo com Woods, o IV século foi marcado pela popularidade do epitome e do breviário, o que, segundo ele, representava um estágio intermediário entre a narrativa histórica complexa e a crônica, sendo que esta última teria ganhado mais espaço no final desse período como veículo primário na transmissão de conhecimento histórico em razão das mudanças sociais e políticas decorrentes (Woods, 2009 p. 364). Woods afirmou que “a produção de uma narrativa literária complexa requer seguridade física e econômica”; isto não era a realidade da maior parte dos habitantes do Império Romano da Antiguidade Tardia, o que fez com que sua produção se tornasse cada vez mais rara e esparsa (Woods, 2009 p. 364).

As *Res Gestae* são, usualmente, classificadas dentro do gênero “história secular”. No entanto, Albrecht apontou que essa obra oscila entre a historiografia, a biografia, a memória e a enciclopédia, trazendo aspectos estruturais que a distanciam ou a aproximam, desses outros gêneros (Albrecht, 1994, p. 1292). Para o mesmo autor, o historiador militar avizinhou-se da biografia por vincular a pessoa do Imperador ao período respectivamente descrito. Simultaneamente, o antioquiano não se estendeu o suficiente em detalhes muito pessoais como fazem biógrafos. Ao elogiar Juliano, o autor se aproxima do encômio, porém, ao criticá-lo no livro XXV, ele foge desse gênero (Albrecht, 1994, p. 1296).

Conforme Christina Shuttleworth Kraus, a narrativa historiográfica inclui cenas construídas a partir de convenções trágicas e cômicas, passagens imitativas de comunicados militares ou de épicos antigos ou de linguagem epigráfica; e especialmente de discursos, deliberativos, judiciais e epidíticos (Kraus, 2008, p. 244). Outrossim, as *Res Gestae* contam com inúmeras digressões, um recurso comum utilizado pelos autores antigos para apresentar o contexto de suas histórias, o que Michael Grant comparou com o uso das notas de rodapé na atualidade (Grant, 1995, p. 50). Para Kraus, tanto as digressões formais quanto a narrativa podem tomar emprestado características da linguagem e do estilo de outras literaturas, como etnografia, paradoxografia ou o tratado antiquário (Kraus, 2008, p. 244).

A forma com que Amiano Marcelino divide sua obra entre os governos dos imperadores é bastante desigual, principalmente ao observar a quantidade de livros que dedica ao Imperador Juliano: são dez livros do total de trinta e um. Além de seu favorecimento a Juliano, devemos considerar que a escrita e publicação das *Res Gestae*, como já mencionamos, ocorreram durante o governo de Teodósio I, o que certamente interferiu na escolha do conteúdo a ser retratado e na forma com que foram citadas algumas das pessoas influentes mencionadas que viviam naquele período, inclusive membros da *domus* Teodosiana. Ainda, Amiano Marcelino teria direcionado a sua obra aos funcionários administrativos e militares aposentados do Império, o que pode representar um ato de crítica velada aos funcionários das elites que apoiavam as medidas políticas e bélicas de Teodósio I, trazendo Juliano como um modelo a ser seguido e Constâncio II um exemplo do que devia ser evitado (Carvalho, 2020, p. 5-6).

A oficialização do cristianismo niceno nesse período possibilitou a efervescência de críticas ao governo do Imperador neoplatônico Juliano e sua política religiosa e, por outro lado, opiniões negativas quanto à política militar de Teodósio I foram levantadas, principalmente em razão dos tratados desvantajosos para o lado romano estabelecidos com os persas por esse governo (Carvalho, 2020, p.3).

Amiano Marcelino também se preocupava com a qualidade e veracidade de suas fontes de informações. Obviamente, não significa que todas as informações transmitidas por ele nas *Res Gestae* sejam verídicas, pelo contrário, o autor antioquiano não era imune aos boatos fantasiosos nem aos enganos de sua própria memória. Nesse sentido, quanto à origem das informações transmitidas em seu texto, muitos dos fatos relatados por ele se baseavam em seu testemunho ocular e em sua memória. E quanto aos eventos não testemunhados por ele, o autor afirma ter feito o uso de informantes. Como exemplo dessas duas situações, podemos observar o trecho em que Amiano comenta sobre a morte de Galo, meio-irmão de Juliano, quando afirma ter narrado o que “contemplou pessoalmente” e ter “interrogado meticulosamente as testemunhas” para “expor os fatos com muito cuidado” (Amm. XV, 1, 1).

Apesar do aparente cuidado do Antioquiano com os testemunhos orais, Grant (1995) faz uma alerta sobre os problemas decorrentes dessa prática tão comum entre os historiadores da Antiguidade. Segundo esse autor, devemos nos atentar para as confusões de fatos e de datas presentes em suas obras, decorrentes da dificuldade de se conseguirem relatos em primeira mão. Como afirmou Grant, alguns historiadores antigos tentavam ser cautelosos em relação à possível falsidade dos rumores, entretanto, muitas vezes se deixavam levar, como fizeram muitas vezes Salústio (86-34 AEC) e Tácito (56-117 EC) (Grant, 1995, p.38).

Outro aspecto da obra de Amiano que devemos ter em conta é a prática da autocensura em sua obra, como apontado por Rita Lizzi Testa (2022). Tal aspecto fica mais evidente nos livros cujo conteúdo relatado refere-se aos acontecimentos a partir do governo de Valente (364-378) e de Valentiniano I (364-375). Testa (2022, p.119-120) notou que, nas introduções que antecedem os relatos dos julgamentos de magia iniciados nesse período, Amiano afirma que irá tratar de um tema de delicadeza extrema e sobre perigos que vêm com a verdade (Amm., XXVI.1.1 e XXVIII.1.2).

Amiano Marcelino parece ter desfrutado da vantagem de sua posição social e rede de contatos, em nossa opinião, para acessar vários acervos de documentos oficiais. Isso fica claro no trecho no livro XVI em que ele nos informa a consulta de documentos nos arquivos públicos do Império: “E, para finalizar, temos as declarações desse Imperador [Constâncio II] nos arquivos públicos do Império, onde se manifesta claramente a sua ambição e o seu desejo de ser elevado ao céu.” (Amm. XVI, 12, 70).

Sobre a consulta de documentos textuais oficiais por autores da Antiguidade, Grant apontou ser uma prática incomum por parte dos historiadores gregos e romanos. Para ele, mesmo que os acervos de documentos e arquivos, públicos e particulares, fossem numerosos, não tinham muita importância e significado com fonte de informações para tais autores, que raramente os citavam ou parafraseavam (Grant, 1995, p. 31-32). Além disso, muitas das regiões descritas pelo Antioquiano foram visitadas por ele enquanto estava no exército, embora, segundo Thompson, o empenho de Amiano com sua obra era tanto que ele chegou a viajar para os locais que pretendia descrever (Thompson, 1947, p. 16).

Outro aspecto sobre a obra de Amiano é o uso que ele fez de trabalhos de história anteriores. Esse autor antioquiano não menciona, explicitamente, a maior parte dessas fontes, apesar de ser muito provável que ele os tivesse lido ao longo da vida (Thompson, 1947, p. 22). Mas, Albrecht comentou que Amiano cita o nome de Cícero (106 – 43 AEC) trinta e quatro vezes e pode ter se aproveitado da obra de Gélio (123-165), Valério Máximo (I AEC – I EC), Floro (I-II séculos) e de Salústio (86 – 35 AEC).(Albrecht, 1994, p. 1294). Somado a isso, Grant apontou que Tácito parece ter sido o principal modelo de Amiano, além da presença de trechos ‘copiados’ das obras anteriores à *Res Gestae*, prática muito comum na antiguidade (Grant, 1995, p. 83).

De maneira resumida, falaremos sobre os temas tratados nos livros sobreviventes desse historiador militar. É importante notar que a história do império romano de Amiano está muito atrelada à sucessão dos governos dos imperadores que ele descreve. Com isso, os acontecimentos seguem uma ordem cronológica e são associados ao imperador do período

correspondente. Igualmente, gostaríamos de esclarecer que vários dos fatos históricos que mencionaremos ao resumir as *Res Gestae* são cruciais para a contextualização de nosso estudo. Tais fatos serão destrinchados no capítulo III, dedicado à contextualização histórica.

Assim sendo, o livro XIV remete ao governo do Imperador Constâncio II, mais especificamente, iniciando seu relato na época do César Galo na Antioquia e perpassando pelo levante dos povos isauros, por um ataque mal sucedido orquestrado pelos persas e um longo comentário sobre a corrupção do Senado e do povo de Roma.

O livro XV é o primeiro de oito livros dedicados ao Imperador Juliano. O grande mote desse livro é a acusação de traição direcionada a duas pessoas muito caras ao antioquiano: o comandante para quem ele serviu, Ursicino, e o alvo de sua admiração, Juliano. O episódio da nomeação de Juliano como César é descrito e, nesse livro, Amiano também narrou a caça e o extermínio dos aliados do finado César Galo e descreveu a usurpação do general de origem franca Silvano de 355, que durou um mês. Além disso, o historiador militar reitera sua opinião negativa sobre os habitantes de Roma, além de descrever a geografia e os aspectos culturais da Gália, região para onde Juliano foi enviado.

O livro XVI ainda está situado no governo de Constâncio II, porém o protagonista é o César Juliano. Amiano elogia as virtudes desse César e descreve as suas façanhas militares, como a derrota dos alamanos, a retomada da cidade de Colônia⁷, o estabelecimento de um acordo de paz com os francos e a Batalha de Estrasburgo. Outro fato importante aqui exposto é a visita de Constâncio II e da Imperatriz Eusébia a Roma.

No livro XVII, as figuras de Juliano e Constâncio, o protagonista e o antagonista, opõem-se em relação aos seus feitos militares. Enquanto Juliano avança habilmente sobre as aldeias dos alamanos e tem sucesso no cerco contra esses povos, restaurando a fortificação de Trajano, Constâncio fracassa em estabelecer um acordo de paz com os persas e seus cortesãos fazem diversas acusações maliciosas contra Juliano.

O livro XVIII continua narrando as vitórias militares de Juliano, também fala de suas tentativas estabelecer a ordem da Gália. Amiano igualmente comenta sobre um novo ataque persa e sobre as missões de que ele participou sob o comando de Ursicino nas regiões orientais do Império.

O livro XIX continua a descrever as batalhas contra os persas, além de trazer informações sobre pestes.

⁷ Localizada na atual Alemanha, conservando o mesmo nome.

O livro XX expõe mais um complô da corte de Constâncio II contra o comandante Ursicino, o que resultou na perda de seu cargo. Amiano interrompe sua narrativa com uma digressão sobre eclipses e retoma com a ordem de Constâncio de que parte do exército de Juliano na Gália seja enviada para ajudar no combate aos persas. É dito que as tropas gaulesas se revoltaram contra essa ordem e resolveram aclamar Juliano como imperador, supostamente contra a sua vontade. O livro termina no ponto crucial da ameaça de guerra civil entre Juliano e Constâncio II.

O Livro XXI se inicia com Juliano informando-se sobre presságios que anunciavam a morte de Constâncio II. Com isso, Amiano discorre sobre algumas formas de previsão do futuro antes de retomar ao ponto que finalizou o livro anterior, a narrativa sobre o embate entre Juliano e Constâncio II. Este livro termina com a morte de Constâncio II por uma febre e um breve elogio ao imperador falecido.

No livro XXII, Juliano tornou-se, enfim, imperador solo e condenou à morte os apoiadores de Constâncio II. O antioquiano relatou as medidas governamentais que o novo imperador começou a tomar, inclusive sua tentativa de reestabelecer o politeísmo e seu consequente conflito com as autoridades cristãs. Amiano descreveu a região da Trácia e narrou a viagem de Juliano a Antioquia. Falou sobre a preparação do novo imperador para lutar contra a Pérsia e detalhou aspectos geográficos e culturais da província egípcia.

A partir daqui, seremos ainda mais breves ao resumir os livros seguintes das *Res Gestae*, pois retratam acontecimentos após a morte de Eusébia e Constantina e nenhuma delas volta a ser citada. Dessa forma, os livros XXIII a XXV ainda tratam sobre o governo de Juliano e suas batalhas contra os povos fronteiriços. No livro XXV, Amiano volta a falar de maus presságios, dessa vez, referentes a Juliano, que é ferido em batalha contra os persas e acaba morrendo. Um elogio às suas virtudes foi feito por Amiano para, em seguida, narrar a ascensão de um novo imperador, Joviano, que acaba sendo obrigado a assinar um acordo desvantajoso com os persas. Seu governo dura pouco, pois ele morre.

No livro XXVI, Valentiniano sobe ao poder, dividindo o governo imperial com seu irmão Valente. Procópio, anunciando ter laços sanguíneos com o imperador Juliano, levanta-se contra os novos imperadores, que o derrotam em 367. No livro XXVII, fala-se ainda sobre o governo de Valente e Valentiniano, sendo que este último tem sua imagem marcada por boatos

de ações brutais. Valentiniano, por suposta doença, proclama seu filho de oito anos, Graciano, como imperador e o casa com a filha de Constâncio II⁸.

Os livros XXVIII a XXXI continuam a saga dos governos de Valente e Valentiniano, com ênfase em suas campanhas militares contra os povos fronteiriços. A morte de Valentiniano foi descrita no livro XXX, e Valentiniano II torna-se imperador. Já a morte de Valente foi narrada no livro XXXI enquanto ele combatia os Godos. O livro é encerrado, então, com derrota dos romanos para os godos na Batalha de Adrianópolis.

Considerando o exposto, é possível notar que Amiano Marcelino testemunhou o deslocamento da centralidade de Roma para a nova capital, Constantinopla. Isso veio da pressão exercida de diversos povos nas fronteiras imperiais e da necessidade da presença imperial nessas localidades para combatê-los. Esse contexto será mais bem explorado nos capítulos seguintes dessa dissertação. Dessa maneira, Amiano Marcelino demonstra ser uma documentação textual essencial para a compreensão desse recorte temporal dentro do IV século. Passemos agora para outro autor de nossa documentação.

1.3. Filostórgio

Foi graças ao hábito de alguns estudiosos medievais de compilar obras da antiguidade em formato de epitomes que hoje temos acesso a produções textuais que não sobreviveram de maneira integral por múltiplos fatores, tanto por acidentes de percurso ou por intervenção de autoridades, como banimento das obras e queima das mesmas por ordem de algum imperador. Nesse sentido, a obra de Filostórgio sobreviveu, mesmo que em fragmentos, em forma de um epítome escrito por um autor do IX século, o cristão Fócio (820 – 891), que conservou os trechos mais extensos desse autor. Esse arranjo consiste numa espécie de comentário e crítica à *História Eclesiástica* de Filostórgio e, conseqüentemente, não reproduz integralmente o material original.

A condição de sobrevivência da obra de Filostórgio tornou o estudo dela pouco atraente e, por essa razão, são escassos os estudos sobre esse autor e sua obra, embora trechos seus sejam

⁸ Fruto de seu terceiro casamento, Constância nasceu após a morte de Constâncio II. Ela e sua mãe Faustina ficaram sob o poder do usurpador Procópio, que as usou para legitimar seu clamor ao trono imperial. Após a derrota desse usurpador, a princesa e sua mãe passaram a viver sob a proteção de Valentiniano, que a casou com seu filho Graciano. (Mcevoy, 2017)

citados por muitos autores contemporâneos. Além disso, dados biográficos sobre esse personagem são um pouco mais expressivos do que os conhecidos sobre Amiano Marcelino. Sendo assim, recorreremos à introdução feita pelo tradutor da obra de Filostórgio, Philip R. Amidon (2007), e à introdução da tradução francesa da mesma obra. Esses textos nos forneceram dados indispensáveis sobre o contexto tardo antigo de conflitos políticos e religiosos, partindo do III século, e o contexto específico de Filostórgio (VI-V).

Somado a isso, duas obras foram fundamentais para nosso conhecimento de fatos sobre Filostórgio. A primeira delas foi um capítulo escrito por Harmut Leppin presente no volume XXXIV da *Studia Patristica* (2001) editada por M. F. Wiles e E. J. Yarnold. Esse capítulo se intitula *Heretical Historiography: Philostorgius* (2001) e, pelo título que utiliza o termo “herético”, pode-se notar que o autor possuiu algumas visões já superadas pela historiografia. Todavia, o texto permanece relevante com dados biográficos de Filostórgio e sobre sua *História Eclesiástica*. Da mesma forma, a segunda obra à qual nos referimos é o livro de Raymond Van Dam, *Becoming Christian The Conversion of Roman Cappadocia* (2003) que, apesar de algumas questões problemáticas semelhantes às de Leppin, possibilita-nos conhecer fatos indispensáveis sobre as histórias eclesiásticas de autores provenientes da Capadócia, assim como detalhes sobre suas origens, suas famílias, suas paideias, seus pensamentos teológicos, entre outras informações.

Não podemos deixar de mencionar a coletânea da Doris Meyer, intitulada *Philostorge et l'historiographie de l'Antiquité tardive / Philostorg im Kontext der spätantiken Geschichtsschreibung* (2011), que contém capítulos vitais, como *Les sorces chrétiennes de Philostorge: vue d'ensemble*, de Jean-Marc Prieur, *Philostorge, Libanios et Julien: divergences et convergences*, de Pierre-Louis Malosse, dentre outros.

Edward Watts, com seu artigo *Interpreting Catastrophe: Disasters in the Works of Pseudo-Joshua the Stylite, Socrates Scholasticus, Philostorgius, and Timothy Aelurus* (2009), em que estuda todos esses autores citados em seu título, discute de maneira clara alguns detalhes da vida e obra de Filostórgio. Gabriele Marasco e Michael J. Holerich com os respectivos livros, *Greek & Roman Historiography in Late Antiquity. Fourth to Sixth Century A. D.* (2003) e *Making Christian history: Eusebius of Caesarea and his readers* (2021), foram de grande ajuda com algumas questões relativas ao nosso tratamento documental. Em Holerich, as informações sobre Filostórgio estavam pulverizadas dentro de seu livro, enquanto Marasco dedicou um capítulo para esse autor, *The Church Historians (II): Philostorgius and Gelasius of Cyzicus* (2003).

Alguns artigos que utilizaram a documentação de Filostórgio, apesar de muito interessantes, não nos auxiliaram nesta pesquisa já que pouco falavam sobre a *História Eclesiástica* em si ou sobre seu autor. Esses textos estavam focados em uma temática que não exigia tais dados. Como exemplo, citamos o artigo *Fragments Nouveaux De Philostorge Sur La Vie De Constantin* (1935), de Joseph Bidez e P. Heseler; *The Passio S. Artemij, Philostorgius, And The Dates Of The Invention And Translations Of The Relics Of Sts Andrew And Luke* (2003) de Richard W. Burgess e *Filostorgio e la morte di Costantino il Grande* (2006), de Marilena Amerise.

Considerando o exposto, Filostórgio nasceu em torno do ano de 368 em Borissus, na Capadócia (Prieur, 2013, p.9), berço dos famosos patriarcas da Igreja que viria a se tornar a Católica, Eusébio de Cesareia (265-339), Basílio de Cesareia (330-379), Gregorio de Nissa (335-394) e de Gregório de Nazianzo (329-389). Sua família era praticante da vertente ariana do cristianismo (Marasco, 2003, p.258; Amerise, 2006, p.329) e, mais especificamente, tinham se convertido à doutrina de Eunômio, provavelmente, durante os anos 360 ou 370, quando Basílio tinha proeminência em Cesareia (Van Dam, 2003, p.39).

No contexto religioso do Império Romano da Antiguidade Tardia, deparamo-nos com conflitos internos entre as vertentes do cristianismo, com as dissidências em relação ao dogma trinitário que chegaram a extrapolar o campo do debate e resultaram em exílios e atos de violência física e verbal (Papa, 2013, p. 83). O conflito cristão mais conhecido envolveu os nicenos e os arianos que, dentre outras coisas, sua divergência principal estava relacionada à natureza divina de Cristo. Enquanto para os nicenos, Deus e Cristo compartilhavam da mesma divindade, segundo os arianos, como havia apenas um deus, Cristo não poderia ter a mesma natureza divina que o Deus pai possuía (Magalhães, 2009, p. 105).

A vertente eunomeana ou anomeana foi considerada herética pelos nicenos e sua condenação foi discutida em vários concílios e Sínodos, até que foi proibida em 381⁹. Os seguidores de Eunômio representavam um braço radical do arianismo em razão de suas ideias, sendo uma delas a noção de que não havia qualquer semelhança entre o deus criador e sua criatura, ou seja, Deus e Jesus não seriam feitos da mesma substância (Watts, 2009, p.87-88). Além disso, diferiam na maneira como entendiam a essência divina, os ritos, como o batismo e seu ascetismo que abrangia abstinência sexual e o vegetarianismo (Prieur, 2013, p. 27-33).

⁹ Em 381, no governo de Teodósio I, a crença eunomeana foi acusada de *superstitio* e seus seguidores foram condenados oficialmente como consta no Codex Teodosiano (XVI,5,12 – 383, 13 – 384, 17 – 389, etc). (Prieur, 2013, p. 36)

Conforme Bleckmann, Meyers e Prieur, a seita Eunomeana, embora seja difícil determinar em números exatos, tinha um número considerável de seguidores, tendo já sofrido inúmeros ataques e condenações, e Aécio e Eunômio consideravam a constituição de um clero separado. Do mesmo modo, vários importantes autores nicenos do período acharam necessário compor obras refutando essa vertente, como Basílio de Cesareia, Gregório de Nissa e Gregório de Nazianzo (Prieur, 2013, p. 34-35).

A família de Filostórgio, aparentemente, não possuía grande distinção social. Seu avô Anísio havia servido como sacerdote em Borissus, uma vila localizada em uma região de difícil acesso, próxima a Nazianzo (Van Dam, 2003, p.157). Anísio teve quatro filhos e uma filha chamada Eulampion, os quais eram contemporâneos de Eunômio, Juliano e dos patriarcas da Capadócia (Philost. IX,9).

Eulámpio casou-se com Cartério, um seguidor dos ensinamentos de Eunômio¹⁰ que convenceu a sua esposa e toda a família a abraçar as suas preferências doutrinárias (Philost. IX,9). Esses eram os pais de Filostórgio, inclusive, seu nome foi escolhido devido ao significado que remete à afetividade e ao título utilizado pelas esposas dos antigos reis que governaram a região da Capadócia antes da instalação do cristianismo. Ou seja, seu nome era uma espécie de afronta ao trabalho que os iniciadores das histórias eclesiásticas vinham fazendo para ocultar as origens “pagãs” daquela região (Van Dam, 2003, p.357-8). Dessa forma, é muito provável que esse personagem foi educado sob os ensinamentos eunomeanos.

Como já mencionado, Filostórgio era capadócio, assim como Eusébio de Cesareia (265-339), Gregório de Nissa (335-394) e de Gregório de Nazianzo (329-389). No entanto, seu pensamento religioso dissidiu do pensamento do trio de antecessores, mesmo tendo o início de sua trajetória de vida muito semelhante à deles. Assim como os patriarcas, quando jovem (no final dos anos 380), Filostórgio deixou a Capadócia para estudar, no caso dele, selecionou Constantinopla. Esse tipo de jornada em prol do estudo parece ter sido uma prática comum entre os jovens das províncias gregas que, no final da adolescência ou no início dos vinte anos, iam para uma cidade maior, como Antioquia, Alexandria, Atenas ou Constantinopla para continuar sua educação e expandir seus contatos pessoais (Leppin, 2001, p.111).

Antes de deixar a região onde nasceu para ir a Constantinopla, provavelmente no final dos anos 380, Filostórgio visitou Eunômio em sua propriedade em Dakora, na Capadócia (Prieur, 2013, p.10). Essa visita foi um evento transformador em sua vida (Leppin, 2001, p.111). O historiador eclesiástico ficou tão impressionado com a sabedoria e a virtude de Eunômio que,

eventualmente, compôs um prolongado encômio em sua homenagem (Philost. X,6). Décadas mais tarde, ele decidiu dedicar uma obra mais robusta para o objeto de sua admiração e a Aécio¹¹, escrevendo uma história que retrata, na maior parte de sua extensão, os acontecimentos do século IV. Nessa obra, Filostórgio buscou legitimar as atividades e doutrinas de Aécio e Eunômio e criticou as ações de Basílio por atacar os escritos eunomianos (Van Dam, 2003, p.39).

Filostórgio recebeu uma educação abrangente e, nesse sentido, teve contato com os ensinamentos em literatura grega, filosofia, astronomia, cosmografia e medicina. (Van Dam, 2003, p.158). Leppin acredita que Filostórgio estava entre os historiadores eclesiásticos mais bem educados de sua geração, o que seria demonstrado em seu texto pelas diversas digressões que faz nos mais variados tópicos como doenças, catástrofes naturais, animais exóticos, cidades (Leppin, 2001, p.111). Somado a isso, Amidon afirmou que, embora a religião politeísta de origem grega o desagradasse, o autor ariano reconhecia o seu valor cultural (Amidon, 2007, p.xxi). Amidon complementou:

Ele seguiu o exemplo de Heródoto na historiografia, enfeitando sua narrativa com excursões eruditas à geografia e à história natural e, em geral, cultivando um estilo que o recomendaria a seus leitores. O estilo não era pura ornamentação. Sua imersão nos recursos acadêmicos oferecidos por Constantinopla preservou para nós, mesmo na abreviação de sua obra original, tradições que de outra forma seriam desconhecidas ou que adicionam perspectiva a assuntos relacionados em outros lugares Amidon, 2007, p.xxi).

Com isso em mente, era comum na época de Filostórgio que os eruditos escolhessem um rival à altura para discutir seus pontos de vista. Juliano foi um alvo famoso para os cristãos fervorosos em defender a sua fé. No entanto, Filostórgio sabia que Juliano havia favorecido Aécio, o mentor de Eunômio, o que fez com que ele escolhesse como rival o neoplatônico Porfírio, um grande crítico ao cristianismo (Van Dam, 2003, p.158).

Conforme afirmou Van Dam, escrever uma história era muito importante para Filostórgio, pois assim ele estabelecer-se-ia como o intelectual cristão que ele desejava ser e garantiria a transmissão de suas convicções para as gerações futuras. Ao mesmo tempo, ele parece ter buscado evitar o mesmo destino de Eunômio, que, assim como ele, deixou uma pequena cidade para estudar e conquistar prestígio intelectual em Constantinopla. Contudo, Eunômio não conseguiu manter esse reconhecimento, pois sua teoria religiosa foi duramente atacada, forçando-o a retornar à sua terra natal (Van Dam, p.160-1). Comentaremos, a seguir, sobre a obra de Filostórgio.

¹¹ Juntamente com Eunômio, foi fundador do arianismo anomeano (Amerise, 2006, p. 329)

1.4. A História Eclesiástica

Primeiramente, gostaríamos de comentar sobre as traduções utilizadas nesta pesquisa. Uma das edições disponíveis para nós foi a tradução do alemão para o inglês de Philip Amidon de 2007 para a editora norte-americana Society of Biblical Literature. Amidon baseou-se na tradução de Joseph Bidez, menos nos fragmentos presentes no apêndice 7 que ele retirou das crônicas Siríacas e traduziu do original. Segundo Amidon, a edição de Bidez apresenta, além do Epítome de Fócio, alguns fragmentos contidos em *Codex Angelicus Life of Constantine* e sete apêndices contendo fragmentos de outras origens. Amidon manteve essa estrutura.

Sendo assim, os dois primeiros apêndices contêm partes adicionais do *Artemii Passio*. Já o terceiro é uma versão do *Martírio de Artemius* diferente, independente de Filostórgio e usado pelo autor do *Artemii Passio* como uma fonte complementar. O quarto foi extraído do início de uma hagiografia que afirma (falsamente) ser extraída em parte de Filostórgio. O quinto oferece mais material do *Codex Angelicus Life of Constantine* sobre a disputa entre Constantino e Licínio. O sexto apresenta a vida de Luciano de Antioquia da mesma fonte usada por Filostórgio. O sétimo e último apêndice oferece material extraído de um historiador anônimo do final do século IV a quem Filostórgio, entre outros, homenageou (Amidon, 2007, p. xxiv).

A outra tradução utilizada, como já apontado, foi a bilingue grego-francês cujo tradutor foi Édouard Des Places, o texto crítico de Joseph Bidez, a Introdução, revisão da tradução, notas e index de Bruno Bleckmann, Doris Meyer e Jean-Marc Prieur, publicada pela Les editions du Cerf em 2013, que seguem a mesma lógica da tradução de Bidez, como fez Amidon. A introdução dessa tradução faz uma exposição detalhada sobre a trajetória que a obra de Filostórgio seguiu até chegar aos nossos dias.

O epítome de Fócio era conhecido por fazer parte do manuscrito do XVI século, nomeado *Bernesius 54*, que derivava de um códex datado do século anterior denominado *Barroccianus 142*. Esse manuscrito, somado a outros fragmentos da obra de Filostórgio conhecidos na época, foi publicado em 1643 por Godefroi, com uma versão traduzida para o latim do mesmo. Em 1673, a edição de Godefroi foi atualizada por Henri de Valois. Séculos mais tarde, em 1913, com o intuito de trazer a *História Eclesiástica* de Filostórgio de maneira mais completa e com informações atualizadas, P. Battifol e, principalmente, Joseph Bidez deram vida a mais uma edição. Bidez tentou ao máximo reconstruir os escritos do autor eclesiástico, juntando fragmentos inéditos da mesma obra, além de ter utilizado inúmeras documentações textuais da época de Filostórgio e de seu epitomador, Fócio. (Bleckmann, 2013,

p. 13-15). Este último trabalho ainda é bastante referenciado pelos estudiosos sobre a obra do historiador ariano, inspirando as traduções que utilizamos nessa dissertação.

Após esse esclarecimento, partiremos para o contexto de surgimento da História Eclesiástica. Como afirmou Van Dam, o cristianismo introduziu novos regulamentos sobre o comportamento e impôs uma nova hierarquia de clérigos e bispos com posse ao longo da vida. Esses novos padrões precisavam ser legitimados, suas posições de destaque precisavam ser justificadas. Com isso, os clérigos criaram novas lendas históricas para comunidades e famílias. O autor exemplifica com o caso de Gregório de Nissa (330-395), que reescreveu a história das regiões do Ponto e da Capadócia para destacar a antiguidade do cristianismo e de seus fundadores regionais (Van Dam, 2003, p.5).

A História Eclesiástica como gênero literário deve sua existência à História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia (265-339), pois essa obra teria sido o primeiro exemplar desse tipo que se tem notícias na Antiguidade, segundo Hollerich (2021, p.1). Tal obra consiste em uma das fontes textuais mais importantes para o estudo do cristianismo e mesmo do império Romano dos três primeiros séculos da era comum, e “é a peça central de um corpus de escritos em que Eusébio criou uma visão distinta do lugar da igreja cristã na história mundial e no plano providencial de Deus.” (Hollerich, 2021, p.1).

Em consonância com Woods, Eusébio de Cesareia, conhecido como “pai da história da igreja” não foi, realmente, o criador desse gênero, tendo antecessores como Sexto Júlio Africano, que escreveu uma cronografia de cinco livros cobrindo eventos da criação até 217 EC. Embora, como afirma Woods, tenha atualizado a técnica ao torná-la mais abrangente em escopo e mais crítico em questões de cronologia, Eusébio não foi o inventor desse gênero textual (Woods, 2009, p.360). A História Eclesiástica de Eusébio relata desde o nascimento de Jesus Cristo até a derrota do rival de Constantino, Licínio, em 324 EC, e “A característica mais notável deste trabalho, e que a distinguiu muito das obras históricas tradicionais, foi que Eusébio não hesitou em citar longamente uma ampla variedade de fontes anteriores a ele” (Woods, 2009, p.361).

A história da igreja de Eusébio teve vários continuadores, no entanto, a obra de Filostórgio se destaca por ter sido a única continuação sobrevivendo do ponto de vista do cristianismo ariano. (Woods, 2009, p.361). A *História Eclesiástica* de Filostórgio foi publicada aproximadamente nos anos 430, sua narrativa tem seu início onde a de Eusébio acabou, nos anos 300, e termina com a morte do usurpador João em 425, compondo 12 livros que não sobreviveram integralmente, como já mencionado (Leppin, 2001, p. 112).

Nos séculos IV e V, principalmente, o cristianismo era mais do que crenças, doutrinas, práticas litúrgicas, estenoses morais e estilos de vida ascéticos. De acordo com Van Dam, o cristianismo ofereceu uma arena na qual os homens proeminentes locais poderiam continuar competindo por prestígio. E ofereceu uma história que comunidades e famílias poderiam usar para se distinguir dos rivais. Além disso, através de uma linguagem comum recheada de histórias e lendas bíblicas sobre mártires, permitia aos bispos altamente educados se comunicarem com a população de origem comum (Van Dam, 2003, p.6).

Mais do que isso, as disputas pela ortodoxia garantiam entretenimento para a população. Eram motivo de audiência ou de boicote para sermões, brigas nas ruas e, mesmo, motivo de fofoca nos mercados e banhos sobre os candidatos proeminentes e suas várias doutrinas. “Para eles, essas disputas poderiam ter sido os equivalentes teológicos de eventos esportivos que lhes deu outra oportunidade de torcer por seus artistas favoritos.” (Van Dam, 2003, p.9). Chegou-se a um ponto em que os escritores eclesiásticos viram a necessidade de adicionar seus tratados doutrinais e exegéticos com analogias a corridas e concursos atléticos (Van Dam, 2003, p.9).

Basílio e seu irmão Gregório de Nissa articularam grande parte de sua teologia em oposição às doutrinas de Eunômio (Papa, 2013). Todavia, as diferenças doutrinais não são os únicos fatores explicativos de toda a animosidade em seus argumentos. Durante essa controvérsia, a busca do prestígio local e do status individual foi tão importante quanto quaisquer preocupações sobre as formulações doutrinais corretas. Por essa razão, a escolha dos rivais precisava ser cuidadosa. Por exemplo, Gregório de Nazianzo, amante da cultura clássica, escolheu como um de seus principais oponentes um não cristão instruído, o imperador Juliano (Cavalho, 2010). Enquanto Basílio e Gregório de Nissa, preocupados com a ortodoxia doutrinária, escolheram um teólogo rival, Eunômio (Papa, 2013).

Segundo Van Dam, era um costume herdado das cidades gregas que o prestígio de uma pessoa fosse medido comparando-se aos seus pares. Nesta atmosfera de competição e constante comparação, “as rivalidades de comparação eram amizades de cabeça para baixo” (Van Dam, 2003, p.16). Assim como ter amigos era importante na manutenção social, nutrir uma rivalidade poderia trazer promoções. Aliás, uma rivalidade bem-sucedida tinha um protocolo de comportamento a se seguir para evitar exageros, e contava com disputas públicas em que os oponentes expunham para a audiência suas ideias e doutrinas. Então, depois que as questões teológicas foram resolvidas, eles discutiram sobre a história (Van Dam, 2003, p. 16-17).

Para Amidon (2007, p. xviii), o motivo da redação da História Eclesiástica por Filostórgio foi para se posicionar contra a tradução do texto homônimo de Eusébio de Cesareia, outro cristão ariano, feita pelo niceno Rufino de Aquileia no ano de 402 ou 403. Dessa forma,

Filostórgio compôs um texto revisionista visando como público-alvo os estudiosos da escola de Constantinopla, fundada por Teodósio II em 425. Todavia, essa composição não foi bem aceita, pois foi suprimida pelo imperador vigente que ordenou a queima dos volumes (Amidon, 2007, p. xviii-xx). Na época da finalização da escrita, Filostórgio estava na casa dos 70 anos, e não se sabe a data exata de sua morte (Prieur, 2013, p.10).

Acredita-se que a publicação dessa obra foi após 425 já que o historiador eclesiástico menciona a nomeação de Valentiniano III como imperador ocidental e da aliança do general Flávio Aécio com os Hunos, ambos os fatos ocorridos nesse mesmo ano (Philost, H.E., XII, 13-14). Já Bidez, em sua tradução alemã da *História Eclesiástica* de Filostórgio, data-a como tendo sido finalizada no ano de 433 (Bidez, Ano, p. cxxxii), o que coincide com o ano em que a cidade de Constantinopla sofreu um grande incêndio que não é mencionado por Filostórgio. Por essa razão, vários estudiosos desacreditaram a datação do autor francês (Prieur, 2013, p. 11).

O autor eclesiástico ariano buscava também, restaurar a reputação de Eunômio, manchada pelos seus rivais Basílio e Gregório de Nissa. Os ataques a Eunômio iam além de sua proposta teológica, seus rivais criticavam também sua aparência física que apresentava manchas em várias partes de sua pele exposta. (Van Dan, 2003, p.154) Van Dam afirmou que Fócio admirava o estilo de escrita e o vocabulário de Filostórgio, “e talvez, ele possa ter gostado secretamente de ler uma narrativa histórica que, como ele admitiu, contradiz quase todos os outros relatos”. No entanto, Fócio critica veementemente a tentativa de Filostórgio em desacreditar a reputação de Basílio (Van Dan, 2003, p.40).

Apesar de Woods acreditar que, em relação à historiografia, a Antiguidade Tardia não foi um período de grande inovação, o autor destaca a invenção da *História Eclesiástica*. Para ele, essa inovação se deu forçada por mudanças sociais e políticas e, acrescentaríamos, culturais, no Império Romano dessa época. Segundo Woods: “O desenvolvimento que forçou a invenção da história da igreja foi a ascensão do cristianismo e as tensões religiosas que acompanharam essa ascensão” (Woods, 2009, p.358). Esses historiadores da igreja cristã estariam determinados a reinterpretar tudo de acordo com seu ponto de vista religioso. Eles começaram esse movimento para justificar e defender o cristianismo contra seus críticos politeístas e, no meio do século V, aproximadamente, a disputa passou a ser entre as facções cristãs rivais (Woods, 2009, p.358).

Para Woods, havia dois argumentos principais que os cristãos buscavam rebater: o primeiro era o contraste entre a invenção recente do cristianismo e a antiguidade das religiões de matriz grega; e o segundo era de que a “imoralidade pagã” enfurecia os deuses e traziam desastres de todos o tipo para os romanos. A resposta para a primeira afirmação teria dado

origem à crônica, “uma tentativa de sincronizar diferentes sistemas cronológicos e provar assim que Moisés e os profetas do Antigo Testamento haviam vivido muito antes dos criadores da religião ou filosofia grega” (Woods, 2009, p.358), enquanto que a resposta para a segunda teria sido a *História Eclesiástica*, que descrevia em detalhes como, na visão deles, o Império Romano teria prosperado com a ascensão do cristianismo. (Woods, 2009, p.358). Nota-se, nesse sentido, a tentativa, cada vez mais forte, em atrelar a religião cristã ao poder imperial, criando-se justificativas para tal união.

Como já afirmamos, a maior parte da *História Eclesiástica* de Filostórgio sobreviveu no epítome do patriarca da igreja católica Fócio. Sobre sua data e local de nascimento e sua carreira antes do seu patriarcado não se tem evidência. A primeira data solidamente estabelecida de sua carreira é sua nomeação como patriarca em 858 (Ahrweiler, 1965, p. 348).

Em conformidade com Luppin, vários fragmentos da obra de Filostórgio também podem ser encontrados no *Artemii passio*¹², assim como fragmentos em diversas obras que o autor não nomeia (Leppin, 2001, p. 112). Esse autor comenta, da mesma forma, que esses fragmentos são difíceis de usar por três motivos: porque não se tem informação do contexto do qual eles foram tirados; porque o trabalho de Filostórgio não foi preservado completamente e nunca saberemos o que ele não falou; e, por fim, não há como saber se os fragmentos encontrados foram preservados corretamente, palavra por palavra (Leppin, 2001, p. 112).

Para além, fragmentos da *História Eclesiástica* de Filostórgio podem ser encontrados na Suda, que cita o autor arianos como uma de suas fontes, na Vida de Constantino de um autor anônimo, que também utilizou a mesma obra. Ademais, a coleção *Thesaurus orthodoxae* organizada pelo teólogo e historiador Nicetas Choniates (Séc XI-XII) reuniu várias passagens retiradas de Filostórgio (Bleckmann, 2013, p. 18-23). Todos esses fragmentos e mais alguns outros foram reunidos e trabalhados pelas traduções utilizadas nessa dissertação.

De modo geral, a narrativa da *História Eclesiástica* de Filostórgio é guiada pela sucessão de imperadores do Império Oriental (de Constantino I a Teodósio II) e os acontecimentos político-religiosos que permearam esses governos, enquanto os imperadores do Império Ocidental são citados pontualmente. Nas palavras de Watts, Filostórgio endossava em sua construção textual um paradigma histórico bíblicamente derivado no qual a narração de eventos históricos corresponde a profecias, ilustra os males associados à pecaminosidade e descreve as

¹² Segunda a lenda, Artemius teria morrido durante o governo do imperador Juliano, quando em 363 o imperador teria mandado executar os apoiadores de Constâncio II. Esse personagem foi transformado em mártir pela tradição cristã e teria sido venerado na Antiguidade Tardia como um dos santos militares (Bleckmann, 2013, p.17).

recompensas associadas à virtude (Watts, 2009, p.88). Também é importante destacar que Filostórgio não escreve apenas sobre questões eclesiásticas, ele revela em sua obra seu interesse por variadas áreas do conhecimento com geografia, zoologia, astrologia e medicina. O autor, igualmente, revela ter se interessado pelas viagens, tendo conhecido os lugares que descreve, como Antioquia, a Palestina e Alexandria (Prieur, 2013, p.10, Philost. VII, 3; VII, 8; VIII, 10).

Não intentamos fazer um resumo detalhado da obra de Filostórgio como fizemos com as outras documentações utilizadas nessa dissertação, pois cada capítulo dos livros trata sobre acontecimentos específicos que no momento não são relevantes. Assim, teceremos a seguir um breve comentário sobre o conteúdo geral da *História Eclesiástica*.

O governo de Constantino I é explorado nos livros I e II, mas ele é relembrado ao longo da obra. Esse imperador parece ser uma figura ambígua para Filostórgio, pois suas medidas em relação aos conflitos político-religiosos que aconteceram durante seu governo foram igualmente ambíguas na visão desse historiador eclesiástico. Ao mesmo tempo em que ajudou a popularizar o cristianismo (Philost. III, 2; VII, 4), também teve papel decisivo no Concílio de Niceia (325), que estabeleceu o cristianismo homoosiano como ortodoxo (Philost. I, 9; II, 1). Dentre outras coisas, Constantino exilou o líder ariano Ário e, depois, o chamou de volta (H.E. II, 7). Aparentemente, a forma com que Filostórgio lidou com essa situação foi assumir que Constantino era protegido pelo deus cristão e seus erros foram culpa de maus conselheiros da corte ou bispos mal-intencionados (Philost. I,9).

Dos filhos de Constantino, o historiador eclesiástico parece ter ignorado Constantino II, pois comentou brevemente sobre Constante e de forma negativa (Philost. III, 22-26), provavelmente por seu apoio ao niceno Atanásio de Alexandria; já Constâncio II teve bastante destaque. Inclusive, diferentemente de autores nicenos, Filostórgio tem uma visão bastante positiva desse Imperador que favoreceu em várias ocasiões o cristianismo ariano (Philost. III, 2-6; III, 26; IV, 3; IV, 7). Uma das únicas grandes falhas de Constâncio II foi a execução de seu primo e César, Galo. Mesmo assim, Filostórgio justificou as falhas do imperador como resultado de maus conselheiros, assim como Constantino I (Philost. IV, 1). Galo, em razão de seu patronato em prol do cristianismo e a sua relação próxima com o ariano Teófilo, é o governante mais elogiado pelo autor ariano (Philost. III, 25-28).

O sucessor de Constâncio II, Juliano, não é bem-visto por Filostórgio. Em primeiro lugar, porque o historiador eclesiástico é um dos únicos a caracterizar abertamente Juliano como usurpador (Philost. VII, 1). Em segundo lugar, pela tentativa desse Imperador em restabelecer o paganismo e por suas ações que Filostórgio entendeu como uma tentativa de combate ao cristianismo (Philost. VI, 6; VII, 1, VII, 4; VII, 8). E, em terceiro lugar, o autor ariano se

incomodou com as excessivas consultas do imperador Juliano aos oráculos em sua campanha contra os Persas que o levou à morte. O fim trágico de Juliano, para o autor ariano, era uma demonstração de que ele não contava com proteção divina (Philost. VII,15).

Filostórgio tem pouco a declarar sobre Joviano (363-364), a quem não retrata de forma negativa mesmo com seu ato de ceder territórios aos persas após a derrota de Juliano (Philost. VIII,1). Apesar de Filostórgio elogiar a fé cristã de Valentiniano I em um primeiro momento, o historiador depois coloca que esse imperador se corrompeu moralmente (Philost. VIII, 8a). Graciano é abertamente criticado pelo autor ariano. Esse Imperador tinha fortes conexões com o cristianismo niceno e foi, inclusive, comparado ao imperador Nero (Philost. X.5).

Por fim a Dinastia Teodosiana é retratada de forma ambígua. Por exemplo, as ações de Teodósio I contra o arianismo são um fator bastante negativo para a imagem que Filostórgio tem dele (Philost. IX, 19; X, 6,: XII). Mesmo assim, o historiador eclesiástico reconhece seus méritos na luta contra os “bárbaros” e contra o “paganismo” (Philost. IX, 19; XI, 2).

Com essas considerações sobre Filostórgio, partimos para a documentação de Juliano.

1.5. Juliano

Diferentemente dos autores das outras duas documentações, os dados biográficos relacionados a Juliano são inúmeros. Podemos acessá-los em variadas documentações textuais (Panegíricos, histórias, histórias eclesiásticas, invectivas, cartas e etc) ou materiais (como numismática, estatuário, arquitetura). Ressaltamos que muitas das informações sobre ele provém de seus próprios escritos. Devido a esse grande número de fontes, Juliano é um personagem histórico bastante pesquisado até a atualidade. Várias biografias famosas sobre Juliano foram produzidas ao longo dos séculos XX e XXI, das quais citarei as mais utilizadas pela historiografia atual sobre Antiguidade Tardia. Dessa maneira, selecionamos uma das mais citadas pelos estudiosos atuais, lançada originalmente em 1930, *La vie de Julien* (2012) de Joseph Bidez. Bidez foi pioneiro na tradução de inúmeras documentações antigas e os estudos contemporâneos sobre essas documentações devem muito ao trabalho desse historiador. Bem como fizemos uso de *Julian the Apostate*, de Glen Warren Bowersock (1978), que fez um trabalho minucioso utilizando variadas documentações que citam Juliano. Além disso, recorreremos ao *Julian an Intellectual Biography* (1992), de Polymnia Athanassiadi, uma biografia inédita pautada na perspectiva da trajetória intelectual e psicológica dessa figura histórica. Por fim, a bibliografia *Julian the Apostate*, de Shaun Tougher (2007), que trouxe um

balanço crítico sobre os retratos anteriores sobre o Imperador Juliano desde as documentações antigas até seus biógrafos contemporâneos.

Evidenciamos assim, a coletânea organizada por Nicholas Baker-Brian em conjunto com o supracitado Tougher, *Emperor and Author: The Writings of Julian the Apostate* (2012). Cada capítulo desse livro analisa, particularmente, uma obra da autoria do Imperador Juliano, inclusive os discursos que selecionamos para o *corpus* documental de nossa pesquisa. Em relação a trabalhos em língua portuguesa, no Brasil, salientamos as obras da especialista no Imperador Juliano, Margarida Maria de Carvalho. Essa autora tem inúmeros trabalho sobre esse personagem que serão creditados em nosso capítulo de contextualização histórica.

Isto posto, Juliano nasceu em Constantinopla, no ano de 331, como membro da dinastia Constantiniana. Seu pai foi Júlio Constâncio, filho de Constâncio I (305-306) e de Teodora, e sua mãe foi a segunda esposa deste, Basilina. No ano de 337, aos seis anos de idade, Juliano vivenciou o assassinato de todos os homens adultos de sua família, inclusive de seu pai. É bastante aceito na historiografia que tal massacre ocorreu sob as ordens de Constâncio II, com ou sem a participação de seus outros dois irmãos, Constantino II e Constante, os três novos imperadores (Bowersock, 1978, p. 23; Crawford, 2016, p. 31-32).¹³

Juliano passou sua infância e foi educado longe da capital Constantinopla, tendo sido enviado para várias residências imperiais afastadas e teve vários mestres. (Athanassiadi, 1992, p.37; Bowersock, 1978, p. 23-24). Logo após o massacre de 337, Juliano foi enviado para Bitínia, ficando sob os cuidados de sua avó materna (Tougher, 2007, p.14). Ainda nessa localidade, o jovem também foi educado pelo Eunuco Mardônio, que teria sido o responsável por iniciar Juliano na cultura helênica, mas também havia sido o professor de sua falecida mãe. (Bidez, 2012, p.17). Em seguida, foi mandado para Nicomédia, onde ficou sob os cuidados de Eusébio (Bidez, 2012, p.16).

Anos depois, em torno de 342, Juliano e seu meio irmão Galo foram enviados para o domínio imperial de Macellum, na região da Capadócia, próximo a Cesareia. O príncipe tinha em torno de 10 anos e tal transferência se fez após a morte de Eusébio da Nicomédia em 341/342. (Bidez, 2012, p.22). Apenas no ano de 347 foi que Constâncio II visitou brevemente seus primos na residência de Macellum (Bidez, 2012, p.24). Shaun Tougher acredita que foi durante a estadia nessa localidade, que Constâncio II via a necessidade de vigiar mais acirradamente os passos dos irmãos, ao mesmo tempo em que Galo e Juliano começaram a ser

¹³ Mais detalhes sobre esse evento serão dados no próximo capítulo desta dissertação.

treinados para o poder imperial, já que este imperador ainda não possuía herdeiros (Tougher, 2007, p.15).

Após a morte de Eusébio, a educação de Juliano parece ter passado ao encargo de George da Capadócia, imbuído em transmitir os ensinamentos cristãos arianos ao jovem (Athanassiadi, 1992, p.23). Somado a isso, segundo Bidez, George possuía uma biblioteca muito rica dos mais variados livros de retórica, de filosofia e comentaristas, e Juliano pôde aproveitá-la. (Bidez, 2012, p.25). Tougher tem algumas dúvidas sobre se George realmente foi mestre de Juliano, acreditando que as evidências – uma delas é uma carta em que Juliano menciona os livros que George emprestou para que ele fizesse cópias – não são fortes o bastante (Tougher, 2007, p.16).

Em 351, Galo foi nomeado César e enviado para a Antioquia, para, em seguida, ser executado em 354 sob suspeita de conspiração contra o Imperador. Juliano se viu associado a tal evento e sua execução foi impedida pela Imperatriz Eusébia (Jul. Or. II, 118b-c). E, no ano de 355, Juliano tornou-se César de seu primo, o Imperador Constâncio II, e foi convencido a aceitar tal cargo pela Imperatriz Eusébia, acontecimento que detalharemos melhor no terceiro capítulo. Quando seu irmão foi nomeado César, Juliano parece ter adquirido liberdade para estudar em outras regiões, como Constantinopla, onde recebeu lições de retórica do politeísta Nicocles e do cristão Hecebólio e, possivelmente, tenha assistido a aulas de Temístio (Tougher, 2007, p.16).

Ao longo de sua vida, o príncipe demonstrou seu interesse pelo estudo e produziu variados tipos de obras escritas, dentre elas cartas, discursos, panegíricos, textos filosóficos, sátiras, entre outros. Muitos destes trabalhos sobreviveram até os nossos dias, inclusive os dois discursos que seccionamos para nossa pesquisa: *Panegírico em Honra à imperatriz Eusébia* e *Carta ao senado e ao povo de Atenas*.

A vida de Juliano se entrelaça com a do Imperador Constâncio II e da Imperatriz Eusébia. Por essa razão, deixamos de citar ou comentamos de forma breve vários acontecimentos históricos do período em que eles viveram e que serão esclarecidos no capítulo III. Acreditamos que essas omissões temporárias não prejudicarão o entendimento do tratamento documental.

Por fim, antes de tratarmos separadamente cada um dos dois discursos que selecionamos, vamos fazer um breve comentário sobre a tradição manuscrita das obras dessa figura histórica. Joseph Bidez traduziu a obra de Juliano diretamente do grego para o francês utilizando todos os manuscritos a que teve acesso para reconstruir o máximo possível o corpus documental dessa figura histórica. Bidez cita na introdução do primeiro volume das traduções

de Juliano dois manuscritos que ele considera os mais féis e completos ao manuscrito. O primeiro é o *Vossianus*, cuja datação remete ao final do século XII e início do XIII, que contém, junto com algumas das obras de Juliano, cartas de Libânio. Esse manuscrito foi bastante danificado pelo tempo e várias partes estão ilegíveis. No entanto, o tradutor conseguiu acessar uma cópia desse manuscrito feita antes que ele fosse danificado, o *Parisianus*. Mesmo assim, informou-nos Bidez, grande parte da produção escrita de Juliano não foi preservada. (Bidez, 2003, p. xiii-xxxii). Passemos agora para a documentação de Juliano selecionada para nossa pesquisa.

1.6. O *Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia*

Devemos destacar que *Panegírico em Honra à imperatriz Eusébia* é singular, não só pela qualidade da escrita, mas também por ser um dos únicos panegíricos da Antiguidade Tardia destinados a uma mulher a chegar até nós. O outro exemplar é um panegírico do V século redigido por Claudiano em dedicação à Serena, sobrinha de Teodósio I e esposa do general Estilício (Washington, 2015).

Para a compreensão do que é um panegírico selecionamos três obras clássicas sobre o assunto: a coletânea editada por Mary Whitby, *The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity* (1998), o livro autoral de Roger Rees, *Layers of Loyalty in Latin Panegyric AD 289-307* (2002) e a coletânea organizada por esse autor intitulada *Oxford Readings in Classical Studies. Latin Panegyric AD 289-307* (2012). Com o mesmo intuito, recorremos ao artigo de S. MacCormack, *Latin prose panegyrics: tradition and discontinuity in the later Roman empire* (1976), e o capítulo de John Vanderspoel, *Imperial panegyric: Horatory or deliberative oratory?* (2019), que faz parte da coletânea de Shaun Tougher, *The Emperor in the Byzantine World: Papers from the Forty-Seventh Spring Symposium of Byzantine Studies* (2019).

Sobre questões específicas concernentes ao *Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia*, como sua estrutura, contexto, aspectos filológicos, etc, utilizamos dois artigos da filóloga Maria Pílar García Ruiz, *Significado de σωφοσύνη (αὐτή) en el Encomio a Eusebia de Juliano* (2012) e *Una Lectura conjunta del primer encomio a Constancio y el encomio a Eusebia de Juliano* (2015), assim como o artigo da igualmente filóloga Elena Redondo Moyano, *Encomio de personajes femeninos: Elogio de la emperatriz Eusebia de Juliano el Apóstata* (2009). Com o mesmo intuito, optamos pelo capítulo de Tougher, *In Praise of an Empress: Julian's Speech of*

Thanks to Eusebia (1998), contido na coletânea de Mary Whitby citada anteriormente. Igualmente, desse autor também escolhemos o artigo *The Advocacy of an Empress: Julian and Eusebia* (1998b). Finalmente, selecionamos o capítulo de Liz James, *Is there an empress in the text? Julian's Speech of Thanks to Eusebia* (2012), contido na coletânea de Baker-Brian e Tougher (2012) já mencionada.

Tendo por base essas obras, entendemos que os panegíricos eram documentos oficiais produzidos, em sua maioria, para performances públicas durante ocasiões importantes, como a nomeação para algum cargo, uma cerimônia de vitória do imperador ou o aniversário de algum membro da *domus* imperial, assim como homenagens às cidades e a personagens ilustres (Whitby, 1998b; Rees, 2002, 2012b). O panegírico, assim, consiste em um discurso elogioso destinado a uma figura importante e, seu oposto, a invectiva, busca difamar alguém (Rees, 2002, 2012). Para Nicholas Baker-Brian, “No contexto da vida cerimonial da corte imperial, o papel final do panegírico era, portanto, afirmar a legitimidade do imperador” e a invectiva visava minar esse processo “ao estabelecer a inadequação ou ilegitimidade de um governante” (Baker-brian, 2022, p.14).

A palavra panegírico (*panēgirikós*) tem origem no vocábulo grego *panēgiris* e era empregada para se referir a ocasiões festivas variadas em que eram apresentados discursos em honra à ocasião. Com o tempo, o vocábulo começou a designar um discurso retórico, no qual era oferecido louvor ao governante (Russel, 1998, p. 19-20). O panegírico latino pode ser apresentado de duas maneiras: em verso ou em prosa (Russel, 1998, p.23). Para Rees, a diferença mais notável entre esses dois tipos é que a prosa é mais formal, sendo destinada a ocasiões políticas de contexto público ou cerimonial, o que implicava a exigência da adequação a certas regras em sua produção. Enquanto o verso se aplicava a ocasiões mais íntimas, permitindo mais flexibilidade para adaptações por parte dos autores (Rees, 2012b, p. 9).

Conforme Susanna Morton Braund colocou, muito provavelmente, cabe à obra *Evágoras* (365AEC) do retórico grego Isócrates (436–338 AEC) a inovação do panegírico em forma de prosa. Tal obra foi resultado da combinação da poesia em honra a atletas vitoriosos e das orações anônimas fúnebres atenienses. Quando transposto para o mundo latino, o panegírico passou a ter como objeto um indivíduo vivo e a ter conotações sociopolíticas (Braund, 1998, p.53).

O panegírico foi estabelecido como documento oficial do Império Romano no século IV, com isso, sua produção foi numerosa, o que possibilitou que alguns exemplares chegassem à atualidade. (Carvalho; Figueiredo, 2013, p. 213). Em consonância com essa afirmação, Vanderspoel reiterou que, na Antiguidade Tardia, panegíricos faziam parte da rotina dos

habitantes de vilas e cidades romanas. Comemorações em honra a visitantes e, às vezes, aos seus nativos eram mais frequentes nas cidades do que os registros históricos revelam (Vanderspoel, 2019, p.199). Segundo Baker-brian, “no fundo, portanto, os discursos imperiais eram veículos para a promoção de relações políticas entre o imperador e a população” (Baker-Brian, 2022, p.66). Ademais, os panegíricos eram instrumentos para a transmissão de ideologias políticas, transmitindo as virtudes e feitos de um governante e, igualmente, para a promoção das habilidades de um orador para a corte (Baker-brian, 2022, p.66).

Além disso, não era incomum o uso de trabalhos anteriores como modelos para a produção dos panegíricos. Grande parte dos panegiristas latinos se espelhavam no *basilikòs lógos*, de Menandro (III século), obra cuja datação é sugerida como sendo do final do século III E.C. Essa obra ditava uma certa sequência para a escrita dos discursos elogiosos: (1) origem; (2) nascimento; (3) adequabilidade ou realizações; (4) ações de guerra e paz. Devemos destacar que era nessa última parte em que se descreviam os atos de coragem e virtude da figura homenageada, como batalhas vencidas. Quanto às virtudes, existem quatro principais associadas a um bom Imperador: a coragem, a sabedoria, a temperança e a justiça. Costumava ser no tópico da temperança onde a esposa do Imperador deveria ser mencionada caso fosse virtuosa (Braund, 1998, p. 89).

Vale colocar em evidência que o *Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia* foi escrito em conjunto com o primeiro *Panegírico ao imperador Constâncio*, dedicado ao imperador Constâncio II. Neste último discurso, Juliano não menciona a Imperatriz como era costume, mas sim, dedicou um texto inteiramente para ela (García Ruiz, 2015, p. 157). Esses discursos foram elaborados entre o outono de 356 e a primavera de 357, quando Juliano era César do referido imperador e residia na Gália (Athanassiadi, 1992, p. 84; García Ruiz, 2015, p.156).

Nesse ínterim, o César almejava afastar de si as acusações levantadas pelo *magister equitum* Marcelo, designado como seu supervisor por Constâncio II (Tougher, 1998, p. 107). Marcelo acusava Juliano de ser imprudente, impulsivo, inexperiente e colocava as vidas dos soldados em risco com manobras militares impensadas (García Ruiz, 2015, p.157-158). Dessa forma, seu objetivo ao escrever esse par de discursos elogiosos era reabilitar a sua imagem e evitar uma possível execução (Amiano Marcelino, *Res Gestae*, XVI, 7, 2). Segundo Rees, performances de panegíricos eram uma atração comum em ocasiões de celebrações imperiais nas cidades da Antiguidade Tardia (Rees, 2002, p.8). O par de panegíricos de Juliano foram declamados no início do ano de 357 pelo eunuco Eutério, no consistório de Milão (García Ruiz, 2015, p.157-158).

Em relação a esse par de discursos, Athanassiadi apontou que uma diferença fundamental entre eles é que Juliano utilizou adjetivos genéricos ao elogiar o Imperador Constâncio II, enquanto isso, no discurso destinado à Eusébia, ele teria sido mais sincero e original. (Athanassiani, 1992, p. 85). Concordamos com essa afirmação, pois o fato de que as relações entre Juliano e a Imperatriz parecem ser melhores do que entre o César e Constâncio II pode servir como comprovação. Notamos que o discurso para a Imperatriz aparenta ter um tom mais pessoal já que Juliano agradece às benfeitorias dela para com ele.

Especificamente analisando as obras de Juliano, podemos observar que ele não está tão preocupado em seguir todas as normas daqueles gêneros textuais. Com os panegíricos não é diferente, Juliano escolhe escrever ao seu modo, fazendo as adaptações que lhe convêm, mesmo que tivesse conhecimento do manual de Menandro (García-Ruiz, 2015, p. 11). O panegírico dedicado à imperatriz Eusébia é um bom exemplo dessa flexibilidade do autor, que precisou adaptar o modelo ao se dirigir a uma figura feminina.

Inicialmente, ele escreve contra a ingratidão e pela necessidade de agradecer àqueles que lhe ajudaram (Jul., Or. II, 102a-104a). Ele também argumenta sobre necessidade do elogio às mulheres virtuosas, seguindo o exemplo do elogio de Homero à Arete e à Penélope na *Odisseia*. Nesse sentido, para esse César, uma mulher virtuosa merecedora de um encômio “deve ser modesta, inteligente e recompensar a cada um, de acordo com o seu mérito, ser corajosa no perigo, magnânima e generosa” (Jul., Or. II, 104b-c). Considerando isso, sobre Eusébia ele escreve:

Pois então, imitando aquele sábio e divino poeta, louvarei a excelente Eusébia e, ainda que desejemos fazer um elogio digno dela, ficaremos felizes se conseguirmos demonstrar, em certa medida, suas numerosas e boas qualidades, os méritos que ela possui, sua prudência e justiça, sua doçura e moderação, o amor tem por seu esposo, sua generosidade, ou sua forma de honrar as pessoas íntimas e sua família (Jul., Or. II, 106a).

Como ditam os modelos anteriores, o César elogia o local de origem da Imperatriz, a Tessalônica, na Macedônia, aproveitando para fazer uma digressão sobre Hércules, Felipe da Macedônia e Alexandre, o Grande (Jul., Or. II, 104b-106b). Em seguida, Juliano elogia os antepassados e a família de Eusébia, destacando o pai da Imperatriz que foi o primeiro da família a alcançar o cargo de cônsul (Jul., Or. II, 107d-108a). Juliano também enaltece a mãe da Imperatriz, que tinha origem grega e foi quem cuidou da educação dela sozinha após a morte do marido e teria sido responsável pelas virtudes adquiridas pela Imperatriz (Jul., Or. II, 110a-110d).

Em relação ao casamento de Eusébia com Constâncio II, o César diz que não se deterá na descrição dos detalhes luxuosos do casamento imperial e critica aqueles que se interessariam

por isso. Juliano prefere se concentrar nas virtudes de ambos (Jul., Or. II, 110d-112a). Em seguida, o autor do elogio preferiu discorrer sobre as virtudes da Imperatriz: “sua inteligência, sua doçura, sua prudência, sua humanidade, sua moderação, sua liberalidade e as outras virtudes” (Jul., Or. II, 112b) e fez uma digressão sobre o amor de Penélope e Odisseu (Jul., Or. II, 112 c a 114c). Depois disso, o César declara que a Imperatriz, com seu amor e suas virtudes, inspirava bondade e clemência no Imperador e participava das suas decisões, não sendo ela a responsável por nenhuma injustiça (Jul., Or. II, 114c).

Posteriormente, Juliano aponta que Eusébia intercedia nos julgamentos do Imperador por meio de petições e súplicas, e afirma que ele a ouvia. O César, igualmente, diz que a Imperatriz nunca teria penalizado ninguém e a nenhuma cidade, muito pelo contrário, teria ajudado a evitar castigos em inúmeros casos. Juliano, ainda, escreve sobre os favores que a Imperatriz teria distribuído para aqueles que eram próximos a ela e de sua família, de acordo com o merecimento de cada um (Jul., Or. II, 116a-116d). Juliano demonstra a intenção de devolver os favores prestados a ele pela Imperatriz com esse discurso (Jul., Or. II, 116d-117d). Prontamente, ele menciona por cima o massacre de 337 e coloca o Imperador como seu protetor¹⁴.

Logo após, Juliano informa sobre o incentivo da Imperatriz para que Constâncio II investigasse melhor os boatos que acusavam Juliano de conspirar com seu meio irmão Galo e convenceu o imperador a conceder uma audiência para que o César se explicasse. Após salvar a vida de Juliano, ela teria conseguido a autorização para que ele fosse estudar em Atenas (Jul., Or. II, 117d-119d). A viagem para Atenas e a perspectiva de ter contato com professores ilustres o emocionou tanto que ele dedicou uma parte do discurso para elogiar a Grécia e agradecer ao Imperador e à Imperatriz por permitirem sua viagem (Jul., Or. II, 119d-121c).

Juliano foi chamado de Atenas para que retornasse e assumisse a posição de César, então, no panegírico ele escreveu sobre a modéstia em contraposição ao luxo e sobre como a Imperatriz o convenceu a aceitar tal honra (Jul., Or. II, 121c-123c). Depois disso, o jovem fala brevemente sobre a participação de Eusébia no arranjo do casamento dele com a irmã do Imperador, Helena. No entanto, sua grande alegria foram os livros presenteados pela Imperatriz para que ele os levasse para a Gália. Eram muitos livros “de bons filósofos, historiadores e de muitos oradores e poetas” (Jul., Or. II, 123c-124d), e que diz que um desses volumes sempre o acompanha em suas campanhas.

¹⁴ Na *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas*, Juliano acusa o imperador de ser o autor de tal massacre.

Nas passagens seguintes, Juliano fala da importância da retribuição (Jul., Or. II, 124d-126b), da elaboração de discursos e da presença de mulheres na obra homérica (Jul., Or. II, 126b-128b). Juliano encerra com a comparação entre a Imperatriz com o político ateniense Péricles (490-429 AEC), justificando que ambos tinham como maior mérito o fato de não ter causado a morte ou exílio de nenhum cidadão (Jul., Or. II, 128b-129b e 129b-129d).

Dito isso, comentaremos a seguir sobre a última documentação selecionada para esta dissertação.

1.7. A Carta ao Senado e ao Povo de Atenas

A *Carta ao senado e ao povo de Atenas* faz parte de uma série de cartas/discursos dedicados a cidades imperiais escritos em 361 quando Juliano, sob a púrpura imperial, marchava contra Constâncio II (Bidez, 1932, P. 210; García Blanco, 1979, p.305; Humphries, 2012, p.77). No entanto, essa carta foi o único que sobreviveu de forma integral¹⁵. Encontramos poucas bibliografias sobre ele em específico, provavelmente devido à indisponibilidade do material nos meios que podemos acessar (como livrarias, sites de periódicos, internet no geral) e não de sua inexistência. Com isso, trabalhamos com as informações transmitidas pelos tradutores dessa documentação, José García Blanco (1982b), Joseph Bidez (2003) e W. C. Wright (1913b).

Não podemos deixar de destacar o capítulo de Mark Humphries, *The tyrant's mask? Images of good and bad rule in Julian's Letter to the Athenians* (2012), contido na coletânea de Nicholas Baker-Brian e Shaun Tougher, *Emperor and Author – The Writings of Julian the Apostate* (2012). Esse capítulo nos apresentou os aspectos que Juliano entendia que pertenciam a um mau e a um bom governante. Assim como o artigo da filóloga Elena Redondo Moyano, *La construcción de una identidad política: La carta de Juliano el Apóstata Al Senado y al pueblo de Atenas* (2018), que nos auxiliou no entendimento dessa documentação peculiar que se define entre uma carta e um discurso.

Para mais, empregamos algumas bibliografias para investigar a tipologia da carta como gênero textual na antiguidade. Assim, utilizamos *Greek and Latin letters* (2003), de Michel Trapp, *Late Antique Letter Collections: A Critical Introduction and Reference Guide* (2017), organizado por Cristiana Sogno, Bradley K. Storin, Edward J. Watts e *Material aspects of letter*

¹⁵ Libânio conserva uma breve citação da carta aos coríntios em Or. 14.30 e a carta enviada a Roma é mencionada por Amiano Marcelino na passagem XXI.10.7.

writing in the Graeco-Roman world, 500 BC - AD 300 (2018), de Antonia Sarri. Enfim, sobre o corpus epistolográfico de Juliano, aplicamos o capítulo *The emperor's shadow: Julian in his correspondence* (2012), de Michel Trapp, incluso na já citada coletânea de Baker-Brian e Tougher (2012) e o capítulo *The Letter Collection of the Emperor Julian* (2017), de Susanna Elm, parte da supracitada coletânea de Sogno, Storin e Watts (2017). Alguns outros textos foram de grande utilidade para entender o contexto de elaboração desse discurso/carta e serão citados ao longo deste tópico.

Dessa forma, depois que os soldados proclamaram Juliano como imperador em Lutécia (atual Paris) em fevereiro de 360, ele tentou negociar com Constâncio II seu reconhecimento como tal. Com o fracasso das negociações, Juliano desceu o Danúbio e alcançou a Panônia no início de outubro de 361 (Bidez, 2012, p.169). Em seguida, ocupou Sirmium, a capital da Panônia, e então marchou até a Passagem de Succi, que guardava a entrada da Trácia. Ao mesmo tempo, Constâncio II estava marchando do norte da Síria contra Juliano. Este último, com seu exército, atravessou a Passagem de Succi e retirou-se para a cidade Naissus, a principal cidade da província de Dacia Mediterrânea na prefeitura de Illyricum (Kaegi, 1975, p.161-162).

Conforme afirmaram Bidez e Humphries, a *Carta ao senado e ao povo de Atenas*, junto com as outras cartas destinadas a Corinto¹⁶, Esparta, ao Senado e a Roma, teriam sido escritas quando Juliano adentrava os Balcãs e as províncias do Danúbio no verão de 361 e foram enviadas muito provavelmente da cidade de Naissus (Bidez, 1932, P. 210; Humphries, 2012, p.77).

Kaegi acredita que essa cidade teria sido escolhida por Juliano por uma série de razões, a mais importante delas seria porque Juliano não contava com tropas e suprimentos suficientes para atacar Constantinopla e marchar contra Constâncio II de imediato. Além disso, essa cidade tinha localização estratégica, dela se estendiam estradas para a Dalmácia, para Ratiaria no Danúbio, para Tessalônica e o resto da Macedônia e daí para a Grécia, bem como para a Trácia e Constantinopla (Kaegi, 1975, p.163).

Além de tudo isso, o posicionamento de uma sede de governo temporária nessa cidade por Juliano pode ter, igualmente, motivações simbólicas, como declarou Kaegi. Naissus é o local de nascimento de Constantino I, pai de Constâncio II, e também foi o local onde Constâncio II teve sua vitória pacífica contra o usurpador Vetrânio em 350. Além de ser uma cidade próxima a Constantinopla e tinha um significado importante para a legitimidade da Dinastia Constantiniana. Assim, além dos motivos militares, a estadia de Juliano em Naissus

¹⁶ Apesar de os discursos direcionados a Corinto, Esparta, ao Senado e a Roma não terem sido preservados integralmente, parte de seu conteúdo foi citado em outras documentações textuais (Humphries, 2012).

conferia vantagens psicológicas, morais e ideológicas sobre ele em sua luta para estabelecer a legitimidade de sua própria reivindicação à autoridade imperial (Kaegi, 1975, p. 164-166).

Então, na época da elaboração da *Carta ao senado e ao povo de Atenas* e das demais, Juliano buscava o apoio dos cidadãos dessas cidades e, ao mesmo tempo, legitimar-se como imperador e se distanciar da ideia de usurpador (García Blanco, 1979, p.306) Ele tentou transmitir uma boa imagem de si enquanto depreciava Constâncio II nesse discurso. Seu objetivo era fazer com que a opinião pública das cidades de que ele se aproximava em sua companhia ficasse contra seu primo. Assim, ele acabou enviando às cidades da Ilíria, Macedônia e da Grécia tais manifestos em que buscava se desculpar com o povo e demonstrar, através de promessas adaptadas a cada destinatário, porque ele seria um Imperador melhor do que Constâncio II (Bidez, 1932, P. 210; García Blanco, 1979, p.306).

Humphries apontou que esses discursos teriam sido uma medida desesperada de Juliano para conseguir o reconhecimento dos membros do Senado de Roma, que, até aquele momento, viam em Constâncio II o imperador com o melhor apelo à legitimidade (Humphries, 2012, p.79) Tal afirmação parece possível se considerarmos que naquele momento, Juliano era pressionado de um lado, pelas tropas de Constâncio II e do outro, pelos avanços dos persas na fronteira oriental.

Os defeitos de Constâncio II como imperador, fossem eles verdadeiros, falsos ou exagerados, expostos por Juliano nesse discurso, não nos interessam nesse momento. O que motivou nossa atenção na *Carta ao senado e ao povo de Atenas* e o fato de que Juliano não traz uma imagem negativa de Eusébia, que ainda é reconhecida como sua salvadora. Isso demonstra como as bem feitorias da imperatriz para com Juliano foram, em grande parte, reais. Quando Juliano escreveu esse discurso, ela já estava morta e ele não teria nenhuma razão para manter uma boa memória dela caso ela não o tivesse ajudado. Tougher sugeriu que a imagem positiva de Eusébia nesta carta pode ter servido para destacar a imagem negativa de Constâncio, e Juliano, ao descrevê-la tão ativa e influente na política imperial, pode ter utilizado como uma forma de evidenciar as falhas do Imperador como homem de qualquer maneira (Tougher, 2020, p. 133-134). De qualquer forma, a opção de Juliano foi manter uma imagem positiva da mulher que o tinha auxiliado antes.

De mais a mais, a tipologia da *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas* é emblemática. Como apontado anteriormente, Juliano não segue à risca as regras estabelecidas do gênero textual que se propõe a reproduzir. Tal figura histórica implementa as adaptações adequadas aos seus objetivos e necessidades. Nas traduções que consultamos, tal obra é denominada como discurso e podemos notar que apresenta tanto características de panegírico, quando elogia a

cidade de Atenas e seus habitantes (268a – 270c), ou mesmo a si, quanto de invectiva, quando tece críticas ao imperador Constâncio II (270d – 273b), gêneros que já exploramos no tópico anterior.

Nesse sentido, Moyano afirmou que carta era o único tipo de documento que Juliano poderia usar naquele contexto para se dirigir às populações das cidades mencionadas. No entanto, como já comentamos, os tradutores e editores agrupam este documento com os discursos e não com as epístolas. Moyano justifica essa escolha dos editores em razão da *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas* apresentar claras diferenças do restante da sua produção epistolar de Juliano, como seu destinatário coletivo, sua maior extensão e, sobretudo, pela sua estrutura e conteúdo (Moyano, 2018, p.150).

Desse modo, faremos alguns apontamentos sobre a carta como gênero textual e as especificidades desse instrumento de comunicação durante o século IV. Basicamente, a carta consiste num diálogo entre dois interlocutores que se encontram distantes um do outro (Trapp, 2003, p. 1). No entanto, Antonia Sari alertou que, ao se observarem os exemplares sobreviventes de cartas da época greco-romana, percebe-se que essa definição geral cobre apenas parcialmente o escopo da escrita de cartas. Para a autora, além das cartas com função mais básica de comunicação entre duas partes, “as cartas também eram usadas na vida oficial para fins administrativos ou como formato externo para muitos outros tipos de textos, como contratos ou tratados literários” (Sari, 2018, p.5).

Conforme Redondo, há registros epistolográficos desde o século V AEC e a carta já estava bem estabelecida como gênero textual desde o IV século AEC e a extensão do uso da carta entre a população de forma mais ampla não ocorreu até depois das conquistas de Alexandre o Grande, quando as novas circunstâncias sociais e econômicas assim o exigiam. (Redondo, 2004, p. 209) Além disso, esse autor estabeleceu que, do ponto de vista formal, uma carta deve ter um destinatário a quem o autor costuma fazer alusão por meio do pronome da segunda pessoa. Igualmente, tem-se abundância na utilização de cabeçalho e colofão. Somado a isso, é característico o uso de pronomes e diminutivos, assim como termos marcados do ponto de vista afetivo, para revelar a emoção do remetente ou cortesia. Então, seguem-se as fórmulas de saudação e despedida, a justificativa pelo envio da carta e, até expressar o desejo de não causar transtornos ao destinatário caso a carta o atrapalhe em seus afazeres. Por fim, as cartas devem seguir a regra da concisão, seguindo o princípio da modéstia e da brevidade, em consideração com as ocupações do receptor (Redondo, 2004, p. 202).

Sari informou que, no período imperial, a categorização dos documentos epistolares tornou-se mais precisa, até mesmo com a contratação de servidores responsáveis pelas letras

latinas e gregas, pelas petições, por manter registros etc. Nessa perspectiva, a autora divide as cartas oficiais em três: cartas, editos e ordens (instruções oficiais) (Sari, 2018, p.14). Por outro lado, concordamos com Moyano de que a *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas* é diferente das cartas habituais dos imperadores, encaixando-se melhor na classificação de P. L. Schmidt¹⁷, que divide em: editos; cartas oficiais; cartas abertas, similares ou discursos; cartas provadas, cartas didáticas; cartas públicas literárias, em prosa ou em verso; cartas pseudepigráficas; cartas que contêm uma prosopopeia retórica fictícia e cartas dedicatórias (Schmidt, 1997, p. 771, apud Moyano, 2018, p.164-165).

Ademais, a produção epistolográfica teria sido tão difundida porque podia ser utilizada para transmitir tantas informações públicas e privadas para um destinatário único ou um grupo. Sendo assim, um excelente meio para difundir ideias (Moyano, 2018, p. 148-150). Nesse sentido, conforme Cristiana Sogno, Bradley K. Storin, Edward J. Watts, as condições políticas e culturais do IV e início do século V encorajaram a produção e disseminação de coleções de cartas literárias, o que possibilitou a sobrevivência desse tipo de documentação até os nossos dias. De mais a mais, o IV século também ofereceu um grupo mais amplo de competidores sociais que queriam se mostrar capazes de influenciar as decisões imperiais, “Consequentemente, essas novas elites provinciais se engajaram em alguns dos mesmos comportamentos epistolares das gerações anteriores de intermediários do poder romano” (Sogno; Storin; Watts, 2017, p.7).

Não obstante, em relação à transmissão das cartas de Juliano, não há sinais de que uma coleção canônica de suas cartas tenha existido. De acordo com Elm, “as tradições manuscritas sobreviventes são marcadas pela grande diversidade e ‘confusão’”, as razões para isso seriam: resultado dos interesses bizantinos medievais nas qualidades estilísticas das cartas de Juliano, alinhando as cartas de Juliano com suas orações filosóficas; o resultado das particularidades da vida desse Imperador e as condições de circulação de seus escritos enquanto vivo ou após a sua morte. Para Elm, a publicação e circulação das cartas de Juliano se deram, em grande parte, por conta dos destinatários dessas cartas; todavia, isso não significa que o Imperador nunca pretendeu publicar uma coleção real de suas cartas, o que não foi colocado em prática devido a sua morte precoce (Elm, 2017, p. 57-58).

De qualquer forma, a *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas* difere do corpus epistolográfico convencional de Juliano que possui um destinatário apenas e tem um caráter de certa forma, mais privado. Considerando o exposto, o título da *Carta ao Senado e ao Povo de*

¹⁷ Infelizmente, não tivemos acesso ao conteúdo original.

Atenas, conforme Moyano, segue a fórmula administrativa habitual das comunicações imperiais oficiais com as cidades. No entanto, no início do texto, o autor não segue as regras introdutórias, tendo optado por fazer uma justificativa do porquê de ter escolhido os atenienses como destinatários. (Moyano, 2018, p. 150). Nesse sentido, a carta também foge à regra da brevidade, sendo mais extensa que as outras cartas do mesmo autor ou do que outros exemplos da época, como as cartas de Libânio.

O restante da carta segue, em alguma medida, as já mencionadas regras do *Lógos basilikós* de Menandro. Conforme Moyano, os retores e intelectuais da corte imperial recorriam a esses discursos para difundir a imagem e os valores que a corte imperial desejava tornar de conhecimento público, revelando sua carga propagandística (Moyano, 2018, p. 152), o que torna lógica a escolha de Juliano por tal recurso.

A seguir, para melhor entendimento dessa documentação, faremos uma breve exposição de seu conteúdo com alguns comentários. Nesse discurso aos atenienses, Juliano enfatiza as virtudes desse povo, com destaque para a justiça de suas ações (Jul. Or II, 268a – 270c). Em seguida, para comprovar sua legitimidade como Imperador, Juliano coloca Constâncio II como o seu contraponto, revelando os crimes que este teria cometido, como a morte dos parentes de Juliano em 337 e a execução injusta de seu irmão Galo, cuja defesa havia sido negada pelo então Imperador. Juliano comenta sobre seu exílio na região de Macellum quando ele e Galo eram crianças (Jul. Or II, 270d – 273b).

Logo após, o autor invoca o nome da Imperatriz Eusébia, comentando sobre a intervenção de alguma divindade para que conectasse os dois e ela intercedesse por ele na ocasião da acusação lançada contra ele de ter participado da suposta conspiração de seu meio-irmão. Depois, ele relata sua relutância em aceitar a nomeação como César e o quanto esse cargo foi desgastante para ele. Em desespero, ele comenta que teria escrito uma carta endereçada à imperatriz, mas, de última hora, teria desistido de enviá-la. Por fim, Juliano aceitou a nomeação acreditando ser o desejo dos deuses (Jul. Or II, 273c-276d).

O autor afirmou que, mesmo sendo o César na Gália, não tinha liberdade e ficava sob vigilância a mando do Imperador. Mesmo assim, Juliano colecionou êxitos e vitórias. Além disso, lamentou que Constâncio II não teve nenhum filho (Jul. Or II, 277a-281c). Posteriormente, Juliano disse que o Imperador agiu com desconfiança em relação a ele. Quando as tropas da Gália declararam Juliano como Augusto, foi a vontade dos deuses que o fez aceitar (Jul. Or II, 281d-285d). Diante do conflito eminente, o autor menciona ter oferecido concórdia a Constâncio II, mas este a rejeitou (Jul. Or II, 286a-d). Juliano acredita que os deuses estavam

ao seu favor e lhes suplicou no discurso proteção para marchar contra seu primo e por fim se despede no discurso (Jul. Or II, 287a-d).

Considerando o exposto, Bidez, García Blanco e Humphries concordam que nesse discurso Juliano exalta as qualidades dos atenienses que seriam úteis no contexto dele, como ênfase na sabedoria, na justiça e na aderência desse povo às leis, que ele estendeu aos outros gregos. E quando Juliano mencionou o triunfo ateniense contra a tirania de Esparta, não pela violência, mas pela justiça, estaria fazendo um paralelo entre ele mesmo e Constâncio II, associando o regime desse imperador à tirania (Bidez, 1932, p.210-211; García Blanco, 1979, p.305-306; Humphries, 2012, p.78).

Diante disso, concordamos com o apontamento de Humphries de que esse discurso de Juliano apresenta uma análise muito interessante sobre os deveres de um imperador, escritos da perspectiva de um autor imperador. (Humphries, 2012, p.75). Isso, segundo o Humphries, faz desse discurso uma obra singular, pois é o único exemplar de texto sobrevivente em que um desafiador do poder imperial defende sua perspectiva de forma tão sistemática (Humphries, 2012, p.75).

Conforme García Blanco, Juliano esforçou-se ao máximo para rejeitar abertamente as acusações de ambição que foram feitas contra ele ao insistir que não queria aceitar a nomeação como César, que não sabia sobre o motim dos soldados que o proclamaram imperador e tampouco queria tal título. Segundo o autor, “Juliano mostra suas mais profundas convicções religiosas ao identificar suas ações com a decisão divina e se apresentar humildemente como o escolhido e instrumento dos deuses.” (García Blanco, 1979, p.307).

Além do mais, ao desejar na carta que Eusébia e Constâncio II concebessem um filho, acontecimento que tornaria a sobrevivência de Juliano mais difícil, é possível que ele intentasse demonstrar sua piedade familiar, contrapondo-se mais uma vez contra o imperador, que, como já mencionado, matara inúmeros membros de sua própria família (Humphries, 2012, p.84-85).

1.8. Observações finais

Neste capítulo, dedicamo-nos a fazer o tratamento do corpus documental escolhido para esta pesquisa. Apesar da diferença de gêneros textuais selecionados, podemos traçar inúmeras conexões, comparações e relações de intertextualidade entre elas e com as pessoas históricas, Eusébia e Constantina, cujas ações político-culturais analisaremos nos próximos capítulos. Juliano é um grande exemplo do que dissemos, sua ligação familiar e política com Constâncio II, Eusébia e, mesmo com Constantina, fez da sua obra um testemunho indispensável para o estudo que propomos a fazer. Nessa mesma perspectiva, Amiano Marcelino, que serviu tanto

no exército de Constâncio II quanto, posteriormente, no de Juliano, disponibiliza-nos um olhar de outro ângulo sobre os mesmos acontecimentos. Assim como faz Filostórgio, que traz um testemunho posterior aos acontecimentos estudados, sob uma visão bastante distinta da de Amiano. Filostórgio era ariano, mesma religião apoiada pela Casa imperial do governo de Constâncio II, enquanto Amiano professava religião helênica. Além do mais, o historiador eclesiástico, ao contrário do historiador militar, tem uma imagem positiva do governo de Constâncio II e do César Galo, e demonstra seu descontentamento em relação à trajetória de Juliano.

Em síntese, a utilização de documentações textuais de gêneros diferentes parece ser desafiadora, mas buscaremos romper com essa ideia aplicando metodologias e teorias para auxiliar em nosso trabalho, assim como as bibliografias que selecionamos. Por fim, discutiremos no capítulo seguinte a contextualização histórica, partindo da Tetrarquia, perpassando pelo governo de Constantino, a divisão do Império entre seus filhos e o início do governo solo de Constâncio II. Visamos, assim, entender as mudanças do lugar que as mulheres imperiais assumiram desde governo de Diocleciano até a época em que Constantina e Eusébia viveram.

Capítulo 2

A Antiguidade Tardia: da Tetrarquia ao governo de Constâncio II (293-360 EC)

As definições de Antiguidade Tardia estão ressurgindo como pauta das discussões acadêmicas atuais. Por essa razão, trouxemos alguns aspectos do referido debate para esta dissertação já que nosso recorte temporal se insere no período tardo antigo. Após essa discussão conceitual, seguiremos nosso capítulo com uma breve exposição do período tetrárquico, inserindo as mulheres imperiais do período no debate. Em seguida, trataremos de aspectos gerais do governo de Constantino I, tocando nos pontos mais relevantes para o entendimento do contexto do governo de Constâncio II, que será exposto por último. As ações das mulheres imperiais, Constantina e Eusébia, assim como os pormenores das rebeliões do governo deste último imperador, cabem ao capítulo III.

2.1. Antiguidade Tardia: uma discussão conceitual

É notável que o debate atual sobre Antiguidade Tardia deve muito ao trabalho de Peter Brown e à disputa entre seus discípulos e detratores. No entanto, a origem do conceito remonta ao campo da História da Arte, por volta dos anos 1900, mais especificamente ao grupo composto por Alois Riegl e Josef Strzygowski. Teria sido Riegl quem implantou o termo *Spätantike* em seu *Spätrömische Kunstindustrie* (1901) “para descrever as artes e ofícios do período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média, e para ver uma metamorfose das formas clássicas acontecendo neste momento” (Humphries, 2017, p.21). Nesse sentido, Riegl notou que o período tardo antigo não era decadente ao observar o desenvolvimento artístico do período rico em complexidade e potencial (Machado, 2005, p. 84-85).

Conforme Mark Humphries, os desenvolvimentos que se seguiram no estudo da Antiguidade Tardia concentraram-se, predominantemente, no recorte espacial mediterrâneo/europeu. Dessa forma, o termo *antiquité tardive* tornou-se proeminente entre os estudiosos franceses interessados no desenvolvimento da tradição católica romana. Nos estudos anglófonos, a inclinação eurocêntrica pode ser observada tanto entre os acadêmicos que abordam a Antiguidade Tardia, avançando a partir da antiguidade clássica greco-romana, até o século IV e além; quanto entre aqueles que partem das instituições desenvolvidas da cristandade medieval e retrocedem em busca de suas origens (Humphries, 2017, p.21).

Segundo Machado (2005, p.84-85), na primeira metade do século XX, a Antiguidade Tardia passou a ser entendida como um período autônomo. O autor cita como exemplo

trabalhos de Santo Mazzarino e de Henri-Irenée Marrou que teriam retratado tal época sem a carga de decadência que trabalhos anteriores traziam. Mas foi com o trabalho do já mencionado Peter Brown, *The world of late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammad* (1971) (com o contraditório título em português: *O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé*) que a Antiguidade Tardia foi mais bem delineada, impactando na historiografia posterior. (Machado, 2005, p. 85). Desse modo, “Ao mesmo tempo em que reconhece importantes mudanças sociais e políticas, Brown enfatiza o notável grau de continuidade e vitalidade culturais” (Machado, 2005, p.85-86). Além disso, a mudança positiva na visão da Antiguidade Tardia tem relação direta com a obra *The later Roman Empire* (1964), de A. H. M. Jones, que sistematizou a maior parte das informações referentes das instituições políticas, econômicas e sociais do Império Romano disponíveis na época.

Segundo Shaun Tougher, o período denominado Antiguidade Tardia

abrange os séculos III a VIII EC e se sobrepõe a outras periodizações usadas para o Oriente e o Ocidente no mesmo período: época romano tardia, início do período medieval, início do período bizantino, Império sassânida (uma dinastia que governou a Pérsia desde o início do século III d.C. até 651) e o Islã primitivo.” (Tougher, 2017, paginação irregular).

Além disso, Tougher apontou que as histórias tradicionais do Império Romano tardio partilharam certas preocupações e estabeleceram como características definidoras do período a cristianização do Império Romano, o influxo de bárbaros no Império e o eventual estabelecimento de reinos bárbaros no antigo território romano. Somado a isso, essa historiografia tinha a preocupação em estabelecer pontos de referência histórica que marcassem o fim do Império Romano e o início do período medieval. Por exemplo: 395 – Teodosio dividiu o Império entre os seus dois filhos Arcádio (Oriental) e Honório (Occidental); 410 – Saque de Roma; e 476 – Fim do Império Romano Ocidental com a deposição do Imperador Rômulo Augusto pelo general Bárbaro Odoacro (Tougher, 2017, paginação irregular; Humphries, 2017, p.15).

Nesse sentido, os limites temporais para a Antiguidade Tardia geram um amplo campo de debate. A vertente de uma longa Antiguidade Tardia é defendida por estudiosos focados no Mediterrâneo oriental como Peter Brown e Averil Cameron, englobando o intervalo que vai do século II ao VIII. É importante ter em mente esse recorte espacial, porque, nessa região, as continuidades têm presença mais marcante em comparação com outros lugares do Império localizados no ocidente. E as possíveis razões para essas continuidades podem incluir a menor incidência de conflitos com os povos vizinhos e guerras civis, menor instabilidade econômica, vitalidade urbana e rural na maior parte do tempo, entre outras (Machado, 2005, p.88-89).

Para Humphries, a dificuldade de tal datação consta na definição do termo baseada no entendimento da Antiguidade Tardia:

como uma sequência durante a qual a herança da antiguidade clássica foi transformada em outra coisa (concebida principalmente em termos da cultura ocidental), ou como uma prequela durante a qual as formas da cultura medieval se fundiram a partir das matérias-primas de uma época anterior. (Humphries, 2017, p.21-22).

O autor ainda aponta que mesmo o trabalho *World of Late Antiquity* de Brown não delimita especificamente o arco temporal do período tardio, mesmo que o título traga enunciado “de Marco Aurélio a Maomé”. Com isso, cita o trabalho de Andrea Giardina que acredita que tem ocorrido uma “elefantíase” da Antiguidade Tardia ao avançar sua periodização para datas cada vez mais recuadas e, ao mesmo tempo, avançar mais sobre o período medieval. Dessa maneira, Humphries conclui que respaldar as definições cronológicas apenas nos eventos políticos, sem levar em conta os processos culturais, não é eficiente, ao mesmo tempo, tal definição envolve algum grau de subjetividade que depende da narrativa que está sendo construída e dos atores envolvidos. (Humphries, 2017, p.21-22) Em razão dessa problemática, Machado destacou a importância da utilização de trabalhos de arqueólogos para a definição do recorte tardo antigo e para a compreensão dos períodos estudados que trazem para o debate as evidências materiais de forma a dialogar com os estudos históricos (Machado, 2005, p.88).

No início do século XXI, alguns estudiosos sobre a Antiguidade Tardia tentaram reviver as ideias de declínio e queda através da retomada da obra *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, de Edward Gibbon, um autor do século XVIII. Peter Heather com o livro *A queda Império Romano* e Bryan Ward-Perkins com a obra *A queda de Roma e o fim da civilização* tentaram retomar a antiga visão do período tardo antigo como uma época de decadência. Enfatizando o estudo nas áreas ocidentais, esses autores advogaram contra as visões positivas sobre a Antiguidade Tardia que vinham surgindo. Para eles, momentos como as invasões bárbaras afetaram de forma brusca as esferas políticas, administrativas, militares, sociais e econômicas que provocaram a queda do Império¹⁸ (Humphries, 2017, p.17; Tougher, 2017, paginação irregular). No entanto, essa tentativa acarretou por inflamar a discussão em torno da definição de Antiguidade Tardia, envolvendo disputas acirradas entre os estudiosos e conceitos como “crise”, “queda” e “transição” estavam em alta (Machado, 2005, p.83-84).

Nos últimos anos, como demonstramos aqui, historiadores como Machado, Humphries e Tougher e tantos outros, têm retomado as discussões em torno da definição de Antiguidade

¹⁸ B. Ward-Perkins (2005) *The Fall of Rome and the End of Civilization* (Oxford: Oxford University Press); J. H. W. G. Liebeschuetz (2001) *The Decline and Fall of the Roman City* (Oxford and New York: Oxford University Press);

Tardia buscando observar os processos que seu entendimento passou ao longo dos anos para que as pesquisas nesse assunto possam seguir se renovando através das demandas dos novos estudos sobre esse recorte que tem se desenvolvido. Para completar, em seu artigo de 2017, intitulado *Late Antiquity and World History Challenging Conventional Narratives and Analyses*, Humphries busca reconciliar as perspectivas dos discípulos de Brown e de Ward-Perkins. Segundo Humphries, a interpretação da Antiguidade Tardia depende das documentações que concentram em si perspectivas particulares. O autor também defende a necessidade de se tomar uma perspectiva mais global para o estudo da Antiguidade Tardia, desafiando as visões convencionais, que são voltadas para uma história ocidental.

A partir do exposto, seguimos para a contextualização histórica.

2.2. Contextualização histórica da Tetrarquia ao governo de Constâncio II

Da Tetrarquia à morte de Constantino

A interferência das mulheres em questões do Império não começou com as mulheres da Dinastia Constantiniana, vem de muito antes. Mesmo antes de ser império, as mulheres em proximidade do poder tinham agência para atuar além dos papéis impostos a elas como esposa e mãe. Nesse sentido, não vimos a necessidade de recuar tanto assim em nossa contextualização, pois seria impossível para uma dissertação. Com isso, tomamos como ponto de partida o período tetrárquico, modificando com vários aspectos dos governos anteriores (políticos, militares, culturais, etc), todavia, mantendo outros tantos que seriam essenciais para a identidade romana.

O recorte temporal de nosso objeto de estudo, como já mencionado, coincide com o governo de Constâncio II (337-361), no entanto, para compreender esse período é necessário recorrer aos acontecimentos que remetem ao final do século anterior que impactaram na organização e funcionamento do Império posteriores. Em específico, retomamos ao estabelecimento da Tetrarquia. Também fizemos esse recuo no tempo para observar o tratamento que a história deu às mulheres imperiais desde esse período, pois a tetrarquia, aparentemente, apresentou um maior ocultamento das esposas dos imperadores e, com Constantino, as mulheres retomam uma maior participação no governo e na propaganda imperial. A presença imperial feminina, aparentemente, passa a ser levemente obscurecida durante o governo de Constâncio II, mas volta a crescer, alcançando grande destaque durante a

Dinastia Teodosiana e no período posterior, até a Imperatriz Irene (797-802), que chegou a governar como imperador efetivamente.

O contexto de sucessões imperiais conturbadas do III século criou as condições necessárias para a ascensão de Diocleciano e seu regime tetrárquico ao poder. Após a morte do Imperador Caro em 283, seu filho Numeriano foi coroado, porém, no início de novembro de 284, foi assassinado pelo seu prefeito do pretório. Em seguida, numa região próxima a Nicomédia, o *domesticos regens* Diocles foi aclamado imperador por suas tropas. Ao vestir a púrpura, assumiu o nome de C. Aurelius Valerius Diocletianus, ou Diocleciano, como ficou conhecido na História. Através de uma série de vitórias em batalha, no final de 285, Diocleciano tinha o território do Império sob seu poder (Cameron, 1993, p.30-31; Bowman, 2005, p.68-69; Vanderspoel, 2020, p.23).

Para suprir as demandas de manutenção do Império Romano de sua época, Diocleciano estabeleceu de maneira gradual uma divisão administrativa e territorial entre quatro imperadores. Em 286, dividiu o território em ocidental e oriental, tendo Diocleciano ficado responsável pelo Oriente e Maximiano com o Ocidente. Mesmo com dois Augustos, havia uma hierarquia entre eles que manteve Diocleciano no topo. No ano de 293, em decorrência da dificuldade em resolver os conflitos internos, foram nomeados dois novos imperadores, subordinados em relação aos sêniores, os Césares. Ficava então estabelecida a tetrarquia, Diocleciano e seu César, Galério, no Oriente e Maximiano com seu César, Constâncio no Ocidente. (Bowman, 2005, p.69-71, 74; Vanderspoel, 2020, p. 28) Nesse sentido, a Tetrarquia consiste em um sistema pelo qual quatro governantes administravam quatro regiões do império, permanecendo em teoria uma única entidade imperial como um colegiado (Vanderspoel, 2020, p.24).

Mapa 1 – Divisão do Império Romano sob os filhos de Constantino



Fonte: CRAWFORD, Peter. *Constantius II – Usurpers, Eunuchs and Antichrist*. Barnsley: Pens and Sword books, 2016, p.34.

Constâncio, o sênior entre os césaes, que nasceu em torno dos anos 250 na Dácia, serviu anteriormente como *protector*, tribuno militar, governador da Dalmácia e, possivelmente, como prefeito do pretório entre os anos de 288 e 293. Bowman acredita que, em 293, esse César já era genro de Maximiano. Não se tem muita informação quanto à origem e à carreira de Galério até seu apontamento como César. Este último também teve sua relação selada com um dos Augustos através do matrimônio com a filha de Diocleciano. Ao mesmo tempo, a filha de Galério foi casada com o filho de Maximiano, Maxêncio (Cameron, 1993, p. 32; Bowman, 2005, p.74-75).

Para Bowman, a criação de um colégio de governantes com responsabilidades compartilhadas e a existência, de certa forma, de um plano para a transferência ordenada de poder de uma geração de governantes para a seguinte teria marcado uma mudança fundamental de prática dentro de uma estrutura que era essencialmente dinástica, como tinha sido o poder imperial romano desde o estabelecimento do príncipe por Augusto. Além disso,

A 'ideologia' mutável do poder imperial, austera e de alguma forma massivamente autoritária, mas sem sacrificar a força, a energia, a capacidade militar ou a acessibilidade, cristalizou-se em torno da tetrarquia (presumivelmente não de uma só vez) e refletiu-se em vários meios de comunicação: arquitetura, escultura, cunhagem bem como os artifícios literários dos panegiristas (Bowman, 2005, p.77).

No entanto, Bowman alerta que, apesar de o cerimonial da corte e o patrocínio divino serem de grande importância, nesse momento, os governantes ainda não eram deuses, apenas contavam com a proteção de divindades específicas e, em certo sentido, partilhavam das suas

características (Bowman, 2005, p.77-78). Diocleciano e Maximiano escolheram se filiar aos deuses Júpiter e Hércules ao assumirem os títulos divinos de *Jóvio* e *Hercúlio*, e seus césaes compartilhavam a mesma titulação e as mesmas associações religiosas. Como herdeiro de seu pai Constâncio, Constantino também é atestado como Hercúlio em 307 DC. (Cameron, 1993, p. 31-32) Nesse momento, a propaganda do regime voltou-se para representações materiais que demonstrassem a irmandade masculina dos membros da tetrarquia, como as estátuas de pórfiro agora conservadas em San Marco, Veneza, mostrando os tetrarcas como figuras atarracadas em trajes militares, abraçando-se uns aos outros (Cameron, 1993, p. 32).

Figura 1 - Grupo de pórfiro de tetrarcas em armadura



De Constantinopla (atualmente em Veneza). 293-305. Fonte: <http://laststatues.classics.ox.ac.uk/database/detail.php?record=LSA-4>

De acordo com Michaela Dirschlmyer, mesmo que a ideologia da Tetrarquia não tenha concedido nenhuma posição de influência às mulheres imperiais, o potencial dinástico das imperatrizes foi usado para encorajar a lealdade aos recém-nomeados césaes dentro deste sistema, através da política matrimonial dos tetrarcas. (Dirschlmayer, 2021, p.463) A autora baseia essa afirmação no fato de que os casamentos ficaram organizados da seguinte maneira: a filha de Diocleciano e Prisca, Galeria Valéria, foi casada com Galério; as filhas de Eutrópia e

Maximiano, Teodora e Fausta, foram casadas com Constâncio I e seu filho, Constantino I; a filha de Galério, Valéria Maximila, casou-se com Maxêncio (filho de Maximiano); e a filha de Teodora com Constâncio I, Constância, foi casada com Licínio. (Dirschlmayer, 2021, p.463).

Em relação a essas mulheres da Primeira e da Segunda Tetrarquias, Anne Hunnell Chen e Byron Waldron apontaram que elas estão inexplicavelmente ausentes das esculturas, moedas, inscrições e monumentos, além disso, nenhuma delas recebeu os títulos que no século III se tornaram comuns para as imperatrizes, como *augusta* e *mater castrorum* (Chen, 2018, p.42; Waldron, 2023, p.200-101). Para Chen, essa ausência é um fator ainda mais surpreendente dado que as alianças conjugais parecem ter sido uma parte prescrita do plano Tetrárquico para a sucessão controlada, algo que a leva a afirmar que a omissão das imperatrizes Tetrárquicas do aparato ideológico foi parte de um esforço consciente para distanciar os governantes de seus súditos (Chen, 2018, p.42).

Embora não tenhamos muitos dados biográficos sobre as mulheres da Tetrarquia, ao menos, as documentações preservaram os nomes delas. Saber quem elas eram é importante para entender o papel dos casamentos políticos do período. Provavelmente, Diocleciano e Prisca já eram casados antes de sua ascensão, assim como Maximiano e Eutrópia. No entanto, as documentações sobreviventes não comentam sobre as ascendências dessas esposas. Então, somando isso ao fato de que seus maridos não tinham origens na elite, é provável que essas mulheres não vinham de famílias de prestígio. (Chen, 2018, p.44) Já as esposas dos césares dessa primeira geração tetrarca tinham origens mais ilustres, sendo as filhas dos Augustos. Apesar de algumas controvérsias, acredita-se que tais casamentos teriam ocorrido ambos na época das nomeações como césares. Em relação às mulheres dos césares da segunda Tetrarquia, as esposas de Maximino Daia e Severo, seus nomes ou outros dados biográficos não nos foram transmitidos (Chen, 2018, p.44-46).

Como afirmou Byron Waldron, os panegíricos sobreviventes do período não citam as mulheres dos governantes, como os quatro *Panegíricos Latinos* do governo de Diocleciano (aqueles declamados nos anos de 289, 291, 297 e 298 d.C., sendo respectivamente: Panegírico em honra de Maximiano, Discurso de aniversário em honra de Maximiano Augusto, Panegírico de Constâncio César e Discurso em prol da Restauração das Escolas de Autun). (Waldron, 2023, p.201). Nesse sentido, os discursos não mencionam nada sobre as relações estabelecidas entre os governantes através do casamento. Os termos preferidos pelos autores para se referir aos governantes são, por exemplo, *frater* (irmão), *pater* (pai), *avus* (avô), e nunca termos como *socer* (sogro) e *gener* (genro). Em contrapartida, no panegírico dedicado ao casamento de

Constantino e Fausta (Pan. Lat. 7.2.1, 3.2, 8.1, 14.7.), os termos *socer* e *gener* voltam a ser amplamente utilizados (Chen, 2018, p.52). Em síntese, Chen intenta demonstrar que

O que a linguagem dos panegíricos parece indicar é que a terminologia familiar que implicava uma relação direta (fictícia) entre os homens imperiais tinha precedência sobre a da realidade das relações conjugais. Isto se enquadra exatamente com o que o registro arqueológico já indicou, ou seja, que as relações conjugais entre os governantes não foram exploradas na propaganda imperial - seja inscricional ou visual - como parte de uma estratégia para reforçar publicamente a validade da escolha de Césares pelos Augustos. (Chen, 2018, p.53)

Nesse sentido, Diocleciano parece ter optado por usar o argumento da aparência física semelhante, recurso que não era nenhuma novidade, para fabricar laços de sangue entre os governantes. (Chen, 2018, p.53). Essa opção propagandística parece ter sido selecionada considerando o fato de que esses governantes não vinham de uma dinastia, não podendo usar isso para sua legitimação. Mesmo assim, para Chen, isso não justifica os Tetrarcas optarem por não empregar as mulheres das suas casas imperiais em nenhum dos papéis propagandísticos não dinásticos usados há séculos, que vão além da manutenção da hereditariedade. Esta é uma questão ainda em aberto (Chen, 2018, p.74-75).

De acordo com Waldron, a falta de um descendente do sexo masculino pode ter contribuído para o desapego de Diocleciano em relação à sucessão hereditária, além disso, ele era um militar de origem humilde e podia simpatizar com as opiniões dos soldados contra esse tipo de sucessão e a transferência de poder naquela época estava mais alinhada com a experiência militar. Suas escolhas dos oficiais militares Constâncio, Galério e Severo parecem contribuir com essa visão (Waldron, 2023, p.157-159). Os laços familiares desempenharam um papel menor nos meios de comunicação imperiais da tetrarquia. Waldron comenta que as artes, moedas e inscrições oficiais da Primeira Tetrarquia não celebram laços familiares ou mencionam filhos biológicos. Para o autor, Diocleciano teve forte influência nesse aspecto, provavelmente visando afastar especulações de que os filhos biológicos dos Augustos seriam herdeiros aparentes (Waldron, 2023, p.167).

Conforme Leslie Brubaker e Helen Trobler, os romanos tinham ciência do potencial das mulheres na auto apresentação pública do poder. Do início do Império até seus anos finais, as mulheres imperiais compunham uma parte de destaque da propaganda imperial (Brubaker e Trobler, 2002). No entanto, no final do século III EC, apesar da sua importância ideológica estabelecida de uma dinastia para outra, as mulheres imperiais desapareceram das representações públicas, incluindo inscrições, estátuas, monumentos estatais e moedas, e nenhuma delas recebeu os títulos honoríficos outrora comuns para essas mulheres. Para Chen, essa não é uma simples ausência, mas sim uma mensagem ideológica proposital, visões que os

governadores da tetrarquia queriam afastar de si (Chen, 2018, p.43). Foi um intervalo de mais de 40 anos sem que a imagem de imperatrizes fosse estampada em moedas e sem que elas fossem honradas como Augustas, tradição que só foi retomada no governo de Teodósio I que, a partir de 383, mandou emitir moedas cunhadas com o rosto de sua esposa Flacila, também nomeada Augusta (Brubaker e Trobler, 2002, p.578).

Segundo Hillner, não se esperava que as esposas dos tetrarcas produzissem herdeiros, pelo menos publicamente, e como consequência disso seu valor dinástico foi diminuído, o que teria causado uma redução na visibilidade das mulheres imperiais e da sua celebração habitual através da titulação, da cunhagem, da arquitetura oficial, da arte e da literatura na primeira década da tetrarquia. Essa ideologia não se manteve muito firme diante da realidade de que os tetrarcas tinham esposas e outros membros femininos da família, e algumas dessas mulheres ligavam matrimonialmente a alguns dos tetrarcas. Ou seja, inevitavelmente, essas mulheres acabavam adquirindo influência devido a sua proximidade com o poder imperial. Aparentemente esses casamentos teriam sido arranjados para evitar que homens externos à tetrarquia criassem aspirações de poder ao casarem-se com parentes femininas dos tetrarcas, o que demonstra “que a ideia das filhas imperiais como potenciais portadoras de legitimidade imperial não tinha desaparecido”. Ainda vale destacar que, na conta de mulheres imperiais, também entravam as concubinas dos tetrarcas e seus rivais emergentes, assim como os familiares dos eventuais usurpadores. Dessa forma, essa rede de mulheres próximas ao poder imperial dificilmente poderia ser ignorada (Hillner, 2023, p.49-50).

Diocleciano ficou gravemente doente em 304 e, devido ao avanço da doença, em 305, convocou uma assembleia de oficiais em que comunicou sua abdicação e a de Maximiano em favor dos Césares Constâncio e Galério. (Bowman, 2005, p.87). Os Césares indicados foram Maximino no Oriente e Severo no Ocidente. Curiosamente, não houve preferência pela sucessão hereditária, embora Maximino fosse um sobrinho que Galério havia adotado. Considerando as alianças estabelecidas pelo casamento, a dedução lógica era de que os novos césares apontados seriam Constantino, filho do novo Augusto Constâncio, e Maxêncio, filho de Maximiano e genro de Galério. Para Vanderspoel, se esses nomes estivessem nos planos de Diocleciano para sucessão, algo o fez mudar de ideia, como a influência de Galério, por exemplo, na tentativa de evitar que 3 dos 4 membros da tetrarquia tivessem grau de parentesco (Vanderspoel, 2020, p.25).

Após a morte de Constâncio no verão de 306 em York, em regra, Severo ou Maximino deveriam ser promovidos a Augusto, enquanto um novo candidato a César deveria ser selecionado. Severo foi nomeado Augusto, todavia, Constantino também o foi pelas tropas de

seu falecido pai, estacionadas em York. Apesar disso, em um primeiro momento, Constantino optou por se contentar com a posição de César ofertada por Galério, o que não durou muito, já que no início do outono de 307, Constantino resolveu acatar a posição de Augusto e casou-se com Fausta, filha de Maximiano. Este se tornava Augusto novamente, apontado por seu filho Maxêncio, proclamado Augusto em 306. Pai e filho Augustos derrotaram Severo em 307, que foi morto logo em seguida (Lenski, 2006, p.49-62).

Waldron supõe que Diocleciano acabou subestimando o apoio que Constantino e Maxêncio poderiam reunir, e o imperador não teria nomeado Severo e Maximino dessa maneira se soubesse que eles seriam impedidos pelos primeiros. Para o autor

Diocleciano estava disposto a resolver problemas com novas ideias, como o colégio dos quatro e o uso da abdicação. Mas, tal como o seu decreto de preços e a perseguição aos cristãos, a sucessão em 305 foi um fracasso ambicioso, mas equivocado. Os filhos mais velhos ganharam capital político e o resultado foi um retorno à dinastia tradicional. (Waldron, 2023 p.161)

Nesse contexto, em 307, Galério tirou seu apoio à legitimidade de Constantino e invadiu a Itália na tentativa de controlar a situação, mas fracassou. Em abril de 308, Maximiano tentou depor seu filho, mas não conseguiu e fugiu junto de Constantino na Gália. Em razão desses acontecimentos, Diocleciano interrompeu sua aposentadoria no outono de 308, convocando uma reunião entre os envolvidos. Licínio foi apontado como Augusto encarregado do Ocidente¹⁹, cargo que não conseguiu assumir por falta de apoio. Também ficou estabelecido que Maximiano deveria abdicar de novo e Constantino e Maximino seriam Césares. Mesmo assim, em 310, ambos os césares voltaram a adotar o título de Augusto (Lenski, 2006, p.65-67).

Constantino, então, opta por eliminar os Augustos concorrentes, iniciando sua marcha contra Maximiano, que tentou fugir, mas acabou morto por suicídio ou suicídio forçado no verão de 310. Em seguida, após recuperar suas forças militares na Gália, marchou para a Itália contra Maxêncio. Foi nesse caminho em que Constantino viu a necessidade de encontrar uma nova divindade que o desvencilhasse das utilizadas pelos seus inimigos e, ao mesmo tempo, fosse poderosa e popular o suficiente para auxiliar em sua vitória. A entidade adotada foi o deus cristão, religião que possuía um crescente número de adeptos de várias camadas da população do Império. Isso não significou abandonar completamente o politeísmo, já que Apolo continuou sendo referenciado em sua propaganda por um bom tempo. (Cameron, 1993, p. 49; Vanderspoel, 2020, p.27-28) A guerra terminou em 312 na Batalha da Ponte Mílvia com a vitória de Constantino contra Maxêncio. Este último, assim como seu pai, teve *damnatio*

¹⁹ Deveria, supostamente, substituir Maxêncio que não havia sido reconhecido pelos outros governantes. (Vanderspoel, 2020, p.26)

memoriae decretada contra ele. Por fim, o Senado reconheceu a legitimidade de Constantino (Lenski, 2008, p.70).

Na perspectiva religiosa, o novo Imperador concedeu fundos para a construção de igrejas e para a cópia das escrituras cristãs, assim como, em conjunto com seu co-imperador Licínio²⁰, assinam o Édito de Milão (313), que estabelecia tolerância religiosa para todas as religiões e acabava com as perseguições. (Cameron, 1993, p.51; Vanderspoel, 2020, p.30). É importante deixar claro que a adoção do monoteísmo por Constantino foi um processo gradual e, como afirmou Vanderspoel, encorajado por bispos que o pressionavam a reconhecer a entidade que o havia colocado no poder (Vanderspoel, 2020, p.30).

Em 313, Licínio ainda constava como Augusto do Ocidente, mesmo que tivesse poucos territórios sob seu domínio. Nesse mesmo ano, declarou guerra contra Maximino, a quem derrotou e matou. Dessa forma, nos anos seguintes, Licínio e Constantino coexistiram como Augustos enquanto lidavam com os povos bárbaros nas fronteiras (Cameron, 1993, p.51, Vanderspoel, 2020, p.31-32). Entretanto, com o nascimento do primeiro filho de Constantino com Fausta, o Augusto resolveu comemorar tal acontecimento iniciando uma marcha sobre o território de Licínio. Mesmo com boa parte do território comprometido, Licínio se manteve no poder já que Constantino pausou a marcha, mesmo que temporariamente (Lenski, 2006, p.72; Vanderspoel, 2020, p.32-33). Em 317, Constantino nomeou seus filhos Crispo, fruto de uma relação anterior, Constantino II e seu primo, filho de Licínio e sua irmã Constância, como Césares (Cameron, 1993, p. 52).

A paz entre os imperadores teria durado até Licínio começar a tomar medidas contra o cristianismo, atingindo um ponto crítico em 324, quando bispos do Ponto recorreram à ajuda de Constantino. Foi o estopim para que Constantino, juntamente com seus filhos, colocasse-se em campanha novamente contra Licínio, dessa vez, com o domínio total do Império em mente. Em 324, na Batalha da Ponte Mílvia, o co-imperador foi derrotado; em 325, foi executado sob acusações de rebelião e sua memória destruída (Lenski, 2006, p.75-77).

O Império então retornou para as mãos de um governante solo. Constantino instituiu inúmeras mudanças, como a refundação de Bizâncio como a nova capital Constantinopla. De acordo com Noel Lenki, essa cidade era ideal em razão de sua localização estratégica dentro do império, contando com uma proximidade confortável com a fronteira do Danúbio, possuía defensabilidade consideravelmente fácil e desempenhava um papel crucial como porta de entrada entre o oeste e o leste (Lenski, 2006, p. 77). Em adição a isso, o Imperador passou a

²⁰ Licínio casou-se com Constância, irmã de Constantino, em 313.

reforçar as tendências dinásticas enfatizando a participação de seus filhos nas questões imperiais e moldando uma propaganda para legitimar e fornecer estabilidade para sua família. Nesse sentido, os papéis públicos femininos retornaram com força, com grande ênfase para a mãe do Imperador, Helena, que, juntamente com sua esposa Fausta, foram nomeadas como *augustas* e moedas foram cunhadas em comemoração a elas. Constância, a viúva de Licínio, em razão dos laços de sangue com Constantino, foi restaurada na família (Lenski, 2006, p. 78; Waldron, 2023, p. 163).

O título que Helena recebeu não era algo incomum ser concedido para as mães de imperadores. O inusitado constava no fato de as mulheres que recebiam essa nomeação costumavam ser esposas de imperadores ou vir da aristocracia. Helena não era nada disso. É possível que Constantino e os seus filhos tenham tentado censurar o passado problemático de Helena para que não prejudicasse suas reputações, o que pode ser notado no silêncio de autores pró-Constantinianos, como Eusébio de Cesareia, sobre o assunto. Mesmo assim, rumores sobre o baixo nascimento dela circularam (Lasala-Navarro, 2009, p.102-113).

Não apenas isso, mas vários autores comentam que ela teria tido uma profissão desonrosa, como uma prostituta. Filostórgio, por exemplo diz que ela era “uma mulher de origem comum, não era diferente de uma prostituta” (Philost., 2.16a; 2,12). Tais afirmações não são suficientes para atestar que Helena era uma trabalhadora sexual. Mesmo considerando esse passado problemático, Constantino optou por colocar sua mãe em evidência, visando à manutenção da dinastia e, igualmente, ao suporte em seu programa religioso. Conforme Hillner,

A aparição de Helena como membro da corte de Constantino, a sua posterior promoção a Augusta e as suas viagens ainda posteriores pelas províncias orientais seguiram-se a uma crise dinástica que diluiu as diferentes linhas de sucessão criadas pela decisão de Constâncio de trocar Helena por Teodora décadas antes. Estas atividades também acompanharam as diferentes fases da conquista da parte oriental do império por Constantino e a sua descoberta gradual de que os habitantes destas terras se lembravam do que as esposas dos seus rivais imperiais tinham feito, da aparência e como tinham morrido. (Hillner, 2023, p.10)

Nesse sentido, Constantino parece ter absorvido um número notável de mulheres imperiais e as remodelou como “Constantinianas”. Em um primeiro momento, Fausta estava à frente das mulheres imperiais, e, só com o tempo, é que a importância de Helena, principalmente após as mortes misteriosas de Fausta e de seu enteado Crispo e a imediata *damnatio memoriae*, sucedeu-se. Como dito anteriormente, Fausta era filha do imperador Maximiano e irmã mais nova de Teodora. As irmãs tiveram um destino muito parecido ao serem casadas com governantes que já tinham um filho de uma união anterior e, após carregarem vários frutos dessa união, tiveram fins incertos. Fausta morreu em 326 sob circunstâncias no mínimo, suspeitas. A real causa desse falecimento não foi divulgada e o que há é uma série de

boatos nascidos do fato de que ela morreu pouco depois do primogênito do Imperador ter morrido de causas igualmente escusas. Não apenas isso, mas ambos tiveram sua memória apagada dos registros públicos e seus nomes censurados dos livros de história do período, pelo menos nas obras dos autores favoráveis à dinastia ou que tinham algo a perder caso escrevessem algo sobre o caso. Por exemplo, Eusébio de Cesaréia revisou sua história eclesiástica para excluir as menções a Fausta e Crispo (Woods, 1998). Crispo era filho de Constantino com uma concubina²¹ chamada Minervina, sobre a qual nada se sabe além do nome e que tinha origem comum. Também não se tem notícia do que aconteceu com ela depois que Constantino se casou com Fausta. (Chen, 2018, p.49)

Especula-se²² que a morte de Crispo tenha sido ordenada pelo próprio Constantino por sugestão de Fausta que desejava garantir seus filhos com sucessores (Vanderspoel, 2020, p.37). Alguns autores acreditam que ela tê-lo-ia acusado de rebelião e outros de que ela o tenha acusado de estupro. Uma terceira vertente acredita que eles tinham um caso incestuoso. Todos os autores concordam que Fausta morreu em um banho, mas dão poucos detalhes sobre o ocorrido.

Filostórgio é o mais específico, atribuindo a causa da morte ao sufocamento: “Constantino, ele diz, matou seu próprio filho Crispo após ser enganado pela calúnia de sua madrasta. Ela, por sua vez, foi pega em adultério com um cursor [“mensageiro”], e ele ordenou que ela fosse sufocada no calor de um banho” (Philost. 2.4). Para Nicholas Baker-Brian, o autor ariano retratou Fausta como “uma imperatriz excessivamente sexualizada envolvida na tentativa de sedução de seu enteado, transmitido via uma alusão ao mito de Fedra e Hipólito, com Constantino disfarçado de Teseu”. (Baker-Brian, 2022, paginação irregular) Helena, a mãe do Imperador, é apontada como o nome por trás da morte da nora. Movida pelo luto em razão da morte de seu neto, ela teria convencido o filho a executar a esposa, que seria a causadora de tudo. (Baker-Brian, 2022, p.124-5). De acordo com Woods, não se tem nenhum outro precedente para esse tipo de execução, o que levantou alguns questionamentos por parte dos historiadores se não foi uma morte acidental ou suicídio.

Em relação ao falecimento de Fausta, as sugestões vão desde um superaquecimento acidental, até uma coincidência de que ela tenha morrido ali, já que banhos não serviam apenas para

²¹ A maior parte dos historiadores concorda que a relação entre Minervina e Constantino era de concubinato. Barnes (1982, 42–3 e 2011, 48–9) defendeu que eles eram casados oficialmente e, ainda, aponta a hipótese de que Minervina pode ter sido parente de Diocleciano. No entanto, tais hipóteses são usualmente descartadas já que seria uma informação que os historiadores do período dificilmente deixariam escapar. (Chen, 2018, p.50)

²² Algumas das obras que mencionam o ocorrido: Filostórgio (Philos. HE. 2.4); Epítome De Cesaribus (Epit. 41.11-12), Sidônio Apolinário – Epist. 5.8.2, Zózimo (HN 2.29.2) e Passio Artemius – art pass 45

higiene, mas também para cura de enfermos e, portanto, ela poderia ter buscado aquele lugar porque estava doente. Também foi sugerido que ela estava tentando abortar uma gravidez indesejada, possivelmente de Crispo. A causa accidental é, geralmente, desconsiderada por conta da *damnatio memoriae* contra ambos (Woods, 1998, p.72-76).

Para Woods e Dirschlmayer, a conclusão que se pode tirar sobre a atribuição da morte de Fausta a Helena é de que as duas não tinham uma boa relação e, possivelmente, Helena agiu de forma suspeita na época do incidente. (Woods, 1998, p.79; Dirschlmayer, 2021, p.467). Além disso, o fato de a morte de Fausta não ter resultado na retirada da *damnatio memoriae* sobre Crispo leva à dedução de que ele não era inocente (Vanderspoel, 2020, p.37-38).

Para Vanderspoel, os filhos de Fausta parecem ter aceitado o tratamento recebido pela mãe uma vez que não reabilitaram a memória dela ao tornarem-se *Augustos*. O que podia ser em razão do longo tempo decorrido. Mas o autor também aponta que derrubar a *damnatio memoriae* da mãe levantaria dúvidas sobre o julgamento de Constantino e, considerando o contexto de 337, que comentaremos mais adiante, não seria nada benéfico para a legitimidade dos sucessores se isso acontecesse (Vanderspoel, 2020, p.38).

O curioso é que uma defesa a Fausta tenha saído de um texto de Juliano, autor que nutria sentimentos bastante negativos em relação a Constantino e seus filhos. No primeiro panegírico que ele escreveu em honra a Constâncio II, o César elogia o caráter de Fausta. Ao homenagear Roma, local de nascimento de Fausta, Juliano comenta que

Até mesmo a cidade que reina sobre tudo, aquela que é sua mãe e ama e que felizmente lhe proporcionou soberania, afirma que esta distinta recompensa é sua; e não porque usa os direitos comuns a todos os imperadores - quero dizer que, mesmo que venham de outro lugar, simplesmente pelo fato de todos participarem na cidadania e usarem os costumes e leis que de lá nos são mostrados, eles são cidadãos -, não, mas porque ela [cidade de Roma] deu à luz sua mãe [Fausta] e a criou de maneira real, apropriada para aqueles que seriam seus descendentes. (Jul. Or. I, 5c-d)

Mais adiante, no mesmo discurso, Juliano a elogia mais explicitamente:

Na verdade, sua mãe possuía tanta nobreza de espírito, tanta beleza física e tantos tipos de virtudes que não seria fácil encontrá-las em outra mulher. Conheço, claro, entre os persas a história de Parisatis, que era a única irmã, mãe, esposa e filha de um rei, mas ela era irmã de sangue do marido - a lei permitia que um persa se casasse com a irmã - enquanto que a sua mãe, preservando, de acordo com nossas leis, seu parentesco limpo e puro, era filha de um imperador, esposa de outro, irmã de outro e mãe não de apenas um, mas de vários imperadores. (Jul. Or. I, 9b-d. 7)

Um fator interessante sobre Fausta é que antes de ser utilizada pela propaganda de Constantino, ela foi retratada primeiro na propaganda imperial promovida por seu pai, Maximiano. Após a abdicação de 305, a ideologia do coletivo imperial supradinástico da Tetrarquia começou a perder força. De acordo com Hillner, “os imperadores que tiveram a sorte de ainda estar no poder, e os seus oradores da corte, regressaram à celebração das suas próprias famílias

e dos seus laços dinásticos para reforçar a sua legitimidade” o que, conseqüentemente, retomou a celebração pública das mulheres. Maximiano, pai de Fausta, ordenou que pinturas da filha e de seu marido fossem divulgadas desde paredes internas de palácios até em imagens oficiais externas para divulgar o casamento. O Imperador chegou a mandar cunhar moedas de prata com o valor de meio argenteus em Trier contendo os dizeres *nobilissima femina*. Essa cunhagem representou a primeira vez em quase vinte e cinco anos que uma mulher imperial estampou uma moeda. E mesmo que sua distribuição tenha sido apenas local, foi um passo importante adentro da nova política de divulgação imperial (Hillner, 2023, p.68-70).

Um tempo depois, Constantino adoeceu, tendo morrido em Nicomédia, no início da marcha para combater os sassânidas e, supostamente, antes de morrer teria recebido o batismo do bispo local, o ariano Eusébio. (Soc. 1.39.2–4; cf. Eus. VC 4.61.1–62.5.). Constâncio II se dirigiu ao local em que jazia o corpo de seu pai e escolheu velá-lo com rituais cristãos, misturados com tradições pagãs, sepultá-lo em Constantinopla, no novo Mausoléu dos Santos Apóstolos, após um elaborado funeral cristão. O imperador falecido não nomeou nenhum sucessor antes de morrer e, por isso, levou algum tempo para que fosse(m) definido(s) o(s) herdeiro(s) (Lenski, 2006, 82).

A sucessão de Constantino, o retorno das mulheres imperiais e a herança de novos desafios político-culturais

A morte de Constantino em 337 abriu margem para a sua sucessão, o que foi rapidamente resolvido com a eliminação de vários membros da família desse finado imperador que descendiam da união entre Constâncio I e Teodora. Com Teodora, o fundador da Dinastia Constantiniana teve pelo menos seis filhos: Dalmácio, Júlio Constâncio, Hanibaliano, Anastácia, Constância e Eutrópia. Durante a maior parte do governo de Constantino, esses membros da família viveram afastados da corte, porém, com a fundação de Constantinopla, o Imperador passou a empregá-los na administração do Império: Dalmácio recebeu o consulado em 333 e em seguida serviu como comandante militar; Júlio Constâncio foi cônsul em 335 e recebeu o ranking de *patricius*; Hanibaliano foi nomeado *rex regnum et ponticarum gentium*²³ nesse mesmo ano, possivelmente para reclamar a Armênia; um sobrinho que também se chamava

²³ A nomeação incomum pode ter relação com interferências dos persas na Armênia, que pode ter envolvido o rapto do rei e o pedido de auxílio a Roma por parte dos nobres locais. Como resposta, Constantino parece ter optado por estabelecer uma reivindicação mais robusta sobre a Armênia do que Roma havia feito anteriormente, talvez através da imposição de um governante com laços dinásticos (Vanderspoel, 2020, p.41)

Dalmácio foi nomeado César em 335 e enviado para Illyricum, inteirando 4 césaes contando com os 3 filhos de Constantino (Burgess, 2008, p.8; Vanderspoel, 2020, p.41).

Constantino teve com sua já mencionada segunda esposa, Fausta, cinco filhos conhecidos: Constantino II, Constâncio II, Constante, Constantina e Helena. O imperador promoveu casamentos entre esses dois ramos de sua família: em 335, Hanibaliano se casou com sua filha Constantina; no mesmo ano, provavelmente, seu filho Constantino II casou-se com alguma prima de nome desconhecido; e em 336, seu filho Constâncio II casou-se com a filha de seu irmão Júlio Constâncio²⁴ (Vanderspoel, 2020, p.42).

Voltando-nos para a morte de Constantino, dentre as documentações sobreviventes, somente no relato de Filostórgio, tal morte é apresentada como um envenenamento por parte de seus meios-irmãos Flávio Dalmácio e Júlio Constâncio (pai de Juliano): “Constantino não muito tempo depois pagou a pena pela execução do menino quando ele foi envenenado até a morte por seus irmãos enquanto estava em Nicomédia.” (Philost. HE. II, 4). O historiador eclesiástico ariano também menciona que, antes de morrer, Constantino teria deixado uma carta indicando a sucessão e solicitando que o primeiro filho que chegasse, recebesse a tarefa de se vingar daqueles que o tinham envenenado. Eusébio de Nicomédia teria sido a pessoa a quem Constantino confiou esse seu testamento (Philost. II, 16).

A maior parte dos historiadores contemporâneos que estudaram o assunto acreditam que tal relato não procede. É muito provável que a morte de Constantino tenha sido natural e a suposta carta que ele teria escrito em seu leito de morte não passava de uma anedota utilizada por Filostórgio buscando justificar os assassinatos de 337 atribuídos a Constâncio II. (Hunt, 2010, p. 45-46). Amiano Marcelino e o Imperador Juliano são dois exemplos de autores do período que culpam esse Imperador por tais assassinatos.

R. W. Burgess acredita que Constantino desejava que o império fosse partilhado entre seus familiares tanto da descendência de Helena quanto de Teodora já que vinha colocando esses parentes na administração imperial e conectando-os com casamentos consanguíneos. Somado a isso, seus filhos eram muito jovens e inexperientes e os meios-irmãos de Constantino poderiam lhes fornecer o apoio e a orientação necessários para governar no futuro, possivelmente como a divisão entre imperadores seniores e juniores do período tetrárquico (Burgess, 2008, p. 7-9).

Mas Constantino morreu antes que pudesse deixar os seus planos de sucessão encaminhados o suficiente para evitar discórdia. Segundo Burgess, para que um César fosse

²⁴ Constante foi uma exceção ao ser prometido para Olímpias, filha do prefeito do pretório Ablábio, executado por traição anos mais tarde, o que inviabilizou a concretização do casamento (Vanderspoel, 2020, p.42).

proclamado Augusto era necessária a presença ou a provação de um Imperador Sênior, como ditava o precedente da tetrarquia. Conforme o autor, a quebra dessa regra poderia fazer com que o novo Imperador fosse considerado um usurpador e resultar em guerra civil. Com a morte de Constantino, morria também o único Imperador sênior, o que dificultou a proclamação imediata dos filhos de Constantino como Imperadores. Fatores como a aprovação do exército e do Senado e a divisão do território contribuíram para esse momento complicado. Levou mais três meses para que os filhos de Constantino fossem elevados a imperadores com seus respectivos territórios definidos (Burgess, 2008, p.9-10; Waldron, 2023, p. 120). Nesse sentido, na Conferência da Panônia, ficou definido que Constantino II ficaria responsável pelo ocidente, com as províncias da Gália, Hispânia e Britânia; Constante ficaria com a Itália, norte da África, Ilíria e Dácia; e Constâncio II com todas as província dos Oriente e Egito (Crawford, 2016, p.35).

No momento da morte de Constantino, cada um dos filhos do Imperador encontrava-se em uma localidade diferente, mas foi Constâncio II o primeiro a chegar à região onde jazia o corpo do imperador. Não se tem notícia de como exatamente as coisas se desenrolaram, todavia em setembro daquele mesmo ano, os três filhos de Constantino dividiram o trono imperial entre si e, convenientemente, todos os outros concorrentes tinham morrido (Bowersock, 1978, p. 23; Crawford, 2016, p. 31-32). Na lista de fatalidades daquele intervalo, conhecido como Massacre de 337, constam todos os homens adultos da linhagem de Teodora a saber: Júlio Constâncio, seu filho mais velho de nome desconhecido, Dalmácio, quatro primos desconhecidos deste, Hanibaliano, Flávio Dalmácio. Também morreram seus supostos aliados: Flávio Optatus, que era patrício e foi cônsul em 334; Flávio Ablábio, prefeito do pretório do oriente e cônsul em 331, e muitos outros aristocratas, incluindo Emílio Magno Arbório, Viril Nepociano e Flávio Feliciano (Burgess, 2008, p.10). O mais notável sobre o episódio é que não sobreviveu nenhuma documentação relatando o episódio diretamente, o que se tem são

(...) lapsos, rumores, acusações, encobrimentos tendenciosos, declarações vagas que os leitores obviamente deveriam entender e relatos adulterados para fins políticos ou religiosos. Esse material de origem criou numerosos problemas para os estudiosos modernos, com o resultado de que praticamente todos os aspectos do massacre são contestados: os nomes daqueles que encontraram o seu fim, as datas das suas mortes, se houve um massacre ou dois, quem motivou o massacre. assassinatos e a(s) razão(ões) por trás deles (Burgess, 2008, p.5)

Os filhos de Júlio Constâncio, Juliano e Galo, com respectivamente 5 e 11 anos, foram poupados, provavelmente por serem crianças. Constantina, esposa de Hanibaliano, e sua irmã Helena, supostamente noiva de Dalmácio, também foram poupadas. É provável que elas tenham sido mantidas vivas, pois seria mais vantajoso que elas voltassem a fazer parte da Casa Imperial

por variadas razões como futuros casamentos, para atuar no programa religioso ou para a própria propaganda da família imperial. Quanto à sobrevivência dos dois meninos, os motivos parecem um pouco menos claros já que eles representavam uma ameaça como potenciais concorrentes. Ao mesmo tempo, não seria inteligente eliminar todos os possíveis sucessores, já que Constâncio II continuava sem filhos.

Juliano menciona o episódio de 337 em vários momentos de sua obra. Na sua *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas*, ele declara:

É sabido que a nossa linha paterna parte da mesma origem da de Constâncio, pois os nossos pais eram irmãos nascidos do mesmo pai. E para nós, que éramos seus parentes próximos, aquele misericordioso imperador, que coisas ele nos fez!: seis primos meus, que também eram dele, meu pai, que era tio dele, e, além disso, outro tio comum do lado paterno e meu irmão mais velho mandou matá-los sem julgamento, e eu e meu outro irmão, embora ele [Constâncio] quera nos matar, finalmente nos mandou para o exílio, do qual me chamou, enquanto o título de César o libertou, embora tenha sido decapitado pouco depois. (Julian, ad Ath. 270D)

Em concordância com Juliano, Amiano Marcelino escreveu sobre Constâncio II: “Não em vão, para imitar o seu comportamento sanguinário, no início do seu governo, ordenou o assassinato de todos aqueles que lhe estavam ligados por laços de sangue ou de parentesco” (Amm. XXI.16.8).

Existem precedentes para esse tipo de expurgo: Licínio teria feito o mesmo em 313 e, posteriormente, os familiares deste morreram pelos mesmos motivos pelas mãos de Constantino. A diferença de 337, no entanto, foi que os executados eram membros da mesma família do(s) executor(es). Nesse sentido, os três *Augusti* parecem ter seguido o exemplo de seu pai ao eliminar potenciais ameaças, e, igualmente, ao “remodelar a imagem pública das esposas sobreviventes, ou das tias e primos cujos parentes eles mataram” (Hillner, 2023, p.269-271). Apesar disso, as mulheres imperiais desse período não foram honradas com o título de Augusta, assim como as mulheres da tetrarquia não o foram.

Segundo Hillner, esse comportamento “Reflete a preocupação de que a promoção de esposas criaria desequilíbrio no colégio imperial, especialmente se algumas esposas tão homenageadas fossem elas próprias de linhagem imperial, enquanto outras não fossem.” (Hillner, 2023, p.271). Como demonstrado pela autora, um fator que pode reforçar essa ideia é que os *Augusti* optaram por utilizar as figuras das falecidas Helena e Teodora, cunhando moedas de bronze com seus rostos, em vez das mulheres imperiais que estavam vivas (Hillner, 2023, p.272).

Retomando, a harmonia durou pouco no governo dos irmãos. Constantino II começou a tentar interferir no governo do irmão mais novo, Constante, que, apesar da juventude, não se curvou a ele. Isso gerou conflito entre eles com Constantino ansiando pela região sob o domínio

do caçula, levando-os a guerrear entre si. O conflito terminou com a vitória de Constante em 340, que absorveu o território do irmão morto. Enquanto isso, Constâncio II lidava com as questões de seu território, até que as questões religiosas fizeram com que a relação entre os irmãos sobreviventes começasse a desandar. O grande motivo da discórdia parece ter sido religioso. Os filhos de Constantino foram os primeiros príncipes imperiais a receberem uma educação baseada no cristianismo, mesmo que a vertente cristã escolhida seja incerta. Embora Constâncio II tenha demonstrado sua inclinação religiosa com suas ações em prol do cristianismo, como a construção de igrejas, na opinião de Crawford, esse Imperador, assim como seu pai, acreditava que o imperador estava acima das questões religiosas. Mas, ao contrário de Constantino, Constâncio interferiu bem mais nas disputas doutrinárias dos cristianismos. Assim como o fez seu irmão Constante (Crawford, 2016, p.25).

Os conflitos entre as facções cristãs ameaçavam a ordem imperial. Na tentativa de reestabelecer a ordem e promover maior unidade da religião, Constâncio II optou por exilar alguns bispos que estavam no cerne da confusão, como Atanásio e Paulo de Constantinopla. No entanto, esses bispos possuíam uma forte rede de apoio no Ocidente, e foram se abrigar na corte de Constante. Esse imperador parece ter tomado o lado desses bispos e teria exigido a Constâncio II que suas posições fossem restauradas (Baker-Brian, 2022, p.178-186). Constâncio II parece feito uma concessão para as exigências do irmão mais novo, possivelmente para poder se focar em questões mais urgentes como o conflito contra os sassânidas (Baker-Brian, 2022, p.193).

No ano de 350, Constante foi assassinado durante a rebelião. Na Gália, em 16 de janeiro de 350, durante uma festa, *Comes rei militaris* sob o poder desse Augusto, Magnêncio se declarou imperador. Naquele momento, Constante estava em uma caçada e tentou fugir, mas foi assassinado por um dos apoiadores do usurpador. Numa questão de meses, Magnêncio já tinha sob seu poder a Gália, a Itália e África romana (Hunt, 2010, p.165). Constâncio II, então, passou a ser o último dos filhos de Constantino no trono Imperial e precisava enfrentar, além dos povos fronteiriços, um inimigo interno. Seguindo a usurpação de Magnêncio, sucederam-se mais dois usurpadores, Vetrânio e Nepociano. No início março de 350, outro membro do exército de Constante se declarou Imperador. Dessa vez foi o *magister peditum* Vetrânio, cujas tropas estavam estacionadas em Mursa, na Panônia (Hunt, 2010, p.166). As motivações que teriam levado Vetrânio a vestir o manto púrpura deixam espaço para discordâncias entre os autores do período ou entre aqueles de épocas posteriores. Usualmente, existem duas visões do evento: a primeira é a de que foi uma usurpação “genuína”, que acredita que Vetrânio tinha ambições de governar, ou se foi uma “usurpação legalista”, que vê a ação desse militar como uma resposta

ao golpe de Magnêncio. Também é nesse cenário bélico que Constantina exerce um papel muito importante. Discutiremos esse assunto no próximo capítulo, que dedicamos às ações político-culturais das mulheres imperiais Eusébia, segunda esposa de Constâncio II, e Constantina, irmã desse mesmo imperador.

Capítulo 3

Mulheres de ação: as participações de Constantina e de Eusébia nas questões Imperiais (350 a 361 EC)

3.1. As Usurpações de 350 e a participação de Constantina

Como mencionado no capítulo anterior, o ano de 350 foi marcado por diversas tentativas de tomada do poder imperial, pelos chamados usurpadores. É importante destacar que, ao chamar esses homens de usurpadores, não é nossa intenção emitir um veredicto sobre a sua legitimidade como imperadores. Em concordância com o que afirmou Martijn Icks,

Muitos fatores contribuíram para a legitimidade de um governante romano, incluindo um ritual de investidura devidamente realizado, com uso dos atributos adequados, relações familiares com governantes anteriores, reconhecimento por um imperador sênior bem estabelecido, um histórico de vitórias militares e a bênção de Deus ou os deuses (Icks, 2020 p. 8)

Nesse sentido, denominaremos Magnêncio, Vetrânio, Nepociano e Juliano como “usurpadores” no sentido em que eles desafiaram um governo já estabelecido e foram contra a regra estabelecida por Diocleciano que ditava que apenas um Augusto sênior poderia coroar outro imperador. Conforme afirmou Alan E. Wardman,

A usurpação é ou um desafio direto à autoridade central - o usurpador procura substituir o Augusto e governar - ou um desafio indireto por parte de quem busca o reconhecimento do imperador sem (ainda) procurar depô-lo. Pode-se, portanto, esperar que floresça nas fronteiras ou perto das fronteiras, se o Augusto estabelecido estiver longe ou nas margens do império. (Wardman, 1984, p.226 e 334)

Como essas obras concordam entre si, é importante ressaltar que o substantivo usurpação e seu ‘verbo usurpar’ eram raramente utilizados por autores da Antiguidade Tardia ao descrever a política imperial. ‘Tirano’ e ‘tirania’ são termos preferidos por esses autores (Omissi, 2018, p.30-31). Para mais, como alertou Gilvan Ventura da Silva (2018), o termo usurpador detém conotações negativas se o concebemos como o ato de “se apoderar de algo que por direito não pertence a si mesmo, obter pela fraude ou pela violência domínio sobre um objeto ou sobre outrem, exercer indevidamente um cargo ou função.” (Silva, 2018, p. 98-99). Em outras palavras, entender o usurpador como um ‘ladrão’ é se apoiar em uma visão muito parcial da história, é concordar com o lado vencedor, aquele que descreveu tal indivíduo como imperador ilegítimo, seria desconsiderar o outro lado.

Ademais, as linhas que separam um imperador legítimo de um usurpador estão longe de ser absolutas, não há uma definição objetiva sobre o que marcava um governante legítimo ou ilegítimo. Segundo Omissi, em vez disso, os autores desse período definiram o governo justo em contraste com a tirania, e o fizeram em termos explicitamente morais, em vez de

constitucionais (Omissi 2018, p.21). Denúncias de indivíduos como pretendentes ilegais ou injustos ao poder imperial são comuns entre os oradores e historiadores romanos; todavia, por motivos de autopreservação, a maioria desses autores garantia, em sua obra, que o imperador de seu tempo fosse sempre legítimo, justo e um modelo de virtude (Omissi, 2018, p.21).

Com esse adendo, retomamos para o ano de 350, nessa época o governo imperial estava dividido entre os irmãos Constante e Constâncio II, sendo que o mais novo tinha sua sede no ocidente e o outro no oriente. As decisões de Constante parecem ter gerado descontentamento de algumas fações sob o seu poder (Crawford, 2016, p. 65-67). Em 18 de janeiro de 350, durante uma festa promovida pelo *comes rei privatae* Marcelino, que ocorria na cidade de Autun, sede do governo imperial do ocidente Magnêncio, o comandante das unidades de guarda imperial *Herculiani* e *Ioviani*, proclamou-se imperador diante de um pequeno grupo de militares e civis (Drinkwater, 2017, p. 132). Nessa data, Constante tinha se ausentado para caçar nos Pirineus (Crawford, 2016, p.71-72).

Segundo a ótica de Filostórgio, Constante “perdeu a vida na usurpação de Magnentius por causa de seu zelo por Atanásio” (Philost. HE, 3, 26) Para John Drinkwater, a conspiração de Magnêncio foi cuidadosamente planejada, levando em consideração a reunião sob o pretexto da festa de aniversário do filho de Marcelino e a existência de um exemplar das vestes imperiais sob o poder do usurpador. Além disso, o momento de levar o plano a cabo foi bem aproveitado, já que Constâncio II estava ocupado combatendo Sapor II na Mesopotâmia e ele só poderia lançar uma campanha tardia contra os revoltosos (Drinkwater, 2017, p. 132-133) No entanto, Magnêncio aparentemente não aspirava dominar o império inteiro, apenas a porção ocidental e ele não seria “um rebelde permanente se ele conseguisse obter reconhecimento como Augusto ocidental de Constâncio II, e no início do seu reinado ele tentou de tudo para obter reconhecimento.” (Drinkwater, 2017, p.137).

Porém, tal reconhecimento dificilmente viria para alguém que havia matado um dos filhos de Constantino e cujas origens eram bem menos ilustres. As documentações textuais sobreviventes que relatam os acontecimentos do período parecem concordar que a família de Magnêncio estava muito longe de ter *status* romano. De acordo com Juliano, em seu primeiro panegírico a Constâncio II, o usurpador “assassinou seu próprio mestre [Constante], pois ele [Magnêncio] tinha sido, na verdade, escravo dos ancestrais do imperador assassinado, um remanescente miserável salvo dos despojos da Germânia.” (Jul., Or. I., 34a). Para outros como Temístio (Orat. 6.80c) e Aurélio Victor (41,25), ele era um bárbaro. Todavia, Drinkwater nos alerta para o fato de que as informações sobre Magnêncio foram obscurecidas pela propaganda

do governo de Constâncio II, por isso, sua origem familiar e étnica é muito mais difícil de rastrear do que se pode pensar (Drinkwater, 2017, p.142).

Como era de praxe, Magnêncio chegou a mandar cunhar moedas com a sua figura e, como podemos observar na imagem abaixo, o lábaro cristão está estampado no anverso, demonstrando suas filiações com o cristianismo e o seu desejo em angariar apoiadores cristãos:

Figura 2 - Moeda de Magnêncio com cristograma no anverso



Moeda em cobre representando Magnêncio no verso e o cristograma no anverso. Cunhada em Amiens, Gália (França). Fonte: British Museum, Museum number: 1951,1115.2713. Disponível: (https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1951-1115-2713) Acesso em: out. 2024.

No entanto, conforme Alan Dearn, o lábaro cristão, ao ter sido acrescentado nas moedas pelo Imperador Constantino no período anterior, já havia ultrapassado a ligação com o cristianismo e se tornado símbolo da Dinastia Constantiniana (Dearn, 2003, p.188). Isso nos leva a questionar quais seriam as motivações que levaram Magnêncio a adotar tal símbolo. Tudo o que podemos fazer são suposições: a adoção de tal design poderia significar uma tentativa em se ligar à Dinastia Constantiniana, mas também poderia apenas exprimir a religião do usurpador ou mesmo uma tentativa de angariar apoio dos cristãos para a sua causa.

Mesmo contando com o apoio de uma pequena parte do exército da Gália para sua rebelião inicialmente, um dos oficiais sob o comando de Magnêncio, chamado Marcelino, conseguiu matar o imperador Constante e as tropas do usurpador conseguiram avançar rapidamente sobre o território até que em março, um obstáculo surgiu em seu caminho. Em resposta às ações de Magnêncio, no dia 01 de março daquele mesmo ano, um novo imperador havia sido declarado, Vetrânio, *magister peditum* experiente das tropas ilírias, com participação da princesa Constantina. Ela é citada pela primeira vez nas documentações a partir de seu casamento com seu primo Hanibaliano em 335, quando se estima que ela tivesse em torno de

12 anos, idade em que os romanos costumavam casar suas filhas (Hillner, 2018). Então, ela deve ter nascido entre os anos 320 e 325, filha do imperador Constantino da imperatriz Fausta.

Figura 3 - Gravura de Constantina publicada em 1553



Fonte: STRADA, Jacopo. *Epitome Thessauri Atiquitatum*, 1553, p.188.

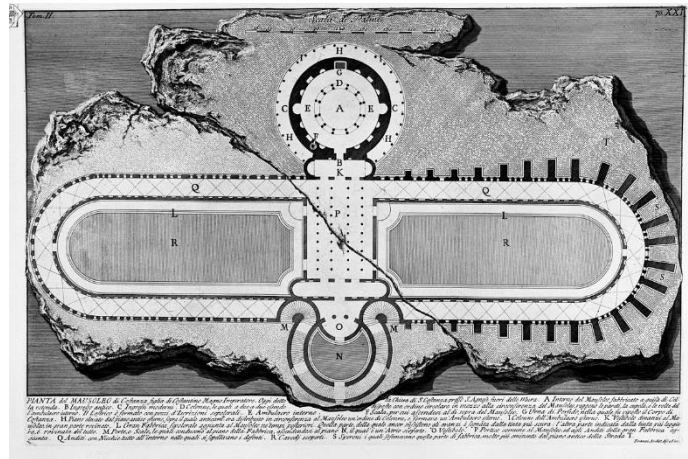
Hanibaliano, era filho de Dalmácio, um dos irmãos de Constantino. No mesmo ano em que se casou com Constantina, Constantino lhe concedeu a titulação de *nobilissimus*²⁵ e de *Rex Regum et Ponticarum Gentium* (rei dos reis e do povo pântico) (Martindale, 1971, p. 407). Esse título foi interpretado por alguns estudiosos como um indício do interesse do imperador em colocar um membro de sua família no trono do Reino da Armênia, talvez uma contramedida às tentativas de Sapor II (309–379) de instalar um príncipe persa. No entanto, tal medida seria inaceitável aos persas e armênios. Ao que parece, ele não foi de fato instalado como rei e nem entrou na Armênia e, segundo a *Crônica Pascal*, ele estabeleceu sua base em Cesareia Mázaca, na Capadócia (Lightfoot 2005, p. 496-497.)

O primeiro casamento de Constantina não durou muito já que seu marido foi uma das vítimas dos assassinatos de 337. Entre a morte de seu primeiro marido e seu segundo casamento, há evidências de que Constantina residiu em Roma. As ruínas da Basílica de Santa Agnes junto com o monastério e o seu mausoléu, alguns dos prédios construídos sob o patrocínio de Constantina, ainda podem ser visitados na Via Nomentana. O imaginário do período que vai dos finais da Antiguidade Tardia até o início do período medieval atribuiu ao complexo de Santa Agnes e à figura de Constantina uma lenda que ficou bastante famosa. Segundo Virginia Burros, Constantina é representada em vários escritos desse intervalo como “uma rainha de uma

²⁵ Seu irmão Dalmácio e seu tio Júlio Constâncio, o pai de Juliano, também receberam este título. (Amm. XIV, 1-2)

beleza deslumbrante que, curada da lepra por Santa Agnes, converte-se ao cristianismo e dedica-se a uma vida de celibato, transformando o seu palácio num convento de virgens.” (Burros, 2023, p.157-158). Nesse sentido, a história de Constantina foi ganhando traços cada vez mais ficcionais à medida que os romances hagiográficos iam se popularizando, como demonstrado por Burros. Além disso, a própria Constantina passou a ser cultuada como santa (Burros, 2020; 2023).

Figura 4 - Planta do complexo de Santa Agnes por Giovanni Battista Piranesi de 1756



Reconstrução da planta do complexo de Santa Agnes por Giovanni Battista Piranesi de 1756. Fonte: PIRANESI, Giovanni Battista; PIRANESI Francesco. Le antichità Romane. Firmin Didot Freres, Paris, 1835-1839. Tomo 2.

Figura 5 – Visão externa do Mausoléu de Constantina



Fonte: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mausoleo_di_Santa_Costanza_-_esterno.jpg. Acessado em out/2024.

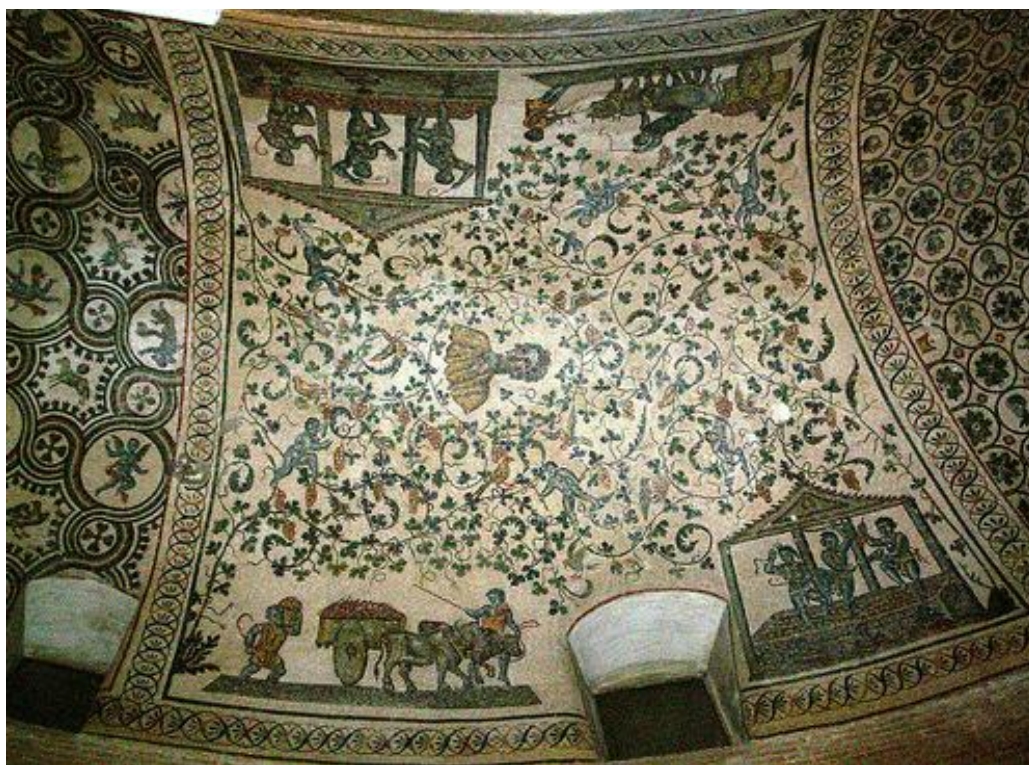
Em uma inscrição em mármore encontrada nesta Basílica, o que representa um dos poucos registros escritos de autoria feminina da época, Constantina declarou:

Eu, Constantina, venerando a Deus e dedicada a Cristo, tendo providenciado todas as despesas com mente devotada, por ordem divina e com a grande ajuda de Cristo, consagrei este templo de Inês, virgem vitoriosa, porque ela prevaleceu sobre os

templos de todas as obras terrenas, [aqui] onde os telhados mais altos brilham com ouro.²⁶

Essa inscrição deixa claro que as ordens para sua construção e o seu financiamento partiram de Constantina. Para Hannah Jones, representa “uma autopropaganda de uma mulher confiante e autoritária, com a intenção de exibir a sua educação literária, a sua considerável filantropia e a sua piedade cristã.” (Jones, 2007, p.118). Esse mármore desapareceu em algum momento da História, mas seu conteúdo nos foi transmitido pela tradução manuscrita, como no *Liber Pontificalis* (I, 180.). Grande parte do complexo de construções encontra-se em ruínas nos dias de hoje, dessa forma muitos elementos acabaram perdidos, no entanto alguns detalhes arquitetônicos e mosaicos sobreviveram através de desenhos feitos ao longo dos séculos. Gillian Mackie apontou para a importância da decoração desses espaços por sua natureza ambígua que une elementos iconográficos cristãos e pagãos (Mackie, 1997). Tal combinação decorativa parece típica da Dinastia Constantiniana.

Figura 6 - Mosaico com representações de videiras e Constantina (supostamente) no centro



Fonte: About Art Online. Disponível em: <https://www.aboutartonline.com/la-basilica-di-santagnese-fuori-le-mura-e-il-mausoleo-di-costantina-un-complesso-di-edifici-accomunati-da-preziosi-mosaici/> Acessado em out/2024.

²⁶ Tradução do latim para o inglês de J. Curran. *Pagan City and Christian Capital. Rome in the Fourth Century* (Oxford University Press, 2000), 128.

Figura 7 - Mosaico das chaves de São Pedro localizado no mausoléu de Constantina



Fonte: Wikipedia. Disponível em:

https://it.m.wikipedia.org/wiki/File:Roma_Costanza_mosaico_chiavi.JPG Acessado em out/2024.

De todo modo, como afirmou Dirschlmayer, as ações de Constantina em Roma seguiam uma “tradição feminina dos primeiros tempos cristãos” que consiste em uma prática que vinha desde o III século em que as mulheres da sociedade romana coletavam ossos dos mártires cristãos para depositá-los num lugar apropriado de enterramento (Dirschlmayer, 2020, p.468). Para Harries, Constantina pode ter atuado na cidade seguindo o exemplo de sua avó Helena e/ou como representante de seu irmão Constante, já que Roma estava em seu território (Harries, 2014, p.2012).

Já do ponto de vista de Hillner, a estadia de Constantina em Roma havia sido sugerida por Constâncio II já que ela havia sido transferida do oriente, e ele se beneficiaria de ter uma representante imperial na cidade. A autora aponta que Constante se apoiava majoritariamente em um seleto grupo da velha aristocracia cristã, enquanto “Constantina, como mulher, estava livre das expectativas tradicionais de tomar parte nos sacrifícios e podia interagir de forma mais neutra e menos pública com a aristocracia pagã, que era a maioria no período (Hillner, 2017).

Somado a isso, sabemos por Amiano Marcelino, no trecho em que ele menciona o lugar de sepultamento de sua irmã, Helena, que morreu em 360, que Constantina tinha uma vila no local (Amm. XXI, 1, 5). Ainda é possível que a princesa tenha herdado parte do patrimônio de sua mãe Fausta, referente à *bona materna* (herança materna). Segundo Antti Arjava, embora a herança materna fizesse parte do patrimônio do marido, era um costume romano que esse patrimônio fosse preservado para o usufruto dos filhos. (Arjava, 1996, p. 99-103). Em adição, nos 14 anos que residiu em Roma, Constantina deve ter convivido com duas mulheres de sua

família paterna, as suas tias Eutrópia e Anastácia, além de outros tantos parentes que lá residiam (Hillner, 2018; PLRE I, Eutropia 2, 316; Anastasia 1.).

Outro testemunho da estadia de Constantina em Roma e o valor de sua presença na cidade é uma inscrição datada entre o intervalo de 337-340 destinada a ela e gravada no suporte de uma estátua de bronze desaparecida. O achado arqueológico encontra-se em proximidade aos prédios geralmente atribuídos à *Domus Faustae* (Hillner, 2018). Tal estátua foi produzida a mando do equestre Flavio Gaviano com os dizeres:

A uma mulher gerada da raça divina derivada do fundador do Império Romano, filha do divinizado Constantino, piedoso, o maior, e irmã dos nossos senhores Constante e Constâncio, perpétuo Augusto, nossa senhora Flávia Constantina, nobre e venerável. Flávio Gaviano, de categoria perfectissimus, supervisor do tesouro imperial (praepositus rerum privatarum) para sempre dela.²⁷

Como pode ser observado, a inscrição menciona apenas dois dos irmãos de Constantina, omitindo Constantino II, ao que tudo indica, houve uma modificação após a tentativa desse irmão em dominar o território de Constante em 340. Dada a importância material e, principalmente, moral, de Roma, a presença imperial era imprescindível para a cidade. E essa presença era marcada pelas mulheres imperiais da dinastia governante. Consoante a Hillner, a presença imperial feminina em Roma “moldou de variadas formas as identidades de mulheres da família imperial e, por sua vez, os seus diferentes papéis dentro da família imperial – esposas, irmãs, mães, filhas e outras mulheres descendentes – moldou as relações destas mulheres com a cidade de Roma (Hillner, 2017, p.57). Segundo a autora, entre o início do século IV e meio V, as residências femininas foram mais numerosas e longevas que as masculinas em Roma. O que pode ser constatado em uma grande variedade de documentações textuais e materiais (Hillner, 2017, p.58). Constantina, por exemplo, residiu em Roma de 337 a 350, e Eusébia teve duas visitas à cidade documentadas.

Conforme dito anteriormente, os autores da Antiguidade Tardia voltam a mencionar Constantina na ocasião da usurpação de Vetrânio. Segundo Filostórgio, Constantina foi quem teria incentivado tal ato já que, no momento da revolta de Magnêncio, Constâncio II estava em Edessa, Mesopotâmia, lutando contra os persas. Temendo que as notícias não chegassem a tempo até seu irmão, Constantina resolveu agir e, conforme o autor ariano, “ela tinha o poder de fazer isso porque o pai de todos eles, enquanto ainda vivo, a coroara com um diadema e a nomeara Augusta” (Filost. III, 22.).

²⁷ Tradução do latim para o inglês de Carlos Machado para o *Last Statues of Antiquity Project*. Disponível em: <http://laststatues.classics.ox.ac.uk/database/detail.php?record=1563&submit=Go> Acessado em out/2024

Essa afirmação de que Constantina tinha o título de *Augusta* tem suas controvérsias entre os historiadores contemporâneos. Autores como Pierre Maraval (2013) e Jill Harries (2014) não acreditam que Constantina foi nomeada Augusta. Já Thimoty Barnes (2014, p.219-220), Guzman Armário (2018) e Tougher (2020, p.200-201) inclinam-se à possibilidade de que Filostórgio estivesse certo. Aqueles que se opõem argumentam que Filostórgio e outros autores que usaram seu trabalho como base são os únicos textos a mencionarem tal fato. Eles também apontam que Constantina não é referida como augusta nas inscrições de Roma, ambas datadas de depois de 337, e que há a falta de cunhagem em seu nome. Por fim, Jill Harries, por exemplo, acredita que Filostórgio estava sendo anacrônico ao atribuir tal título a Constantina, uma vez que a prática de conceder títulos a mulheres imperiais havia sido retomada durante a dinastia Teodosiana (Harries, 2014, p197).

Por outro lado, os historiadores que defendem a possibilidade de Filostórgio estar certo apontam que, após a morte da avó Helena, Constantina teria se tornado a mulher mais importante da Dinastia e, como consequência, passou a exercer as funções imperiais que cabiam à posição em que se encontrava. Desse modo, seu pai poderia ter lhe outorgado a titulação de Augusta. Ainda acrescentamos que Fócio, o autor do epítome, que em vários trechos apontou o que ele julgava serem afirmações errôneas de Filostórgio, não disse nada sobre tal acontecimento. Considerando o vasto número de documentações a que Fócio teve acesso e sua disposição em desmentir o autor ariano, é de se duvidar que ele deixaria passar mais uma oportunidade para fazer seus apontamentos.

O fator legalista da usurpação de Vetrânio ainda acarreta discussões entre os historiadores, já que, por um breve momento, relata-se que o general ter-se-ia aliado a Magnêncio, mas logo se voltou para Constâncio II novamente. Filostórgio é um dos responsáveis por essa informação:

Em seguida, [Constâncio] partiu para o oeste em ordem de batalha contra Magnêncio, pretendendo aliar-se a Vetrânio, mas como este dava sinais de rebelião, agarrou Vetrânio e despojou-o da túnica imperial. Porém ele não lhe causou mais nenhum dano e até o convidou para compartilhar sua mesa e depois o enviou para Prusa, na Bitúnia, ordenando que ele fosse sustentado com magnífica abundância e cuidando para que ele não lhe faltasse nada que pudesse contribuir para o bem-estar de alguém na vida privada. (Philost. HE, 3, 22)

Os “Alpes”, tanto os chamados Julianos quanto os Sicanos, são passagens estreitas com enormes montanhas de cada lado, pressionando tão estreitamente um espaço que quase o fecham.” Essas passagens são como os desfiladeiros em Termófilo, mas os Alpes Julianos separam a Gália e a Itália da Ilíria, enquanto os Sicanos correm entre a Dácia e a Trácia. Foi quando Vetrânio se apressou em ocupá-los que fez Constâncio suspeitar que planejava se rebelar. (Philost. HE, 3, 24)

Juliano traz um relato semelhante, mas um pouco mais detalhado, sobre a suposta aliança entre os dois usurpadores em seu primeiro panegírico em honra a Constâncio II (Jul. Or. I, 30b-33c), do qual destacamos um trecho abaixo:

E então, uma vez que você [Constâncio] foi para a guerra, aquele [Vetrânio] que até então havia prometido permanecer um guardião fiel e que tinha sido sustentado por você com dinheiro, tropas e muitas outras coisas, não sei por que divindade enlouquecida, arranjou um tratado de paz com o mais ímpio de todos os homens e inimigo comum de todos aqueles que valorizam a paz e amam a concórdia de coração [Magnêncio] e, acima de tudo, seu inimigo pessoal. Você não temeu a magnitude dos seus preparativos nem pensou que a aliança dos traidores estaria acima da sabedoria da sua decisão. Repreendendo, como é lógico, um pela sua infidelidade e o outro, além disso, pela sua audácia criminoso e sacrílega, convidaste o primeiro ao julgamento e veredicto do exército e decidiste que a guerra seria o seu juiz. (Jul. Or I, 30c)

Apesar dessas alegações sobre Vetrânio ter apresentado sinais de rebelião, muitos historiadores ainda acreditam que foi um evento legalista, visando atrasar o avanço de Magnêncio até que Constâncio II pudesse chegar até a região. O apoio de Constantina e abdicação amigável de Vetrânio diante das tropas e de Constâncio II, contando, dessa forma, com uma espécie de perdão imperial contribuem para isso. Para David Hunt (1998, p. 15-17) e Barnes (1993, p.101), a rebelião de Vetrânio foi em prol da Dinastia Constantiniana. Além disso, citando Sandra Seibel (2004), Moisés Antikeira comenta que, na visão da autora alemã, Vetrânio era um “instrumento da dinastia reinante” e quem estaria por traz dessa situação seriam Constantina e Vulcácio Rufino, o prefeito pretoriano da Ilíria (Antikeira, 2018, p.4). Já Antikeira e Drinkwater duvidam desse fator legalista em razão do intervalo de 40 dias que se passou entre as duas aclamações (Antikeira, p. 4; DRINKWATER, 2000, p. 147). Para Márk Solyom, todavia, “a família imperial pediu a Vetrânio que se proclamasse César, mas ele se declarou Augusto em 350 e cunhou moedas com esta titulação” (Solyom, 2014, p.186).

Vetrânio, assim com Magnêncio, teve moedas cunhadas com seu rosto estampado. No exemplo abaixo, trouxemos uma moeda de cobre, cunhada na Panônia, com símbolos cristãos no anverso²⁸:

²⁸ Solyom afirma que Vetrânio era cristão, mas algumas de suas moedas apresentam iconografias pagãs, como a Vitória coroando-o (Solyom, 2014, p.186). Em nossa perspectiva, essa combinação entre elementos iconográficos cristãos e pagãos é típica do século IV, também presentes no aparato iconográfico do governo de Constantino.

Figura 8 – Moeda do usurpador Vetrânio com verso anverso



Fonte: British Museum, Museum Code 1950-1006-1467. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1950-1006-1467 Acessado em out/2024.

Dearn é um grande defensor da vertente que trata a usurpação de Vetrânio como uma revolta legalista (Dearn, 2003). O autor defende que a evidência numismática indica uma subordinação de Vetrânio a Constâncio II e “anuncia a vitória iminente do filho de Constantino” (Dearn, 2003, p. 169). Dearn completa que a cerimônia de abdicação do usurpador foi teatralmente planejada (Dearn, 2003, p. 170).

Bruno Bleckmann também defende que a usurpação de Vetrânio recebeu forte influência do Prefeito do Pretório Vulcácio Rufino, tio de Galo, futuro César²⁹ Bleckmann, na realidade atribui a Rufino um papel maior nesse evento do que a Constantina. Vúlcácio Rufino sabia da importância em se ter um membro da família imperial apoiando Vetrânio, no caso Constantina era que estava disponível. Isso daria a legitimação necessária à nomeação e garantiria o apoio das tropas. Ela estaria sediada nos Balcãs e teria sido chamada pelo prefeito do pretório para exercer o seu papel legitimador (Bleckmann, 1994).

O papel de destaque de Constantina em sua dinastia naquele momento seria o motivo pelo qual Magnêncio teria solicitado casar-se com ela durante as negociações de paz de 350. Diante da negativa de Constâncio II, assim que Magnêncio tomou Roma, ele noivou³⁰ com uma parente mais distante, mas ainda conectada à Dinastia, chamada Justina, uma criança na época. Anos mais tarde, ela se tornou a segunda esposa de Valentiniano I, que se divorciou de sua primeira esposa para ficar com ela, e foi mãe de Valentiniano II e de mais outras três filhas (Cooper, 2023, paginação irregular).

²⁹ Esse autor ainda acredita que o casamento entre Galo e Constantina tenha sido uma concessão a Rufino como recompensa pela atuação dele contra os usurpadores (Bleckmann, 1994).

³⁰ Devido à idade da noiva, cerca de 10 anos, conforme o costume romano, é mais certo que tenha ocorrido apenas um noivado e não um casamento (Cooper, 2023, paginação irregular).

Outro obstáculo no caminho de Magnêncio, mas dessa vez, facilmente sanável, foi a usurpação de Nepociano, filho da irmã de Constantino Eutrópia e de Viril Nepociano (Jones, Martindale, Moris, 1971, p. 624). No dia 03 de junho de 350, como reação à usurpação e ao assassinato de Constante, membros da família imperial residentes em Roma iniciaram uma revolta que contava com amplo apoio do Senado e da População visando à proclamação de Nepociano como Imperador. No entanto, os senadores que apoiavam Magnêncio iniciaram uma contra revolta que resultou na derrota de Nepociano e seus apoiadores apenas com vinte e oito dias de governo. Nepociano foi deposto e executado pelas tropas de Magnêncio junto de seus apoiadores, inclusive sua mãe (Icks, 2020).

Embora possa ser entendida como uma rebelião legalista³¹, a usurpação de Nepociano recebeu um tratamento bastante hostil dos autores do período. Aparentemente, Constâncio II optou pela *damnatio memoriae* de seu parente, como pode ser notado ao observar o tratamento do breviarista Aurélio Victor, primeiro autor a mencionar essa revolta, sobre o episódio. O breviarista procura distanciar o usurpador da família imperial acusando-o de ser ilegítimo e afirma que Nepociano, em sua sublevação, teria sido apoiado por gladiadores, teria conseguido o apoio de plebe através de suborno, o que denota corrupção, e teria mandado matar o prefeito de Roma. Uma vez no poder, o usurpador teria agido de forma tirânica, assassinado plebeus e senadores, de forma que os cadáveres tomavam conta das ruas e prédios públicos (Aur. Vic., XLI, 25, XLII,7-8).

Conforme Esteban Moreno Resano destacou, o relato de Aurélio Victor, assim como de outros autores do período ou aqueles posteriores que os utilizaram como fonte, apresenta muitas imprecisões, distorções e até informações falsas, mas que provavelmente nada mais são do que um reflexo da versão da usurpação de Nepociano difundida a partir de fontes oficiais após Constâncio II derrotar Magnêncio (Moreno Resano, 2009, p. 299).

Essa prática não era incomum, de acordo com Bowersock, que apontou que essa falsificação de fatos é recorrente na retórica da historiografia do período antigo, cujos autores recorriam a “falsificações” com diversos intuitos, como tornar uma história mais lúdica ou dramática, por imposição do governante etc. (Bowersock, 1994). Inclusive, Juliano demonstrou seu descontentamento com a popularização de “trabalhos de ficção” em formato de Histórias:

Seria melhor lermos obras de História, aquelas que foram escritas sobre acontecimentos reais, mas devemos rejeitar aquelas que são ficções narradas em

³¹ Em consonância com o que Sólyom escreveu, existem quatro interpretações sobre a usurpação de Nepociano: uma reação cívica, uma revolta senatorial, um levante religioso e uma resposta dinástica. Para mais detalhes, consultar: (Sólyom, 2014). Quando nos referimos à rebelião como “legalista”, estamos relacionando com a reação dinástica.

forma de História pelos antigos, como aquelas com temas eróticos e, numa palavra, todas as suas semelhantes. (Jul. Epist. 89b, 301b)

Amiano Marcelino menciona a usurpação de Nepociano brevemente em seu vigésimo oitavo livro quando relata os julgamentos de magia do governo de Valentiniano em 366, seguindo a perspectiva negativa, ecoando de relatos anteriores:

Embora, como narramos anteriormente, a perfídia do rei tenha causado inquietação inesperada entre os persas, e enquanto novas guerras ressurgissem na região oriental, cerca de dezesseis anos após a morte de Nepotiano, Bellona marcha loucamente pela Cidade Eterna, acendendo faíscas por toda parte que, se tiveram começos insignificantes, acabaram provocando massacres sangrentos. Gostaria que pudéssemos manter isso no esquecimento eterno, para que ninguém jamais tentasse cometer ações semelhantes, pois alguns fatos podem se tornar mais prejudiciais por servirem de exemplo do que pelos crimes que acarretam! (Amm. XXVIII, I, 1.)

A forma breve como Amiano comenta esse episódio pode estar relacionada ao fato de ele já ter detalhado essa usurpação nos livros anteriores que estão perdidos. Não fica muito claro como Filostórgio tratou essa revolta já que as menções a tal evento se encontram nos apêndices da tradução, que, como explicado no primeiro capítulo desta dissertação, tais trechos resultam de fragmentos dispersos em outras obras que utilizaram a obra do autor ariano, além de trechos destacados de obras que Filostórgio utilizou como o apêndice 7 que advém dos fragmentos do autor ariano anônimo (Philost. HE, III, 22a-26a [AP 10]; Ap7, 24f).

Mesmo seu governo tendo sido muito breve, Nepociano, numa tentativa de assegurar seu poder, mandou cunhar uma grande quantidade de moedas propagandísticas. Inclusive, chegou a liberar moedas com sua imagem e de Constâncio II, além de inscrições ligando-o à família de Constantino (Icks, 2020 p.29-31).

Figura 9 - Moeda representado Nepociano ligado à dinastia Constantiniana



Fonte: Warwick University. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/arts/classics/research/coinage/> Acessado em out/2024

Parece muito provável que a escolha de Nepociano em utilizar a simbologia do lábaro cristão tenha sido pelas razões apontadas por Icks: a intenção do usurpador não era fundar uma

“urbs Roma Christiana”, mas ele pretendia traçar uma comparação entre a sua própria usurpação e a conquista de Roma por Constantino (Icks, 2020, p.33).

Nesse sentido, Filostórgio continua seu relato enunciando que, ao saber o que Constantina e Vetrânio tinham feito através de cartas que ela enviou, Constâncio II teria enviado um diadema a Vetrânio para confirmar sua posição. O autor relata:

Então ele [Constâncio II] partiu para o oeste em ordem de batalha contra Magnêncio, pretendendo aliar-se a Vetrânio, mas como este mostrou sinais de rebelião, ele o capturou e despojou-o do manto imperial. O imperador não lhe fez outro mal e até o convidou a partilhar a sua mesa e depois o mandou a Prusa, na Bitínia, ordenando que fosse provido em magnífica abundância e cuidando para que não lhe faltasse nada que pudesse contribuir para o seu bem-estar. (Philost. III, 22.)

Pierre Maraval (2013, p. 91) acredita que Filostórgio exagerou a importância da participação de Constantina nesse evento e Harries (2014) frizou que a atribuição do papel de impulsionadora da usurpação de Vetrânio a Constantina é anacrônica. Tougher (2020) discordou desses autores, pois acredita que o historiador eclesiástico estava bastante interessado em assuntos seculares e não só nos referentes à religião cristã, como comprovado pelas informações que ele traz sobre acontecimentos internos das casas imperiais e exemplificado pela preocupação que Filostórgio demonstra em seus escritos em registrar detalhes da vida de Constantina exclusivos de sua obra. Além do mais, Tougher complementa que “a crise de 350-351 dificilmente foi um momento para negociações como de costume e é certamente possível que Constantina tenha sido empurrada para a ação” (Tougher, 2020, p. 200).

Quando as notícias sobre tudo o que estava acontecendo no Ocidente chegaram a Constâncio II, ele precisou interromper a campanha na Síria contra os Sassânidas para marchar em direção a Magnêncio. O primeiro embate entre as duas forças foi na Batalha de Mursa Maior, vencida por Constâncio II, e Magnêncio precisou recuar para a Gália.

A guerra civil só terminou com a derrota completa deste na Batalha do Monte Seleuco em 353. Sem recursos para investir em uma revanche, Magnêncio optou pelo suicídio, finalizando, assim, esse conflito. Nos meses seguintes, o Imperador vitorioso se dedicou a capturar e executar os apoiadores do usurpador. A suposta brutalidade dessa caçada aos traidores foi usada pelos detratores de Constâncio II como prova de sua crueldade (Amm. 15.5).

3.2. As polêmicas de Constantina e do César Galo na Antioquia

Enquanto Constâncio II se dedicava a combater ao usurpador, o oriente carecia de uma presença imperial. Por essa razão, o imperador nomeou seu primo Galo como César em 351 e o enviou para a Antioquia para defender as fronteiras orientais, junto com Constantina como

sua esposa (Philost. III, 25). A cerimônia do casamento teria ocorrido em Sirmium, o que, segundo Hillner comprova a presença de Constantina na Ilíria durante os eventos de usurpação já relatados (Hillner, 2018). A estadia do casal no Oriente ficou marcada pela suposta tirania e crueldade cometidas contra a elite local. Grande parte da culpa por essa visão deve-se aos relatos dos antioquianos Amiano Marcelino (livro XIV) e Libânio (Or. 1) e às obras de breviaristas que apoiavam Constâncio II como Aurélio Victor (De Caes. 42, 12) e Eutrópio (Ep. X, 7).

A natureza da atuação de Galo na Antioquia ainda provoca debates acalorados entre os historiadores contemporâneos. E. A. Thompson deu o pontapé inicial na tentativa de reabilitar a imagem do César Galo em 1943. Para o autor, Amiano Marcelino não é um narrador confiável para esse fato, já que teria deixado de mencionar as campanhas militares que o César teria tomado frente e os sucessos decorrentes dela, assim como a popularidade de Galo entre as tropas militares (Thompson, 1943). No entanto, historiadores como Gilvan Ventura da Silva continuam dando crédito à suposta veracidade do texto de Amiano (Silva, 2019). Silva critica veementemente o descrédito que Thompson legou ao historiador militar e afirma que ele caiu “numa ilusão teórico-metodológica – a de que os autores antigos, quando se dispõem a criticar ou elogiar este ou aquele governo, tenham sempre por intenção deturpar a “verdade” contida nos fatos”, além de apontar que os argumentos utilizados para tal feito seriam fundamentados apenas em suposições (Silva, 2019, p.22-23).

Galo nasceu entre os anos de 325 e 326, na Etrúria, atual Toscana. Embora fosse neto de Constâncio Cloro, passou a infância afastado da corte imperial, assim como os outros familiares da linhagem de Teodora (BOWERSOCK, 1978, p. 21; CRAWFORD, 2016, p.86). Galo era filho de Júlio Constâncio e sua primeira mulher Gala, que também tiveram um filho mais velho, morto em 337, e uma filha, que foi a primeira esposa de Constâncio II (Lensky, 2006, p.96)³². Ela pertencia a uma família senatorial bastante poderosa do oriente e era irmã de Nerácio Cereal, *praefectus annonae* de Roma em 328 (Cod Theo. XIV.24.1), *Praefectus urbi* de 352-353 e cônsul em 358 (PLRE II, p. 197-199); e do já mencionado, Vulcácio Rufino, cônsul em 347, prefeito do pretório da Ilíria entre 347 e 352, da Itália e África entre 365 e 368 e da Gália de 366 a 368. (PLRE I, p, 782-3)

³² Lensky acredita que o casal possa ter tido uma segunda filha e esta seria Justina, que acabou sendo obrigada a casar com Magnêncio em 351 ou 352 e, mais tarde, casou-se com o Imperador Valentiniano I em 369 (Lensky, 2006, p.96-97). Porém, nenhum outro autor com que tivemos contato corrobora com a ideia.

Nesse sentido, apesar do cargo, o César não tinha muito poder e autonomia para tomar decisões, uma vez que estava sob a supervisão de homens de confiança do Augusto (Amm. XIV). Dessa forma, o Imperador contou com a vigilância do prefeito do pretório do Oriente, Talássio, o quaestor, Mêncio, o *magister equitum* Ursicino e o consularis Syriae, Teófilo (Silva, 2019, p.22). Apesar de Constâncio II recuperar algumas características dos governos tetrárquicos, o cargo de César parece ter se tornado quase que “decorativo”, como relatado por Juliano na *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas* (Jul. ad Ath.). Isso não impediu que Galo tentasse aumentar seu poder, no entanto, suas ações desagradaram a população citadina (Amm. IV).

Além disso, ao casar sua irmã com o primo, Constâncio II parece ter seguido a política de casamentos de seu pai, que consistia em manter as mulheres na família como uma estratégia para evitar que, caso seus maridos fossem de fora, estes tivessem aspirações de tomar o poder. No caso do enlace entre Constantina e Galo, o imperador pode tê-la posicionado ao lado do primo devido à desconfiança que nutria do novo César em relação à possibilidade deste se ressentir pelos assassinatos de sua família em 337.

O plano de que Constantina servisse como conselheira e apaziguadora de Galo parece não ter funcionado como esperado, pelo contrário, as aspirações de poder dela podem ter sido somadas às do César. Pelo menos na perspectiva de Amiano Marcelino, considerando seu relato sobre as ações do casal em Antioquia:

A essa crueldade [de Galo] havia sido adicionado, além disso, um forte incentivo, sua esposa, que era excessivamente orgulhosa de ser irmã do Augusto, e com quem seu pai, Constantino I, havia casado com Hanibaliano, filho de seu irmão. Esta foi uma verdadeira Fúria feita mulher [*Megaera quaedam mortais*], que continuamente inflamou a raiva de seu marido, e que tinha tanta sede de sangue quanto ele. Ambos foram ganhando experiência, ao longo do tempo, na arte de fazer mal e, usando capangas astutos, que espalhavam boatos e acrescentavam falácias ao que se descobria, sempre atentos às notícias falsas de que gostavam, caluniavam inocentes com a desculpa de que desejavam poder ou usavam artes proibidas (Amiano Marcelino, *Res Gestae*, XIV, 1, 2).

O historiador militar afirma que Galo e Constantina governaram de forma cruel, utilizando-se de uma rede de espiões para perseguir e assassinar membros das elites da cidade (Amm. XIV.1.8), utilizando-se de acusações como feitiçaria (Amiano chama de “artes proibidas”) e *maiestas* para incriminar quem eles desejassem (Amm. XIV, 1, 2). Alan J. Ross acredita que tais passagens nas *Res Gestae* tenham sido inspiradas no *Anais* de Tácito, algo bastante recorrente na obra de Amiano, quando Tácito comenta que Nero mandava espiões patrulharem as ruas da cidade em busca de conspirações contra ele (Ross, 2016, p.67). Para mais, a Antioquia enfrentou insurreições populares devido à carestia de grãos nesse ínterim

(Silva, 2019, p.7), algo que deve ter agravado os desafetos da população local contra as autoridades.

Amiano Marcelino narra um suposto caso de ruína de um aristocrata chamado Clemácio, cuja sogra, que estava apaixonada por ele, ficou enfurecida por não ter sido correspondida, denunciou o genro por algum crime não especificado à Constantina que mandou executá-lo. A essa execução, segundo o antioquiano, seguiram-se muitas outras, além de confisco de propriedades e condenações ao exílio (Amm. XIV, 1, 4).

O historiador militar faz alusão a uma conspiração planejada contra Galo que envolvia um emissário e alguns soldados. Tal armação teria sido delatada por uma mulher de origem popular. Ao saber disso, Constantina teria recompensado muito bem a delatora que foi conduzida para casa de uma forma luxuosa e em uma carruagem o que, na visão de Amiano, teria o objetivo de incentivar mais delações (Amm. XIV, 7.4).

Sob a ótica de Amiano, Galo teria alguma culpa na queda do *magister equitum* Ursicinus, oficial sob quem o antioquiano serviu e a quem admirava (Amm. XIV.9). Somado a isso, o César, durante sua estadia em Antioquia, teria cometido atrocidades contra elite curial local, da qual Amiano fazia parte. Porém, como observou Blockley, nas *Res Gestae*, Amiano cita apenas 3 nomes das “vítimas inocentes” de Galo, o que não é suficiente para se caracterizar como um banho de sangue os três anos de governo como descrito pelo antioquiano (Blockley, 1972, p. 436).

Na visão de Filostórgio, o César Galo era um excelente militar, chegando a “causar inveja” em Constâncio II, que teria mandado seus oficiais para impedir que a reputação do César continuasse crescendo. Porém, segundo o historiador eclesiástico, os oficiais “exageraram” em suas funções e foram desrespeitosos com Galo em muitas ocasiões. Quando questionado, Mêncio, um desses oficiais disse: “Você não tem autoridade nem mesmo para nomear um controlador! Como você pode matar um prefeito pretoriano?”. Então, furiosa, Constantina teria ela mesma empurrado Mêncio para os soldados e deu ordens para que eles também capturassem o outro oficial, Domiciano. E aqueles “homens maus”, como disse Filostórgio, teriam sido amarrados, arrastados e enfim, executados (Philost. III, 28).

Essas execuções teriam representado a gota d’água para Constâncio II, que convocou Galo a Milão para dar explicações. Conforme Filostórgio, mesmo temeroso por sua vida, Galo aceitou as ordens do Imperador e se dirigiu para a corte. Constantina, visando apaziguar o irmão e interceder por seu marido, teria tomado a iniciativa de partir antes dele:

Quando Constâncio soube o que havia acontecido com Mêncio e Domeciano, ficou furioso e mandou chamar Galo. Galo percebeu que a convocação não era um bom sinal, mas, temendo que recusá-la significasse guerra, obedeceu à ordem. Constancia

[Constantina] partiu antes dele, pois estava ansiosa para encontrar seu irmão primeiro e interceder com ele por seu marido. Mas quando ela chegou à Bitínia, a morte pôs fim tanto à sua jornada quanto à sua vida (Philost. IV, 1).

Já para Amiano, ela ter-se-ia dirigido à corte a convite de Constâncio II, que teria montado uma armadilha contra Galo convidando o casal amigavelmente para uma visita. Após essa convocação, tudo o que restava era que o César se pusesse em marcha rapidamente. Além disso, para afastar todas as suspeitas, Constâncio tentou, com muitos elogios fingidos, encorajar sua irmã, esposa de Galo, a ir vê-lo, dizendo que sentia falta dela há muito tempo (Amm. XIV, 11. 6).

Contudo, enquanto passava pela Bitínia, Constantina acabou falecendo de algum tipo de febre. Conforme Burros, a data exata da morte de Constantina seria em 18 de fevereiro, coincidindo com a data que, no calendário cristão, marca o dia de sua comemoração (Burros, 2020, p.174). O corpo de Constantina, a mando do irmão imperador, foi transferido para Roma e depositado no mausoléu que ela mesma mandara construir. O corpo dessa mulher imperial repousa até os dias de hoje em um grande sarcófago entalhado de porfírio vermelho. Tal objeto é decorado com temas relacionados a Dionísio, mais especificamente cenas de colheita de uvas. Também apresenta variados animais entalhados como pavões e carneiros e entalhes de rostos, um dos quais se acredita ser o de Constantina.

figura 10 – Sarcófago de Constantina em Porfírio



Fonte: Museu do Vaticano. Disponível em:

<https://www.museivaticani.va/content/museivaticani/it/collezioni/musei/museo-pio-clementino/sala-a-croce-greca/sarcofago-di-costanza.html> Acessado em out/2024

No século XV, em torno dos anos 1467 e 1471, o sarcófago foi transferido para a Piazza S. Marco, mas em 1790 foi transferido para o Vaticano onde se encontra até hoje em seu museu,

na *Sale a Croce Greca*. Nesta sala também pode ser encontrado o sarcófago de porfírio de sua avó Helena que, por sua vez, é decorado por cenas militares de batalhas. Conforme o próprio museu do Vaticano, “O tema militar, pouco adequado para um enterro feminino, sugere que o sarcófago foi originalmente destinado a um membro masculino da família imperial, como Constâncio Cloro ou, mais provavelmente, o próprio Constantino.” (Musei Vaticani).

Com a morte da esposa, Galo percebeu que a sua sobrevivência estava ameaçada, mesmo assim, não havia como evitar o comparecimento na corte. Em consonância ao que diz Filostórgio, a primeira decisão de Constâncio II em relação ao César foi mandar encarregados para despojá-lo da púrpura e bani-lo para uma das ilhas da Dalmácia (Philost. IV, 1 e 1ª). Teófilo, o índio, que estava acompanhando Galo, teria conseguido impedir o banimento por um tempo, mas acabou causando o seu próprio banimento em seguida. Com isso, os inimigos de Galo que estavam na corte teriam articulado para convencer Constâncio II a executar seu primo. A ordem foi dada e os homens responsáveis pela execução foram enviados. Em seguida, arrependido de sua decisão, o imperador teria dado novas ordens para impedir tal castigo, todavia, secretamente, o eunuco Eusébio teria impedido que chegassem até os executores e, assim, Galo foi morto (Philost. IV,1).

Em sua obra, Filostórgio parece fazer de tudo para justificar essa ação de Constâncio II. O autor ariano se encontra em uma posição difícil ao ter que relatar esse acontecimento, na medida em que ele nutre grande admiração pelo César Galo, que seguia o cristianismo ariano e deu suporte para vários seguidores dessa vertente cristã como Teófilo, o índio e Aécio (Philost. III, 27). Todavia, Constâncio II também é um personagem caro para o autor da *História Eclesiástica*, já que também professava o arianismo e atuou a favor dessa crença em várias ocasiões (Philost. III, 2-6; III, 26; IV, 3; IV, 7). Isso não impede, claro, Filostórgio de criticar algumas de suas ações, mas o faz de maneira a abrandar aquelas mais graves (Philost. IV, 1 e 1a).

Somado a tudo isso, Amiano Marcelino afirma que, com a esposa já morta, Galo ter-se-ia declarado inocente e teria colocado a culpa de todos os seus crimes em Constantina. Tal ato teria enfurecido Constâncio II ainda mais e havia lhe fornecido a razão que faltava para mandar executar o César: “Diante disso, Galo, completamente pálido, só pôde dizer que havia ordenado a execução de várias pessoas forçado por sua esposa Constantina (...)” (Amm. XIV, 11.22). Dessa forma,

Ao saber disso, Augusto, já agitado por uma ira e cólera incontroláveis, considerou que, para garantir sua vida, era necessária a morte de Galo. Portanto, (...) condenou Galo à morte que, com as mãos amarradas como se fosse um ladrão comum, a cabeça decepada e a dignidade do rosto tirada, ali permaneceu como um cadáver deformado

embora, pouco antes, tivesse causado medo em cidades e províncias. (Amm. XIV, 11.23)

Enquanto isso, Juliano reconhece a natureza rude de Galo, que se teria tornado áspero e violento devido ao sofrimento pelo qual teria passado com a morte dos familiares, o crescimento em exílio e a falta de educação adequada, todavia afirma que Constâncio II teria executado seu meio-irmão sem dar-lhe a chance de um julgamento justo, pois o imperador estava se baseando apenas em rumores para condená-lo (Jul. Ep. Ad Ath. 271-272a). Porém, é importante considerar que uma *paideia* adequada para Juliano tinha um sentido muito restrito (Carvalho, 2013) e não significa necessariamente que Galo fosse um ignorante completo, tendo sido educado como um príncipe imperial. Ademais, Juliano só menciona Constantina uma vez. Em sua *Carta ao Senado e ao povo de Atenas*, enquanto o autor reclama da injustiça cometida contra seus familiares, somos informados de que Constantina e Galo tiveram uma filha (Jul. Ep. Ad Ath. 272d), no entanto não sabemos qual foi o destino dela após a morte dos pais.

3.3. A imperatriz Eusébia e sua origem

Em algum momento entre 352 e 353, Constâncio II se casou novamente, dessa vez com uma mulher de fora da sua dinastia. A nova imperatriz chamava-se Eusébia, era grega e de uma proeminente família original da cidade de Tessalônica na Macedônia (Jul. Or. III, 106c-104d). Mas o que faria Constâncio II optar por um casamento com uma mulher de fora de sua dinastia? Será que não havia nenhuma prima disponível? Não há uma resposta definida para essas questões, mas podemos especular quais seriam algumas das razões que levaram esse Imperador a se ligar através do matrimônio a uma família senatorial do oriente. Primeiro, precisamos entender a condição da Macedônia nesse recorte Tardo Antigo. Em seguida, é importante conhecer o background de Eusébia, ou seja, falar sobre as conexões familiares dela. Por fim, é necessário relembrar alguns aspectos da posição complicada em que se encontrava Constâncio II em 350.

A cidade de Tessalônica, sede de governo da província da Macedônia, ganhou um destaque maior durante a Tetrarquia, quando, em 293, o César Galério a escolheu para construir sua residência imperial (Snively, 2010, p.550). Após o declínio que a Macedônia havia sofrido com o grande número de ataques de povos bárbaros e terremotos que ocorreram durante o III século, as reformas do período tetrárquico parecem ter beneficiado essa província (Snively, 2010, p.554). A Tessalônica ficava bem localizada no cruzamento da Via Egnatia e da rota norte-sul da Europa Central, com um porto na cabeceira do Golfo Termaico, funcionando como

um grande centro comercial desde antes de se tornar parte de Roma. Sendo assim, uma composta por uma população multicultural (Vanderspoel, 2010).

Mapa 2 – Macedônia na Antiguidade Tardia



Map 9 Macedonia in Late Antiquity

Fonte: ROISMAN, Joseph; WORTHINGTON, Ian. *A Companion to Ancient Macedonia*. Malden/Oxford/Chinchester: Wiley-Blackwell, 2010, p. XXVIII.

Segundo Carolyn Snively, a Macedônia era tão importante que suas cidades receberam visitas de imperadores em várias ocasiões: Constantino, por exemplo, esteve na Tessalônica em 323 e 324, enquanto lutava contra Licínio, tendo executado o inimigo na mesma cidade; Teodósio I tinha fortes conexões com a Macedônia e permaneceu em Tessalônica após tornar-se Augusto e a manteve como base militar de 379 a 381 para lutar contra os Godos e até fortalecer o seu poder; a mesma cidade foi para onde Valentiniano II fugiu em 387, quando a Itália foi invadida por um usurpador. A autora cita outras inúmeras situações de imperadores nessa província (Snively, p.550-551).

Para mais, a Macedônia possuía uma intensa atividade mineradora de metais e era uma importante protutora de armamentos, sendo que uma das primeiras oficinas foi estabelecida em Tessalônica. Além disso, várias de suas cidades eram responsáveis pela cunhagem de moedas, que aconteceu até o VI século (Snively, p.552-558). Em relação ao cristianismo, as evidências arqueológicas sugerem que sua prática não era muito expressiva durante o III século. Apesar

da existência de alguns poucos edifícios cristãos datados do IV século, aparentemente, apenas entre os séculos V e VI, essa religião se tornou hegemônica, quando a maior parte das igrejas foi construída (Feissel, 1983).

De mais a mais, Eusébia era filha de Flávio Eusébio que teria sido *magister equitum et peditum* durante o governo de Constâncio II e foi cônsul em 357 (Martindale e Jones, p. 307-308). De acordo com Juliano, o pai de Eusébia foi o primeiro membro da família a ascender ao consulado (Jul. Or. II, 108c). Ele foi cônsul no ano de 347³³ e morreu em 350, ou seja, antes do casamento de sua filha. Acredita-se que antes de adquirir tal cargo, Eusébio seguiu carreira militar no exército de Constâncio II, tendo sido *magister equitum* (mestre da cavalaria) e *magister peditum* (mestre da infantaria) (PLRE, p. 307-308).

Eusébia tinha dois irmãos, Eusébio e Hipácio. Ambos parecem ter se beneficiado da posição da irmã, como afirmou Juliano (Jul. Or. II, 116a-b), já que ganharam altos cargos durante a vida da irmã e, mesmo após a morte dela, continuaram sendo influentes. Ambos era muito queridos por Amiano Marcelino, que os menciona e elogia em várias ocasiões em suas *Res Gestae*: XVIII, 1,1; Ibid., XXI, 6, 4; Ibid. XXIX, 2, 9.

O irmão Eusébio foi governador da província de Helesponto (hoje parte da Turquia) em 355. Segundo Libânio, Eusébio se destacou como governador pela sua eficiência e zelo (Lib., Letter 113). No ano de 356, foi nomeado governador da Bitínia e do Ponto e em 359 foi nomeado cônsul (PLRE, p.308). Sobre isso, Amiano escreveu:

Foi o que aconteceu em diferentes partes do mundo naquele ano. Mas na Gália, enquanto as circunstâncias haviam melhorado e os irmãos Eusébio e Hipácio obtiveram a dignidade de cônsul, Juliano passou o inverno em Paris, entre grandes reconhecimentos por sua série de sucessos consecutivos (Amm. XVIII, 1, 1).

Em relação ao segundo irmão de Eusébia, Hipácio era o caçula nascido em 340 e morto depois de 383, portanto, quando foi nomeado cônsul em 359, com seu irmão Eusébio, era apenas um adolescente (Chastagnol, 1962, p. 204). Em 371, quando estavam morando na Antioquia, Eusébio e Hipácio foram acusados de traição durante os famosos “julgamentos” de Antioquia a mando do Imperador Valente (Petit, 1994, p.98). Conforme David S. Potter, os irmãos foram apontados porque tinham sido mencionados em uma profecia que previa a substituição de Valente no trono por Notário Teodoro. Eles foram declarados culpados, multados e exilados, porém acabaram inocentados pelo mesmo imperador (Potter, 2014, p.545). Amiano comenta a injustiça do episódio:

Este último, cheio de cruel arrogância, graças às conversas secretas que, como já dissemos, ouvira por acaso e, por sua própria vileza, subornava para cometer qualquer

³³ Foi o antecessor de Vulcácio Rufino.

crime, acusava aquela ilustre dupla de cônsules Eusébio e Hipácio (irmãos e irmãs e parentes do Imperador Constâncio II) de ter procurado uma fortuna melhor e de ter tramado e intrigado o Império (Amm. XXIX, 2, 9).

Após o retorno do exílio, Hipácio voltou para a Antioquia, onde foi notificado de sua nomeação como *praefectus urbi* de Roma pelo Imperador Graciano, ocupando o cargo de 378 a 379 (Chastagnol, 1962, p. 204). Existem notícias de que em 381 ele vivia em Constantinopla quando foi nomeado prefeito do pretório da Ilíria e da Itália para período de 382-383 (Martindale; Jones, p. 449). Assim como seu irmão (Martindale; Jones, p.208), sabe-se que era cristão e que se correspondia com Gregório de Nazianzo (Gr. Naz., Ep. 96). Recebeu honrarias do povo de Creta pela sua atuação como cônsul e prefeito do pretório e foi nomeado Patrício (Martindale; Jones, p. 449).

Quanto à mãe de Eusébia, quase nenhuma informação nos foi legada. Não sabemos o seu nome ou à qual família pertencia. Os únicos dados que temos são que ela era de origem grega e que cuidou dos filhos após a morte do marido. Juliano também elogia a educação que ela teria dado à filha (Jul. Or. II. 110a-d).

Alguns autores, como Aujoulat, acreditam que a imperatriz tivesse bastante familiaridade com a *paideia* grega, o que denotaria que o interesse de Eusébia por Juliano seria o de um colega intelectual (Aujoulat, 1983, p.80). No entanto, Tougher discordou e afirmou que não existem evidências suficientes para afirmar que Eusébia teria recebido educação superior às das mulheres nas mesmas condições sociais dela (Tougher, 2007, p. 29).

De alguma forma, Eusébia foi oferecida em casamento a Constâncio II. Bleckmann especulou que a conexão pode ter sido feita por Vulcácio Rufino, que foi cônsul na mesma época em que o pai de Eusébia (Bleckmann,). Se essa suposição for verídica, a influência de Vulcácio Rufino era bem maior do que se supunha. Juliano comenta sobre o processo de escolha da esposa:

Conhecendo muito bem estas qualidades, nosso prudente imperador, e depois de repetidas deliberações, poderia dizer que escolheu este casamento, depois de ter aprendido pelos seus ouvidos tudo o que deveria saber sobre ela e depois de verificar também as suas boas disposições pelo exemplo da sua mãe. (Jul. Or. II, 110a)

De qualquer forma, parece-nos plausível que o casamento com Eusébia advém dessa tentativa de Constâncio II em fortalecer a sua posição e conexões com a elite/senado do oriente, assim como consolidar a corte ocidental. O imperador viu essa necessidade porque seu contato com a corte sediada em Roma havia sido interrompida com a usurpação de Magnêncio, como Moser nos mostrou (Moser, 2018). Não fosse por isso, não haveria muitos motivos plausíveis para que Constâncio II não se casasse com alguma prima disponível (Justina, por exemplo), costume estabelecido desde Constantino para manter o poder na família.

3.4. A atuação da imperatriz Eusébia em seu curto período político

Conforme Juliano sugere, Eusébia se casou com o Imperador Constâncio II em 353, após a derrota de Magnêncio (Jul. Or. II, 109a), todavia, alguns autores contemporâneos afirmam que pode ter ocorrido antes, entre 352 e 353. No Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia, o autor comenta sobre o percurso da noiva desde a Macedônia até Milão onde a cerimônia do casamento dela com o imperador aconteceria:

O imperador julgou sua filha digna de ser sua esposa e realizou seu casamento de forma brilhante, após seus triunfos, convidando as nações, as cidades e as Musas. E se alguém quiser saber, precisamente, sobre esses acontecimentos, como foi chamada a noiva da Macedônia junto com sua mãe e como era a procissão de carros, cavalos e carros de todos os tipos, trabalhados com a melhor técnica em ouro, prata e oricalco, então o que você está querendo é ouvir histórias completamente infantis. (Julian, Or. III.110D)

Como se notará com os parágrafos seguintes desta dissertação, a maior parte das menções a Eusébia nas documentações textuais tem relação com as suas benfeitorias a Juliano. Como mencionado anteriormente neste capítulo, Galo, meio irmão de Juliano, foi executado. Em seguida, Juliano foi convocado sob suspeitas de ter conspirado com ele e ter deixado o domínio imperial de Macellum sem autorização para se encontrar com Galo para conspirar contra o Imperador. Amiano Marcelino e Juliano culpam o Eunuco Eusébio tanto pela execução do César Galo quanto pelas acusações voltadas a Juliano. (Amm. XIV, 11, 3).

O papel dos eunucos na corte imperial romana foi ganhando destaque desde os governos de Diocleciano e Constantino, embora sua presença nesses ambientes remontasse a épocas muito anteriores (Tougher, 2020,). Os eunucos atuantes na corte eram chamados *cubicularii* e sua principal função era servir os aposentos privados do imperador e da imperatriz “supervisionando as tarefas de manutenção do palácio e zelando pelo silêncio durante as reuniões do *consistorium*” (Silva, 2015, p. 65). Uma das características marcantes do governo de Constâncio II foi a presença expressiva de eunucos em corte e a grande influência desse grupo em questões imperiais. Segundo Tougher, “os eunucos que serviam na corte imperial não apenas realizavam tarefas domésticas, mas também podiam alcançar altos cargos que lhes davam um certo grau de contato e influência com o próprio imperador” (Tougher, 1997, p. 171).

Nesse contexto, Juliano compareceu a Milão, mas não conseguiu acessar a corte por meses, sendo obrigado a se hospedar em uma cidade próxima. Sua espera acabou quando a Imperatriz Eusébia fez seu papel de mediadora entre o jovem e o Imperador, conseguindo uma audiência para Juliano (Amm. XV, 2,7). Esse ato garantiu que Juliano tivesse a oportunidade de se defender das imputações colocadas sobre ele:

Mas desde que a Imperatriz ouviu a primeira palavra, não de qualquer crime, mas de uma vã suspeita, ela lhe pediu que investigasse e, antes disso, que não prestasse atenção ou aceitasse uma mentira e difamação injusta, e ela não cessou de pedir a ele até que ela conseguisse me levar à presença do Imperador e me dar uma chance de falar. (Jul. Or. II, 118 b-c)

Após esse episódio, Juliano foi inocentado e a imperatriz o enviou para estudar em Atenas e o presenteou com livros do interesse dele (Jul. Or. III. 118a-d). Tougher supôs que Eusébia “foi deliberadamente posicionada como a protetora e mediadora de Juliano para aliviar as tensões ocasionadas pelo histórico complicado entre os primos” (Tougher, 2007, p. 18). No entanto, é possível notar, desde o primeiro momento de contato entre os dois, o esforço de Eusébia para agradar a Juliano e, possivelmente, para conquistar um aliado, prática essencial para a sobrevivência em uma corte.

Meses depois, os estudos de Juliano precisaram ser interrompidos, pois ele foi chamado à corte novamente e a posição de César lhe foi oferecida com o apoio da Imperatriz. Conforme Amiano, ela que teria contrariado a corte ao promover a nomeação de Juliano, já que muitos temiam que a situação ocorrida com Galo se repetisse (Amm. XV, 8,3). Para Zósimo, a ideia de tal nomeação teria partido dela unicamente (Zos.3.1.2), o que é pouco provável, já que tanto Amiano quanto Juliano a colocaram especificamente como apoiadora, denotando que a iniciativa não teria sido dela.

Naquele momento, nomear um César era uma necessidade. A Gália, além dos conflitos com os povos bárbaros, apresentava conflitos internos que dificultavam a administração (Amm. XV, 5,2), carecendo de uma representante do poder imperial no local para demonstrar a autoridade do Imperador e controlar tais problemas. Em 355, o general de ascendência franca, Silvano, declarou-se Imperador. Antes disso, ele era *tribunus scholae armaturarum* na Gália e havia desertado das tropas de Magnêncio com alguns outros soldados um pouco antes da Batalha de Mursa para se aliar a Constâncio II. Tal ato lhe rendeu a nomeação de Consul e cargos de comando nas tropas da Gália, atuando no combate aos povos bárbaros. Diante de seus sucessos, seus inimigos armaram para que ele fosse acusado de planejar uma usurpação. Diante da impossibilidade de provar sua inocência e por medo de ser executado, Silvano optou por se autoproclamar imperador em 11 de agosto de 355 na Colônia Cláudia Ara Agripinense (Crawford, 2016, p.79-80, 124-126).

Um destacamento comandado por Ursicino e que incluía Amiano Marcelino foi enviado para se infiltrar entre as tropas de Silvano e incentivar uma rebelião. Em uma manhã, Silvano e seus guardas foram atacados por rebeldes. O usurpador tentou se abrigar em uma igreja, mas foi morto mesmo assim. Seus apoiadores encararam o mesmo destino (Amm. XV, 5-6).

Amiano relata que a situação da Gália se agravou após a derrota de Silvano e os alamanos se aproveitaram da situação instável para atacar aquela região (Amm. XV, 8, 1). As Gálias não eram a única região do Império que necessitava de uma presença imperial para manter a ordem; Constâncio II precisava de um César e Juliano era o único parente disponível para o cargo. É possível que o Imperador não tenha recorrido à nomeação de alguém com quem não tivesse laços de sangue temendo maiores chances de rebelião.

Sobre sua nomeação, Juliano afirma ter hesitado, mas foi convencido por Eusébia a aceitar tal honra:

Quando o Imperador confirmou essa decisão a meu respeito, ela ficou muito contente e manifestou a sua total concordância harmoniosa, incentivando-me para que tivesse coragem e não recusasse, por medo, a grandeza do que me fora oferecido, agindo de uma franqueza rude e demasiado presunçosa, dispensando desajeitadamente o pedido importante daquele que me concedeu tantos bens. Obedeci, suportando algo que não era nada agradável para mim, embora, por outro lado, estivesse perfeitamente ciente de como era difícil desobedecer. Porque quem tem a possibilidade de fazer o que quiser pela força, simplesmente pede algo para obrigar e convencer (Jul. Or. III, 121b-c).

Enfim, Juliano foi enviado para as Gálias, com a irmã do Imperador, Helena, como esposa, e vários livros, presenteados por Eusébia. O casamento com Helena também teria ocorrido por intermédio da Imperatriz (Jul. Or. II 123d-124a). Como ocorreu com Constantina, sua irmã mais nova Helena poderia ter sido imbuída da missão de vigiar e controlar o César. Filostórgio não menciona a participação de Eusébia nem nomeação de Juliano como César e nem sobre sua influência no casamento dele com Helena (Philost. IV, 2). Não temos como saber se foi uma ausência do texto original ou se foi uma omissão de Fócio, o epitomador da obra de Filostórgio.

Como César, Juliano tinha pouca autoridade e poder de decisões e, assim como Galo, ficou sob a vigilância de oficiais leais a Constâncio II (Jul. *ad Ath.* 277 a-d). Anos mais tarde, Marcelo se dirigiu à corte imperial para levar acusações não especificadas contra Juliano. Para se defender, o César escreveu um panegírico a Constâncio II e um panegírico para a Imperatriz e o enviou à corte através de seu eunuco Eutério, que conseguiu chegar antes de Marcelo. No fim, Marcelo foi substituído por Severo, a quem Juliano estimava (Amm. XVI, 11. 1).

No *Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia*, Juliano elogia as virtudes da Imperatriz e afirma que ela influenciava Constâncio II em assuntos imperiais de maneira positiva:

Porque estas passam a ser a dupla persuasão e a dupla forma de amor, das quais Eusébia foi igualmente suprida, fazendo-se participante das decisões do Imperador que, sendo já por natureza doce, bom e benevolente, ela convida, da maneira mais adequada, a seguir o que está em sua natureza e, assim, transformar a justiça em misericórdia. Para que ninguém pudesse dizer que esta Imperatriz foi a causa de alguma pena, justa ou injusta, ou de qualquer infelicidade, pequena ou grande. (Jul. Or. III, 114 c)

Em oposição a isso, Amiano Marcelino, no capítulo em que elenca os defeitos e virtudes de Constâncio II, afirma que o imperador era manipulado por suas mulheres e eunucos: “Ele dependia completamente de suas esposas, ou das palavras sedutoras de seus eunucos e de algumas figuras da corte, que aplaudiam cada uma de suas decisões e esperavam que ele dissesse sim ou não para concordar.” (Amm. XXI,16.16). Em que medida as mulheres imperiais interferiam no governo de Constâncio II é difícil dizer, ainda mais levando em consideração documentações com vieses claros: o panegírico tem função elogiosa e o autor antioquiano se opunha ao imperador. No entanto, não se pode negar que a posição delas lhes garantia algum poder.

Dada a importância das visitas imperiais a Roma, há registro de 2 visitas de Eusébia na capital. Ela parece ter estado em Roma em 354, conforme o panegírico de Juliano informa:

Se alguém suspeitar que o meu silêncio sobre estas outras questões é falso e pretensioso, não suspeitará também que é falso e inventado quando a Imperatriz viajou recentemente para Roma, enquanto o Imperador marchava em campanha através do rio com seus barcos perto da fronteira da Gália. Naturalmente poder-se-ia, como dizem, recordar a felicidade do povo e do Senado no momento em que foi recebida, seguindo de bom grado ao seu encontro e acomodando-a segundo os costumes estabelecidos para uma imperatriz, e enumerando a magnitude das despesas, a sua generosidade e magnificência, o custo dos preparativos e distribuição aos presidentes dos tribunais e aos centuriões do povo. Mas nada tão aparente me pareceu viável, eu não queria minar a riqueza diante da virtude, embora não percebesse que um gasto liberal de riqueza faz parte da virtude. Mas acredito que a equidade, a moderação, prudência e as suas outras qualidades são superiores, das quais apresento muitas outras testemunhas e, sobretudo, a mim mesmo e ao que ela faz a meu favor. Portanto, se outros também tentassem imitar o meu reconhecimento, eu teria numerosos elogios. (Jul. Or III, 129b-d)

De acordo com a descrição de Juliano, a entrada da Imperatriz na cidade foi semelhante a um *adventus* imperial, com as boas-vindas dadas pelo povo e pelo Senado, uma cerimônia luxuosamente organizada e com a distribuição de presentes para o povo. Talvez a razão pela qual a Imperatriz tenha sido enviada só a Roma tivesse relação com uma série de problemas que haviam ocorrido: a execução de membros da dinastia Constantiniana por Magnêncio após a revolta de Nepociano, o que também levou à morte vários membros do Senado; a execução de Galo era recente, assim como a morte de Constantina. Nenhuma documentação específica a participação de Eusébia no enterro de Constantina, mas é muito provável que esse tenha sido um dos motivos para sua visita a Roma. Moser comenta que o enterro de Constantina na cidade “foi uma declaração da importância da cidade como local de sepultamento para mulheres imperiais, o que enfatizou o fato de que Roma foi e permaneceu uma cidade imperial sob a dinastia Constantiniana” (Moser, 2018, p.88). De mais a mais, o *adventus* dela poderia ser para comemorar a derrota de Magnêncio no lugar do Imperador. Nesse sentido, Eusébia teria a função de apaziguar a corte de Roma e demonstrar a presença do poder Imperial na cidade.

Em adição, concordamos com Belinda Washington que acredita que no trecho acima citado, quando Juliano comenta brevemente sobre o patronato de Eusébia em Roma, ele se refere, implicitamente, a benefícios cristãos, considerando a atuação de Helena Augusta e Constantina na cidade (Washington, 2020, p.98-99). A Imperatriz visitou Roma novamente em 357 com Constâncio II, em comemoração a *vicennalia* do Imperador. Tal evento é descrito em detalhes por Amiano Marcelino que não deixa de expor seu criticismo contra o Imperador³⁴. Já no início do relato, o historiador militar ironiza:

Enquanto estes arranjos eram feitos tanto na parte oriental do império como na Gália, conforme a ocasião exigia, Constâncio, como se o templo de Jano já tivesse sido fechado e tivesse subjugado todos os inimigos desde a morte de Magnêncio, desejou ardentemente visitar Roma, para celebrar ali um triunfo com sangue romano e sem qualquer título. (Amm. XVI, 10, 1)

Ele nunca derrotou sozinho nenhum povo que nos confrontasse em uma guerra, nem conheceu nenhum povo derrotado pela bravura de seus generais, nem obteve qualquer território para o império, nem nunca foi visto como o primeiro ou entre os primeiros em circunstâncias extremas. Mas quis apresentar-se com uma comitiva enorme, com insígnias resplandescentes de ouro e um cortejo elegante, diante de um povo que vivia pacificamente e que não esperava nem nunca desejou ver este tipo de coisas ou algo semelhante. (Amm. XVI, 10, 2)

Amiano Marcelino continua a criticar a trajetória militar de Constâncio II, que, segundo ele, teria sido pouco expressiva em oposição à pompa e ao luxo de sua entrada triunfal em Roma:

Assim, depois de gastar uma grande fortuna neste cortejo real e de conceder recompensas a todos pelos seus méritos, na segunda prefeitura de Orfito, Constâncio, depois de atravessar a cidade de Oriculo, rodeado de grandes honras e acompanhado por tropas de aspecto temível, foi conduzido como por um exército preparado para o combate, com os olhos de todos voltados para ele. (Amm. XVI, 10, 4)

O autor continua a descrever os detalhes luxuosos da celebração e comenta sobre a expressão arrogante do imperador ao adentrar a cidade e critica a suposta recusa de Constâncio II em dividir a glória, já que não havia concedido a ninguém a honra de entrar com ele em sua carruagem (Amm. XVI, 10, 5-12). Helena, irmã de Constâncio, também estava presente na ocasião, tendo sido convidada por Eusébia (Amm. XVI, 10, 18).

Isso posto, o casamento entre Constâncio II e Eusébia não gerou descendentes. De acordo com o historiador ariano, movido pelo amor por sua esposa, Constâncio II chama do exílio Teófilo, o índio, para que este, com seu toque curativo, pudesse curar Eusébia que sofria de “histeria”, nas palavras dele. Provavelmente o autor se referia à infertilidade, já que uma das causas apontadas para a morte de Eusébia foi em decorrência de um tratamento para engravidar.

³⁴ Não há evidências de que o historiador militar tenha realmente estado presente nessa celebração. (Baker-Brian, 2022, p.86)

Filostórgio afirma que a imperatriz foi curada (Philost. IV, 7), no entanto não há nenhuma evidência de que ela tenha dado à luz.

Ele diz que a esposa de Constâncio estava sujeita a acessos de histeria e, como ele era tão profundamente devotado a ela, foi forçado a chamar Teófilo do exílio, pois este último tinha a reputação de curar doenças pelo poder divino. Ao chegar, pediu perdão pelos pecados que havia cometido contra ele e suplicou-lhe que curasse sua esposa. Ele também não falhou em seu pedido, assim diz nosso autor. Pois Teófilo impôs suas mãos propiciatórias sobre a mulher e removeu a doença dela. (Philost. IV, 7)

Amiano Marcelino comenta que Eusébia, em razão de sua infertilidade, teria feito Helena, esposa de Juliano, tomar algum tipo de veneno ou poção anticoncepcional, dependendo da tradução, durante a estadia em Roma devido à comemoração de 357 e, previamente, quando Helena conseguiu dar à luz um menino, a imperatriz teria subornado a parteira para que matasse o recém-nascido:

Enquanto isso, Helena, irmã de Constâncio e esposa do César Juliano, foi levada a Roma por um convite aparentemente amigável, de acordo com um plano traçado pela Imperatriz Eusébia, estéril ao longo da vida, que a convenceu a beber um veneno preparado de má-fé para que, então, quando ela engravidasse, perdesse o filho. (Amm. XVI, 10, 18).

Anteriormente, na Gália, depois de levar em seu ventre um filho homem, ela [Helena] também o perdeu por causa de uma intriga, já que a parteira, em troca de uma recompensa, o matou depois que ele nasceu, cortando o cordão umbilical mais do que o conveniente. Eles foram tão longe e tão conscienciosos foram os esforços feitos para que este homem tão valoroso [Juliano] não tivesse descendência. (Amm. XVI, 10,19).

Tal relato pode ser questionado já que nem Juliano, nem Oribásio, seu médico, e nenhum outro autor do período mencionaram que Eusébia tivesse promovido tal ato. Na *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas*, discurso escrito por Juliano para justificar a legitimidade de sua aclamação como Augusto e expor os defeitos de Constâncio II, o autor ainda opta por elogiar a sua benfeitora, que já estava morta na data da escrita:

Ele me libertou com alto custo, depois de me arrastar para lá e para cá por sete meses inteiros e me manter sob vigilância, de modo que, se não fosse por algum dos deuses, querendo me salvar, oferecendo-me, naquele momento, a benevolência da bela e boa Eusébia, sua esposa [de Constâncio II], então, eu não teria escapado de suas mãos (Jul. Ep. ad. Ath. 272 d)

Tougher destacou que Amiano Marcelino apresenta uma imagem contraditória da Imperatriz Eusébia. Em algumas passagens de seu texto, o antioquiano parece concordar com a visão que Juliano apresentou dela como sua salvadora. Todavia, em outras partes, como no trecho que destacamos na página anterior, ele a retrata como uma pessoa ruim. Para Tougher, Amiano usou Eusébia como um recurso narrativo para explicar a ausência de filhos de Juliano e, ao mesmo tempo, ela precisava combinar perfeitamente com o caráter tirânico que o antioquiano atribuiu ao Imperador Constâncio. Simultaneamente, Amiano estimava os irmãos da Imperatriz, Eusébio e Hipácio, por sua amizade e pelo patrocínio que o segundo forneceu ao

historiador militar (Amm. XVIII, 1,1; XXI, 6, 4; XXIX, 2, 16), caracterizando assim, na visão de Tougher, uma “imagem ambigualmente positiva” da Imperatriz (Tougher, 2000).

Eusébia parece ter estado no centro de uma querela envolvendo Leôncio, o Bispo de Trípoli, relatado por Filostórgio. Segundo Tougher, o desentendimento teria ocorrido possivelmente no Concílio de Sírmio de 358 (Tougher, 2020, p.193). O bispo teria desprezado o protocolo imperial ao não prestar homenagem à imperatriz e ter-se-ia recusado a se desculpar pelo ocorrido. A imperatriz teria ficado furiosa, mas, segundo o historiador ariano, teria tentado comprar o apoio do Bispo com a promessa de lhe construir uma igreja suntuosa. Com desdém, Leôncio respondeu supostamente:

Se você decidir fazer algo assim, sua majestade, então perceba que você estaria beneficiando sua própria alma, não a mim. Mas se você desejasse receber uma visita de uma maneira que mantivesse o respeito devido aos bispos, então, quando eu entrasse, você desceria imediatamente de seu alto trono, andaria ao meu encontro respeitosamente, inclinaria sua cabeça para minhas mãos e peça minhas bênçãos. Então eu mesmo estaria novamente sentado enquanto você permanecia em pé por respeito; você se sentaria quando eu pedisse, dando o sinal. Se você concordasse com isso, eu lhe faria uma visita. Caso contrário, você não poderia dar tantos ou tão grandes dons que transgrediríamos a sagrada lei do sacerdócio, renunciando à honra devida aos bispos. (Philost. VII. 6a)

Ao receber essa resposta, Eusébia ficou furiosa pelo tratamento ultrajante que recebera do Bispo. Conforme Filostórgio:

Totalmente sob o domínio da raiva, seu temperamento feminino e espírito impulsivo deram vazão a um fluxo contínuo de ameaças e, relatando ao marido o que havia acontecido, ela o instou a exigir punição por isso. Mas ele, por sua vez, elogiou a liberdade de atitude que Leôncio havia demonstrado, acalmou a raiva de sua esposa e a mandou de volta para os aposentos das mulheres. (Philost. VII. 6a)

Parece que a disputa de influência entre os bispos e as mulheres imperiais começou a se formar sob o governo de Constâncio II. Durante a vida de Eusébia, os papéis das imperatrizes e dos bispos estavam ainda menos definidos do que na época de Eudoxia e Puquéria. A querela entre Eusébia e Leôncio, portanto, seria um adiantamento dos conflitos que se viriam estabelecer nos governos seguintes. Igualmente, podemos notar, pelo relato de Filostórgio, que houve uma tentativa da Imperatriz em trazer o Bispo para sua rede de contatos.

Ademais, sabemos pelas *Res Gestae* que Constâncio II homenageou Eusébia com a renomeação da Diocese do Ponto³⁵ como *Pietas*, o equivalente ao significado do nome dela, piedade, em latim: Entres estes, podemos citar a Aristeneto que, como ajudante, ocupava-se da diocese recentemente criada, uma diocese que Constâncio II, em homenagem a sua esposa Eusébia, havia denominado *Pietas* (Amm. XVII, 7, 6). Lukasz Smorczewski data a homenagem

³⁵ Essa diocese foi criada pelas reformas de Diocleciano e abarcava as províncias: Aménia Prima, Aménia secunda, Bitínia, Capadócia Prima, Capadócia secunda, Galatia, Galatia Salutaris, Helenoponto, Honoria, Paflagonia e Pontus Polemoniacus e, possivelmente, Arménia Maior e Arzazena (Smorczewski, 2019).

entre dezembro de 356 e agosto de 358, devido ao relato do historiador militar que informou que Constâncio II estava em campanha militar até o inverno de 356 (Smorzewski, 2019, p. 128).

O vicário Aristeneto, mencionado por Amiano, havia morrido em decorrência do terremoto citado por Amiano, porém, Holm apresentou uma teoria interessante de sua nomeação. Apesar de ele ter sido apontado pelo Imperador, Eusébia pode ter participado dessa escolha já que a diocese foi criada em sua honra. Para a autora, o fato de Aristeneto ter recusado cargos semelhantes anteriormente indica que alguém teve um papel em seu convencimento. O recém vicário tinha uma ligação estreita com o retor Libânio, que era amigo de Juliano. Holm acredita que o retor pode ter feito uma ponte entre Aristeneto e Juliano, que teria convencido o primeiro a aceitar o cargo. Ou, mesmo, teria sido Libânio, através de Juliano, quem o indicara para tal posição (Holm, 2024, p.61-62). Outro fato interessante é que o irmão da Imperatriz, Eusébio, que havia levado cartas de Libânio de Antioquia a Nicomédia, portava uma carta a Aristeneto no mesmo pacote (Lib. Ep. 459).

Eusébia morreu em 360, supostamente em detrimento de um procedimento de fertilidade. Contudo, David Woods investigou a possibilidade de que Eusébia tenha sido assassinada a pedido da esposa de um dos generais de Constâncio II que tinha inveja dela. (Woods, 2018). Amiano Marcelino descreveu um episódio curioso que levou à execução do *magister peditum* Barbácio e sua esposa Assíria, que aconteceu em proximidade com a data da morte de Eusébia. Assíria teria enviado uma carta ao marido, o qual estava em campanha, relatando ter sonhado que o Imperador Constâncio morreria e seu marido tornar-se-ia imperador e casar-se-ia com a bela imperatriz Eusébia. Na carta, a mulher suplicava que o marido não a abandonasse pela imperatriz (Amm. XVIII, 3, 2). Porém, a escrava a quem Assíria confiou a entrega da carta a traiu e entregou uma cópia para o *magister equitum* Arbício, que a encaminhou a Constâncio II. Como resultado, o casal foi executado através da decapitação (Amm. XVIII, 3, 4).

Para Woods, a pressão para que Eusébia engravidasse pode tê-la levado a procurar apoio de algumas mulheres no seu entorno. Assíria poderia ser uma delas e aproveitou da ocasião para matar a Imperatriz, visando manter seu casamento. O autor explica que as ações de Assíria e a falta de medo de prejudicar a si e ao seu marido podem estar relacionadas a um presságio que teria presenciado (Woods, 2018, p. 188). Amiano Marcelino relata esse presságio:

Enquanto na Gália a proteção dos deuses resolvia esses problemas, na corte de Augusto houve um turbilhão de revoltas, que começou pequena e veio a produzir dor e lamentação. Na casa de Barbácio, que então comandava as tropas de infantaria, as abelhas formaram um enxame conspícuo. E, quando consultou os milagres angustiados sobre este fato, foi-lhe respondido que indicava grande perigo,

simplesmente pela crença de que esses animais, depois de terem construído suas casas e acumulado suas riquezas, são expulsos com fumaça ou com o som estrondoso de címbalos. (Amm. Marc, XVIII, 3, 4).

Desse modo, Woods supôs que a morte da Imperatriz deu o impulso necessário para que a escrava entregasse a carta incriminadora, já que ela não o fez imediatamente, vendo como uma oportunidade de se livrar de seus senhores que, possivelmente, não a tratavam bem. (Woods, 2018, pp.188-189). O próprio autor antioquiano comenta que o casal não era bem-quisto na corte:

O referido Barbácio era um tanto rude, de intenções arrogantes e odiado por muitos, porque, mesmo enquanto comandava a escolta pessoal na época do César Galo, fora um traidor e desleal. E, após a morte de Galo, inchado pela nobreza de sua posição militar, ele também traçou intrigas semelhantes contra o César Juliano. Além disso, em face do contínuo desprezo do ilustre povo, ele sussurrou aos ouvidos do Augusto, sempre atento a ele, inúmeras acusações cruéis. (Amm. XVIII. 3.6)

O antioquiano escreveu um curto obituário dedicado a Eusébia após mencionar o terceiro casamento de Constâncio II. No obituário, Amiano a elogia por sua beleza, educação e caráter, contradizendo a imagem que ele havia transmitido anteriormente de uma pessoa capaz de cometer atrocidades contra uma mulher grávida e um recém-nascido:

Ao mesmo tempo, elegeu como esposa Faustina, pois fazia tempo que tinha perdido Eusébia, irmã dos cônsules Eusébio e Hipácio, uma mulher que se sobressaía por sua beleza e sua educação, muito humana apesar de sua posição elevada e, graças aos seus favores, como já mencionamos, Juliano foi livrado de uma situação perigosa e declarado César (Amm. Marc, XXI, 6, 4).

Esse trecho exemplifica perfeitamente o que levou Tougher a notar a imagem contraditória que o autor antioquiano nos trouxe sobre Eusébia, e, como já foi discutido, Amiano acabou sendo levado por conflitos de interesse em alguns momentos. Na perspectiva de Liz James, “mulheres podem ser usadas como marionetes tanto no contexto de suas próprias histórias quanto como um meio muito fácil de elogiar ou castigar um imperador.” (James, 2016, p.106-107). No caso do texto do historiador militar, podemos notar o uso desse recurso tão comum em textos da Antiguidade. Porém, para a autora, o panegírico que Juliano escreveu para Eusébia pode ser interpretado como uma forma velada de criticar o imperador Constâncio II. Para James, quando Juliano elogia os efeitos positivos que a Imperatriz tem sobre o marido e sobre como ela influenciava nas decisões imperiais, ele estaria apontando discretamente os defeitos de caráter do imperador e colocando-o como um homem fraco (James, 2012). No entanto, essa afirmação parece subestimar a inteligência da corte imperial e do próprio Constâncio II, que certamente notariam uma crítica tão óbvia. Além disso, seria desconsiderar o contexto da escrita do panegírico, quando Juliano precisava provar sua inocência, então ele não usaria esta ocasião para alfinetar o imperador.

Logo após a morte de Eusébia, Helena também faleceu de causas desconhecidas. Parece ter circulado um boato de que Juliano a teria envenenado já que Libânio se esforça para desmenti-lo em seu texto a Polícrates (Lib. Or. 37). Os autores de tais boatos eram dois homens chamados Helpidio e Policles. Eles diziam que Juliano havia subornado um médico dando-lhe uma joia que teria pertencido à sua mãe para que este envenenasse Helena. Dessa forma, Libânio compôs essa oração em defesa de Juliano e em repúdio a Helpidio e Policles (Cribiore, 2015, p. 42; Woods, 2019).

A situação imperial desandou quando, em 360, Juliano teria sido aclamado *Augusto* em Paris por suas tropas gálicas após Constâncio II ter ordenado que parte das tropas fossem deslocadas para se juntar ao seu exército que estava em combate contra os persas. As conquistas militares de Juliano haviam inspirado a admiração de suas tropas, como a retomada da cidade de Colônia e a Batalha de Estrasburgo em 357, tendo feito com que se recusassem a obedecer a Constâncio II.

Em sua *Carta ao senado e ao Povo de Atenas*, e provavelmente, nos discursos às cidades que ele tinha escrito, Juliano enfatiza sua surpresa com a aclamação do exército e sua recusa inicial a reclamar o tal título (Jul. ad Ath.). É evidente que Juliano faz o possível para afastar de si o rótulo de usurpador. Amiano Marcelino ecoa essa intenção de Juliano em livro XX (Amm. XX, 4, 1-22). Assim como as obras de Juliano relatam, a numismática demonstra a tentativa do usurpador em propor um acordo a Constâncio II de dividir o trono imperial como co-augustos, assim como fizeram os usurpadores que citamos nesse trabalho. E, conforme ocorreu com as propostas de divisão do governo imperial anteriores, o acordo de Juliano foi veementemente recusado pelo filho de Constantino (Jul. ad Ath., 285d-286d).

Os dois Augustos se colocaram em marcha para o embate, que só foi impedido pela morte repentina de Constâncio II, que teria contraído alguma febre não especificada. Antes de morrer, Constâncio II, ainda sem descendência³⁶, proclamou Juliano como Imperador (Amm. XXI, 15, 5). O Governo de Juliano foi curto já que ele morreu em 363 após várias decisões estratégicas equivocadas lutando contra os persas (Carvalho, 2020).

Corroboramos a especulação de Holm de que, caso tivesse sobrevivido à morte do marido, Eusébia teria sido protegida por Juliano graças às benesses que havia concedido a ele (Holm, 2024). Retomamos que, mesmo após a morte dela, Juliano não a criticou ou a culpou por nenhum mal em seus escritos dessa época.

³⁶ Quando Constâncio II morreu, sua terceira esposa, Faustina, estava grávida e, após a morte do marido, deu à luz uma menina, Constância, que se tornaria a primeira esposa do imperador Graciano. (Amm. XXI, 15, 6)

Do ponto de vista material, não sobreviveram representações de Eusébia como imperatriz, nem na forma de estátuas ou pinturas e muito menos numismática. Em consonância com Chen, “a inclusão das imperatrizes nas mídias patrocinadas pelo governo se tornou quase que um lugar comum para governantes romanos que almejassem estabelecer ou manter uma dinastia” (Chen, 2018, p. 58). É de se presumir que a falta de moedas de Eusébia ou das mulheres constantinianas seja explicada pela falta de necessidade. As moedas com Helena e Fausta tinham a função de propaganda de uma dinastia insipiente. Com a dinastia já bem estabelecida, não era mais necessário esse aparato propagandístico. O imperador não tinha um apelo tão grande para confirmar sua legitimidade.

Figura 11 – Gravura de Eusébia publicada em 1553



Fonte: STRADA, Jacopo. *Epitome Thesauri Atiquitatum*, 1553, p.189

Como exposto, a infertilidade de Eusébia não a impediu de atuar na esfera pública como comprovado por suas interferências em assuntos relacionados ao governo. Tal agência foi fortalecida pela teia de relações que ela foi construindo ao longo de sua trajetória como Imperatriz, além, é claro, das possibilidades herdadas de suas relações familiares. Esse assunto das redes de sociabilidade de Eusébia, assim como de outras mulheres imperiais da Dinastia Constantiniana serão discutidas durante a nossa pesquisa de Doutorado.

Como demonstramos nesse capítulo, Constantina e Eusébia jamais se limitaram a representar um modelo de mulher imperial alheia às questões de governo. Ambas buscaram agir conforme seus interesses e em prol da manutenção da Ordem Imperial, mesmo que, em muitas situações, suas ações contrariassem o que a sociedade do período entendia como apropriado para uma mulher. Em consequência disso, muitas vozes contrárias foram levantadas contra eles entre historiadores e escritores antigos. E isso fica evidente, embora a informação não seja muito extensa, nas críticas e nos elogios emitidos por aqueles, a cujos olhos não

passaram despercebidos. Por fim, seguiremos para as considerações finais deste trabalho, nas quais sintetizaremos os resultados da pesquisa realizada durante o Mestrado.

Considerações Finais

Nesta pesquisa, propusemo-nos a estudar as ações político-culturais de duas mulheres imperiais, a Imperatriz Eusébia, segunda esposa de Constâncio II, e Constantina, irmã desse imperador. Nesse sentido, situamos nosso recorte temporal no IV século d.C., pertencente à Antiguidade Tardia, período dos governos de Juliano César e do Imperador Constâncio II. Para realizar tal empreendimento, selecionamos as documentações textuais: o *Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia* e *Carta ao Senado e ao povo de Atenas*, de Juliano (331-363d.C.), *Res Gestae* (Livros XIV-XXI), de Amiano Marcelino (325-391 d.C.) e *História Eclesiástica*, de Filostórgio (368-439 d.C.).

Refletimos que, embora o nosso acesso ao conhecimento profundo sobre as vidas das mulheres imperiais seja, na maior parte das vezes, escasso, os fragmentos sobre elas que encontramos nas documentações possibilita ter um vislumbre do poder que elas exerceram além da esfera privada. Elas tinham atuação pública importante, e, mesmo que não oficialmente, eram necessárias na manutenção do poder do imperador e na ordem imperial. Elas tinham parte no exercício da autoridade imperial, como Constantina o fez na nomeação de Vetrânio, ou Eusébia na de Juliano, por exemplo.

Notamos, ao longo de nossa investigação, uma proliferação de estudos sobre as mulheres na Antiguidade Tardia observada nos últimos 10 anos, e, nos últimos 5 anos, parece que tais estudos têm crescido ainda mais. Enfatizamos essa importância em razão das novas informações e interpretações que enriquecem o mundo acadêmico. Devemos muito a autores como Shaun Tougher, Julia Hillner, Keneth Holum, Elizabeth James, Jill Harries, entre outros que citamos nesta dissertação, que deram força a esse movimento de pesquisas. Porém algumas de suas interpretações sobre as mulheres antigas precisam ser atualizadas, e esse fenômeno vem ocorrendo. Estudos recentes, como muitos que utilizamos nesta dissertação e tantos outros que não nos eram relevantes no momento, perceberam que a agência feminina em vários âmbitos das sociedades antigas é muito maior do que se pensava anteriormente. Além do papel de mães, esposas, filhas e irmãs, as mulheres imperiais interferiram ativamente em questões do governo imperial: geravam herdeiros, apontavam sucessores, mas também faziam alianças que as beneficiassem e aos seus, governaram até como regentes. Essas mulheres, em muitos casos, souberam aproveitar as vantagens que a proximidade ao poder e às riquezas lhes proporcionava.

A participação de Eusébia nas *Res Gestae* de Amiano Marcelino e nas obras de outros autores se refere ao episódio em que ela convenceu o imperador a permitir que Juliano se defendesse das acusações de conspirar contra o poder imperial com seu meio-irmão Galo, sendo uma mediadora entre as partes, além de, posteriormente, em oposição à corte, ter apoiado a indicação de Juliano como César para resolver a questão das fronteiras da região da Gália. Ela também aparece em Amiano Marcelino como a culpada pela falta de descendência do Imperador Juliano ao ter mandado matar o filho recém-nascido dele e ter impedido gestações futuras ao administrar poções contra sua esposa Helena. Todavia, se Juliano se pronunciou sobre o assunto, esses escritos não chegaram aos nossos dias.

Tanto no panegírico quanto nas *Res Gestae*, podemos observar a influência da Imperatriz sobre as decisões imperiais, assim como seu incentivo à clemência do imperador e o benefício que ela concedia àqueles que eram próximos a ela, como seus irmãos Eusébio e Hipácio. Juliano nos apresenta Eusébia como o ideal de uma imperatriz. Em seu panegírico, ele elogia “sua prudência e justiça, ou sua doçura e moderação, ou seu amor ao marido, ou sua liberalidade, ou sua maneira de honrar seus íntimos e parentes.” (Jul. Or. III, 106a-b). Assim como demonstra sua gratidão por tê-lo ajudado várias vezes, como já citamos. Inclusive, ele parece ter mantido sua estima a ela ao escrever a *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas*, mesmo que o discurso tenha sido produzido com o objetivo de difamar Constâncio II.

Já na *História Eclesiástica* de Filostórgio, além de aparecer como a esposa de Constâncio II e a benfeitora de Juliano, a Imperatriz aparece como uma das partes envolvidas em uma querela com um bispo. Filostórgio também contou que, afetada pela sua infertilidade, ela convenceu o marido a chamar do exílio o bispo ariano Teófilo, com o intuito deste tratá-la com o seu toque curativo.

Por sua vez, Constantina foi casada em primeiras núpcias com seu primo Hanibaliano, assassinado junto com outros parentes, provavelmente, por seu irmão Constâncio II em 337. A então viúva passou a viver na cidade de Roma, dando continuidade ao trabalho de sua avó como patronesse cristã. A partir de 350, Constantina atuou como uma agente diplomática de Constâncio II durante as usurpações que ocorreram naquele ano. Em 352, ela se casou com Galo, recém apontado como César de Constâncio II. Logo depois, foram enviados à Antioquia a mando desse imperador. Nos relatos de Amiano Marcelino, um antioquiano, Constantina aparece como a instigadora das crueldades de Galo contra as elites dessa cidade, além de outras más ações do César. Para Filostórgio, ela é bem menos terrível em comparação com Amiano. Além disso, o historiador eclesiástico a mostra como uma mulher proativa ao defender seu segundo marido daqueles que queriam sua queda.

Independentemente das visões negativas ou positivas sobre essas mulheres, é notável que os feitos delas repercutiram a ponto de serem registrados nos textos de autores que dificilmente dedicam espaço para falar sobre mulheres. Constantina e Eusébia chamaram atenção significativa no contexto em que viveram, o que demonstra as possibilidades de atuação política e cultural das mulheres imperiais da Dinastia Constantiniana. Por mais que autores que mencionam as mulheres imperiais tenham seus vieses e motivações para tal, muitas vezes deturpando os fatos sobre elas, o estudo das mulheres imperiais não deve ser negligenciado. As mulheres imperiais da corte de Constâncio II e de Juliano César não foram meras figuras decorativas. Elas exerciam de fato o poder e a influência que a posição privilegiada lhes proporcionava. Isso demonstra que o papel feminino na política romana era complexo e significativo no século IV. Elas eram mais do que consortes, eram conselheiras do imperador e influenciadoras. As mulheres imperiais utilizavam suas conexões para moldar alianças que fossem benéficas para si e para a casa imperial e influenciar decisões do imperador. Assim, as mulheres imperiais poderiam desempenhar o papel de mantenedoras da ordem imperial, mesmo que não ocupassem cargos político-administrativos definidos. Com isso, elas poderiam intervir tanto nos

assuntos externos do império Romano, como no tocante aos seus assuntos internos: problemas relacionados às fronteiras, usurpações e temas político-religiosos.

REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação textual

AMMIANUS MARCELLINUS. **History**. Tradução de John C. Rolfe. London: Harvard University Press, v.1, 1935. (Loeb Classical Library, 300).

AMMIANUS MARCELLINUS. **History**. Translated by John C. Rolfe. London: Harvard University Press, v. 2, 1940. (Loeb Classical Library, 315).

AMIANO MARCELINO. **Historias**. Traducción y notas de Carmen Castillo García, Concepción Alonso del Real Montes e Álvaro Sánchez-Ostiz Gutiérrez. Barcelona: Editorial Gredos, 2010. (Biblioteca Clásica Gredos, 385).

JULIAN. **Letters**. Epigrams. Against the Galilaeans. Fragments. With an English translation by W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1923. (Loeb Classical Library, 157).

JULIAN. **Orations I – V**. With an English translation by W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1913a. (Loeb Classical Library, 13).

JULIAN. **Orations VI – VIII**. Letters to Themistius, To the Senate and People of Athens, To a Priest. The Caesars. Misopogon. With an English translation by W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1913b. (Loeb Classical Library, 29).

JULIANO. **Discursos I – V**. Introducción, traducción y notas por José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1979. (Biblioteca Clásica Gredos, 17).

JULIANO. **Discursos VI – XII**. Introducción, traducción y notas por José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1982. (Biblioteca Clásica Gredos, 45). 22

JULIEN. **Oeuvres Complètes**: discours de Julien César (I – V). 3 ed. Texte établi et traduit par Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, t. 1, p. 1, 2003a.

JULIEN. **Oeuvres Complètes**: discours de Julien Empereur (VI – IX). A Thémistius – Contre Héracléios le Cynique. Sur la Mère des Dieux. Contre les cyniques ignorants. 2 ed. Texte établi et traduit par Gabriel Rochefort. Paris: Les Belles Lettres, t. 2, p. 1, 2003b.

JULIEN. **Oeuvres Complètes**: discours de Julien Empereur (X – XII). Les Césars. Sur Hélios-Roi, Le Misopogon. 2 ed. Texte établi et traduit par Christian Lacombrade. Paris: Les Belles Lettres, t. 2, p. 2, 2003c.

JULIEN. **Oeuvres Complètes**: lettres et fragments. 5 ed. Texte établi et traduit par Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, t. 1, p. 2, 2004.

PHILOSTORGE. **Histoire Ecclésiastique**. Traduction de Édouard des Places; Introduction, révision de la traduction, notes et index de Bruno Bleckmann, Doris Meyer et Jean-Marc Prieur. Les Éditions du Cerf, 2013.

PHILOSTORGIUS. **Church History**. Translated with an Introduction and notes by Philip R. Amidon, S. J. Leiden; Boston: Brill, 2007. IX. II.

Obras de referência

JONES, Arnold Hugh Martin; MARTINDALE, John Robert; MORRIS, John (orgs.). *The prosopography of the Later Roman Empire*. London: Cambridge University Press, v. 1, 1971.

Obras gerais

ALBRECHT, Michael von. **Historia de la Literatura Romana**. Barcelona: Herder, v. 2, 1994.

AMERISE, Marilena. Filostorgio e la morte di Costantino il Grande Author(s). **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**. 2006, vol. 55, n. 4, p. 328-343. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4436824>. Acesso em: 05 mai 2023.

AMIDON, Philip R. Introduction. In: **PHILOSTORGIUS. Church History**. Translated with an Introduction and notes by Philip R. Amidon, S. J. Leiden; Boston: Brill, 2007, p. xiii-xxv.

ANTIQUERA, Moisés. A abdicação de Vetranião (350 d.C.) e os resquícios do modelo Tetrárquico. **História (São Paulo)** v.37, 2018.

Antti Arjava, *Women and Law in Late Antiquity* (Oxford: Clarendon Press, 1996)

ATHANASSIADI, Polymnia. **Julian: An intellectual Biography**. London; New York: Routledge, 1992.

AUJOULAT, N. **Eusébie, Hélène et Julien II: le témoignage des Historiens**. Byzantion, Lovaina, v. 53, n. 2, p. 421–452, 1983b.

AUJOULAT, Noël. **Eusébie, Hélène et Julien I: le témoignage de Julien**. Byzantion, Lovaina, v. 53, n. 1, p. 78–103, 1983a.

BAKER-BRIAN, Nicholas. **The Reign of Constantius II**. London: Routledge, 2022

BAKER-BRIAN, Nicholas; TOUGHER, Shaun. (eds.). **Emperor and Author: The Writings of Julian the Apostate**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARNES, Timothy D. **Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1998.

BARNES, Timothy D. **Athanasius and Constantius**. Theology and politics in the Constantinian Empire. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1993.

BARRY, J. **Bishops in flight: exile and displacement in late antiquity**. Oakland University Of California Press, 2019.

BIDEZ, Joseph. (1930). **La vie de l'Empereur Julien**. 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2012.

BIDEZ, Joseph; HESELER, P. "Fragments Nouveaux de Philostorge sur la Vie De Constantin." **Byzantion** 10, no. 2 (1935): 403–42.

Bleckmann, Bruno, 'Constantina, Vetrano, and Gallus Caesar', *Chiron*, 24 (1994), 29–68

BLECKMANN, Bruno. From Caesar to Augustus: Julian against Constantius. In.: REBENICH, Stefan; WIEMER, Hans-Ulrich. **A Companion to Julian the Apostate**. Brill, 2020

BOWERSOCK, G. B. **Fiction as History**. Nero to Julian. Berkeley and Los Angeles, 1993, esp. pp. 1-27.

BOWERSOCK, Glen Warren. **Julian the Apostate**. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 1978.

BOWMAN, Alan K. Diocletian and the first tetrarchy, a.d. 284–305. In.: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil. *The Cambridge Ancient History, Volume XII, The Crisis of Empire, a.d. 193–337*. Cambridge University Press, UK, 2005, p.67-89.

BRADBURY, Scott. **Selected Letters of Libanius**: From the Age of Constantius and Julian. Liverpool: Liverpool University Press, 2004.

BRAUND, Susanna Morton. Praise and Protreptic in Early Imperial Panegyric: Cicero, Seneca, Pliny. In: WHITBY, Mary (ed.). **The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity**. Leiden; Boston: Brill, 1998, p. 53-76.

Britannica, T. Editors of Encyclopaedia. "Magnentius." *Encyclopedia Britannica*, March 25, 2024. <https://www.britannica.com/biography/Magnentius>.

BROWN, P. **The world of late Antiquity**: from Marcus Aurelius to Muhammad. Londres: Thames and Hudson, 1971.

BROWN, Peter. **Power and Persuasion in Late Antiquity: Towards a Christian Empire**. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.

BROWN, Peter. **Through the eye of a needle**: wealth, the fall of Rome, and the making of Christianity in the West, 350-550 AD. Princeton: University Press, 2012.

BRUBAKER, L.; TOBLER, H. **The Gender of Money**: Byzantine Empresses on Coins (324–802). *Gender and History* 12,2000, p. 572–94.

BRUBAKER, Leslie. Memories of Helena: Patterns in imperial female matron age in the fourth and fifth centuries. In: JAMES, Liz (ed.). **Women, Men and Eunuchs: Gender in Byzantium**. London; New York, 1997, p. 52-84.

BURGESS, R. W. THE SUMMER OF BLOOD: The 'Great Massacre' of 337 and the Promotion of the Sons of Constantine." **Dumbarton Oaks Papers**, vol. 62, 2008, pp. 5–51.

BURGESS, Richard W. **The Passio S. Artemij, Philostorgius, And The Dates Of The Invention And Translations Of The Relics Of Sts Andrew And Luke**. *Analecta Bollandiana*, 121, 2003, p. 5-36.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURRUS, Virginia. An Unstable Heroine: The Life and Lives of Constantina. In: TEMMERMAN, Koen de; VAN PELT, Julie; STAAT, Klazina. **Constructing Saints in**

Greek and Latin Hagiography. Heroes and Heroines in Late Antique and Medieval Narrative. Turnhout: Brepols, 2023. 157-172

BURRUS, Virginia. Remembering Constantina at the Tomb of Agnes and Beyond. In: KIM, Young Richard; MCLAUGHLIN, A. E. T. **Leadership and Community in Late Antiquity** Essays in Honour of Raymond Van Dam. Brepols, 2020.

BUSCH, Anja. Praise and Polemics. Theodosian Empresses and their Contemporaries. In.: Nachleben / Markus Vinzent (aut.), Mattia Cosimo Chiriatti (aut.), Damaskinos Olkinuora (aut.). Papers presented at the Eighteenth International Conference on Patristic Studies held in Oxford 2019: Volume 27: From the Fifth Century Onwards (Latin Writers); **Female Power and its Propaganda.** Theologizing Performance in the Byzantine Tradition. 2021, p. 197-214.

CAMERON, Averil. The “Long” Late Antiquity: A Late Twentieth-Century Model. In.: WISEMAN, T. P. (ed.). **Classics in Progress:** Essays on Ancient Greece and Rome. Oxford/New York: Oxford University Press, 2002, p. 165-191.

CAMERON, Averil. **The Later Roman Empire, AD 284 – 430.** Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

CAMERON, Averil. The reign of Constantine, A.D. 307-337. In: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil (orgs.). **The Cambridge Ancient History.** Cambridge: University Press, v. 12, 2005, p. 90-108.

CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter (orgs.). **The Cambridge Ancient History.** Cambridge: University Press, v. 13, 2008.

CAMERON, Averil; KUHRT, Amélie (eds.). **Images of Women in Antiquity.** 2ª ed. London; New York: Routledge, 2013.

CARVALHO, Margarida Maria de. História, presságios memoráveis e a morte do Imperador Juliano na obra de Amiano Marcelino (390 – 392 d.C.). **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 39, p. 1-18, 2020.

CARVALHO, Margarida Maria de. **Paidéia e Retórica no século IV d.C.: A construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno.** São Paulo: Annablume, 2010.

CARVALHO, Margarida Maria de; GONÇALVES, Bruna Campos. Amiano Marcelino e os construtos identitários nos relatos sobre os Imperadores Militares: Juliano, Joviano e Valentiniano I (361-375 d.C.). In: CARVALHO, Margarida Maria de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARLAN, Cláudio Umpierre; SILVA, Érica Cristhyane Morais da (orgs.). **História Militar do Mundo Antigo:** Guerras e Identidades. São Paulo: Annablume, 2012, p. 178-194.

CASINOS MORA, F. Javier. El dualismo autoridade-potestad como fundamento de la organización y del pensamiento políticos de Roma. **Polis**, 1999, n.11, p. 85-109.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difusão Editorial, 2002.

CHASTAGNOL, André. **Les Fastes de la Préfecture de Rome au Bas-Empire.** Paris: Nouvelles Éditions latines 1962.

CHEN, Anne Hunnell. Omitted Empresses: The (Non-)Role of Imperial Women in Tetrarchic Propaganda. **Journal of Late Antiquity**, vol. 11 no. 1, 2018, p. 42-82.

COOPER, Kate. Property, power, and conflict: re-thinking the Constantinian Revolution. In: COOPER, Kate; LEYSER, Conrad. **Making Early Medieval Societies Conflict and Belonging in the Latin West, 300–1200**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

COOPER, Kate. **Queens of a fallen world: the lost women of Augustine's Confessions**. Basic Books, 2023.

COOPER, Kate. **Queens of Fallen World: The Lost Women of Augustine's Confessions**. New York: Basic Books, 2023.

CRAWFORD, Peter. **Constantius II – Usurpers, Eunuchs and Antichrist**. Barnsley: Pens and Sword books, 2016.

CURRAN, J. **Pagan City and Christian Capital. Rome in the Fourth Century**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Dearn, A. The Coinage of Vetrano: Imperial Representation and the Memory of Constantine the Great. **The Numismatic Chronicle**, 163 (2003):

DILLER, Aubrey. Photius' "Bibliotheca" in Byzantine Literature. **Dumbarton Oaks Papers**, Vol. 16 (1962), pp. 389-396

DIRSCHLMAYER, Michaela. Women in the Family of Constantine. In: CARNEY, Elizabeth; MULLER, Sabine. (editors). **The Routledge Companion to women and Monarchy in the Ancient Mediterranean world**. London: Routledge, 2020, p.463-476.

DOMINGO, R. El binomio "auctoritas-potestas" en el Derecho romano y moderno. **Persona y Derecho**, n. 37, p. 183-195, 11.

DRIJVERS, Jan Willem. **Helena Augusta**. BRILL, 1992.

DRIJVERS, Jan Willem; HUNT, David (eds.). **The Late Roman World and its Historian: interpreting Ammianus Marcellinus**. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

DRINKWATER, John F. The Revolt and Ethnic Origin of the Usurper Magnentius (350–353), and the Rebellion of Vetrano (350). **Chiron. Mitteilungen der Kommission für Alte Geschichte und Epigraphik des Deutschen Archäologischen Instituts**, 30, 2017, 131–159.

ELM, Susanna. **Sons of Helenism Fathers of the Church. Emperor Julian, Gregory of Nazianzus, and the Vision of The Rome**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2012.

ELM, Susanna. The Letter Collection of the Emperor Julian. In: SOGNO, Cristina; STORIN, Bradley K.; WATTS, Edward. **Late Antique Letter Collections: A Critical Introduction and Reference Guide**. University of California Press, 2017.

EMION, Maxime. Ammianus and the dignitas protectoris. In: HANAGHAN, Michael; WOODS, David. **Ammianus Marcellinus from Soldier to Author**. 1. ed. London: Brill, 2022.

EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. What Is Agency?. *American Journal of Sociology*, 103 (1998): 962-1023.

ENTRINGER, Giovanna. **Violência e intolerância sob o governo de Constâncio II: As implicações sociopolíticas do arianismo**. 2009. 125f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

FEISSEL, D. **Recueil des inscriptions chrétiennes de Macédoine du III^e au VI^e siècle**. (Paris 1983), Disponível em: https://cefael.efa.gr/window.php?site_id=1&actionID=summary&serie_id=BCHSuppl&volume_number=8

FERGUSON, Ferguson. **The Past Is Prologue: The Revolution of Nicene Historiography**. Leiden: Brill, 2005)

FLOWER, Richard. **Emperors and Bishops in Late Roman Invective**. Cambridge. Cambridge University Press, 2013.

FORNARA, Charles W. Studies in Ammianus Marcellinus: I: The Letter of Libanius and Ammianus' Connection with Antioch." *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte* 41, no. 3 (1992a): 328–44. <http://www.jstor.org/stable/4436250>.

FORNARA, Charles W. Studies in Ammianus Marcellinus: II: Ammianus' Knowledge and Use of Greek and Latin Literature. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, 41, no. 4 (1992b): 420–38. <http://www.jstor.org/stable/4436260>.

FRAKES, R. M. The Dynasty of Constantine Down to 363. In.: LENSKI, Noel (editor). **The Cambridge Companion to The Age of Constantine**. Cambridge University Press, 2006.

FRIGHETTO, Renan. **A Antiguidade Tardia**: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II – VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade Clássica**: A História e a Cultura a partir dos documentos. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

GALVÃO-SOBRINHO, Carlos R. **Doctrine and Power**. Theological Controversy and Christian Leadership in the Later Roman Empire. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2013.

GARCIA RUIZ, M. P. Una Lectura conjunta del primer encomio a Constancio y el encomio a Eusebia de Juliano. *Exemplaria classica. Journal of Classical Philology*, Madrid, n. 19, p. 155-173, 2015.

GARCIA RUIZ, M. P. Significado de σωφροσύνη (αὐτή) en el Encomio a Eusebia de Juliano. *Emerita*, Madrid, n. 80, p. 69-87, 2012.

GARCÍA RUIZ, Maria Pilar. Eusebia vista por Amiano: um retrato entre líneas. Cuadernos de Filología Clásica. **Estudios Latinos**, Madrid, 2008, v. 28, n. 2, p. 49-64.

GIARDINA, Andrea. Esplosione di tardoantico. **Studi Storici. Roma**, n. 40, 1999, p. 157-180.

GONÇALVES, Bruna Campos. Amiano Marcelino e sua obra *Res Gestae*: tratamento documental e os livros XXV, XXVI e XXVII. In: **Anais XXIII Semana de Estudos Clássicos**, Araraquara, 2008, p. 95-102.

GRANT, Michael. **Greek and Roman Historians. Information and misinformation**. London; New York: Routledge, 2005.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2010.

GUZMÁN ARMARIO, Francisco Javier. Una auténtica furia hecha mujer (Amm. Marc. 14, 1, 2). Constantina en el ejercicio del poder del César Galo (351-353 d.C.). In: BRAVO, Gonzalo; PEREA YÉBENES, Sabino; FERNÁNDEZ PALACIOS, Fernando (eds.). **Mujer y Poder en la Antigua Roma**. Madrid; Salamanca: Signifer Libros, 2018, p. 237-246.

GWYNN, David M. **The Eusebians: The Polemic of Athanasius of Alexandria and the Construction of the 'Arian Controversy'**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HANAGHAN, Michael; WOODS, David. **Ammianus Marcellinus from Soldier to Author**. 1. ed. London: Brill, 2022.

HANAGHAN, Michael; WOODS, David. **Ammianus Marcellinus from Soldier to Author**. 1. ed. London: Brill, 2022.

HANAGHAN, Michael; WOODS, David. Introduction. In.: HANAGHAN, Michael; WOODS, David. **Ammianus Marcellinus from Soldier to Author**. 1. ed. London: Brill, 2022.

HARRIES, J. **Imperial Rome AD 284 to 363: The New Empire**. Edinburgh: University Press, 2012.

HARRIES, Jill. Empresses' Tale, ad 300–360. In: HARRISON, Carol; HUMFRESS, Caroline; SANDWELL, Isabella (eds.). **Being Christian in Late Antiquity: A Festschrift for Gillian Clark**. Oxford: University Press, 2014, p. 197-214.

HEATHER, Peter. *The fall of the Roman Empire*. Londres: MacMillan, 2005.

HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. **Las emperatrices romanas: Sueños de púrpura y poder oculto**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2012.

HILLNER, Julia D. **A woman's place: imperial women in late antique Rome**. *Antiquite Tardive*, 2017, 25. pp. 75-94.

HILLNER, Julia. (2018, May 24). **Constantina, daughter of Constantine**, wife of Gallus Caesar, and patron of St. Agnes at Rome. Oxford Classical Dictionary. Retrieved 15 Jan. 2024, from <https://oxfordre.com/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-8066>.

HILLNER, Julia. **Helena Augusta**. Mother of Empire. Oxford University Press, 2023.

HOLLERICH, Michael J. **Making Christian history**: Eusebius of Caesarea and his readers. University of California Press Oakland, California, 2021.

Hollywood, Amy. Gender, Agency, and the Divine in Religious Historiography. **The Journal of Religion** 84 (2004): 514-28.

HOLM, S. Empress with Agency: Eusebia's Efforts to Consolidate the Constantinian Dynasty. In.: ROLLINGER, Christian; VIERMANN, Nadine. **Empresses-in-waiting**: Female power and performance at the late roman court. Liverpool University Press, 2024, p. 43-66.

HOLUM, Kenneth G. **Theodosian Empresses**: Women and Imperial Dominion in Late Antiquity. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1989.

HOOK, La Rue van. The Literary Criticism in the Bibliotheca of Photius. **Classical Philology**, 1909, 4, no. 2, p. 178–89. <http://www.jstor.org/stable/261825>.

HUMPHRIES, Mark. The tyrant's mask? Images of good and bad rule in Julian's *Letter to the Athenians*. In.: BAKER-BRIAN, Nicholas; TOUGHER, Shaun. **Emperor and Autor – The Writings of Julian the Apostate**. The Classical Press of Wales, 2012

HUMPHRIES, Mark. Late Antiquity and World History Challenging Conventional Narratives and Analyses. 2017, **Studies in Late Antiquity**, Vol. 1, Number 1, pps. 8-37.

HUNT, David. The successors of Constantine. In: CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter (eds.). **The Cambridge Ancient History**. v. XIII (The Late Empire A.D. 337-425). Second edition. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2007 [1998]. p. 1-43.

HUNT, James Michael. **Constantius II in the Ecclesiastical Historians**. Fordham University ProQuest Dissertations Publishing, 2010.

IVES, Samuel A. **Photius of Constantinople, the First Book-Reviewer**. The Library Quarterly, Vol. 21, No. 4 (Oct., 1951), pp. 285-289

JAMES, Liz. **Empresses and Power in Early Bizantium**. London/New York: Leicester University Press, 2001.

JAMES, Liz. Ghosts in the Machine: The Lives and Deaths of Constantinian Imperial Women. In: GARLAND, Lynda; NEIL, Bronwen (orgs.). **Questions of Gender in Byzantine Society**. London; New York: Routledge, 2013, p. 93-112.

JAMES. L. Is there an empress in the text? Julian's Speech of Thanks to Eusebia. In: BAKER-BRIAN, Nicholas; TOUGHER, Shaun (eds.). **Emperor and Autor: The Writings of Julian the Apostate**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012, p. 47- 60.

JONES, Arnold Hugh Martin. The Later Roman Empire 284–602. A Social, Economic and Administrative Survey 1, Oxford, 1964.

JONES, Arnold Hugh Martin. The Later Roman Empire, 284-602: **A social economic and administrative survey**. Norman: University of Oklahoma Press, v.1, 1964.

JONES, Hannah. Agnes and Constantia: Domesticity and Cult Patronage in the Passion of Agnes. In.: COOPER, K.; HILLNER, Julia. **Religion, Dynasty and Patronage in Early Christian Rome, 300–900**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

JUNEAU, Jason. Pietas and Politics: Eusebia and Constantius at Court. **The Classical Quarterly**, Cambridge, 1999, v. 49, n. 2, p. 641-644.

KAEGI, Walter Emil. The Emperor Julian At Naissus. **L'Antiquité Classique**, 1975, 44, no. 1, p.161–71. <http://www.jstor.org/stable/41650264>.

KELLY, G. Why We Need a New Edition of Ammianus Marcellinus. In.: HANAGHAN, Michael; WOODS, David. **Ammianus Marcellinus from Soldier to Author**. 1. ed. London: Brill, 2022.

KELLY, Gavin. Ammianus' Greek accent. **Talanta**, XLV, 2013, 67 – 7.

Kent, J.P.C., **The Roman Imperial Coinage**. The family of Constantine I. A.D. 337–364, Vol. VIII, London 1981.

KRAUS, Christina Shuttleworth. Historiography and Biography. HARRISON, S. **A Companion to Latin Literature**. Wiley-Blackwell, 2008, p.241-256.

LAGACHERIE, Odile. Libanios et Ammien Marcellin: les moyens de l'héroïsation de l'empereur Julien. Étude comparée du discours 1, 132-133 (Bios) de Libanios et de l'Histoire XXV, 3, 1-9 d'Ammien Marcellin. **Revue des Études Grecques**, tome 115, Juillet-décembre 2002. p. 792-802;

LASALA-NAVARRO, Isabel. **Helena Augusta: una biografía histórica**. 2009. 351 f. Tese (Doctorado em Ciencias de la Antigüedad) – Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 2009.

LENSKI, Noel (editor). **The Cambridge Companion to The Age of Constantine**. Cambridge University Press, 2006.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. A Antiguidade Tardia, a queda do Império Romano e o debate sobre o “fim do mundo antigo”. 2015, **História (São Paulo)**, n. 173, p. 81-114.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. Prefácio. In: GONÇALVES, Bruna Campos. **Comparações dos conceitos de realza de Temístio e Amiano Marcelino: os casos de Joviano e Valentiniano I (363-375 d.C.)**. São Paulo: Annablume, 2015.

MACKIE, Gillian. A New Look At The Patronage Of Santa Costanza, ROME. **Byzantion** 67, no. 2, 1997, p. 383–406.

MAGALHÃES, Julio Cesar. Arianistas. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **As religiões que o mundo esqueceu**: como egípcios, gregos, celtas, astecas, e outros povos cultuavam seus deuses. São Paulo: Contexto, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes Editora, 1997.

MALOSSE, Pierre-Louis. Philostorge, Libanios et Julien: Divergences et Convergences. In.: MEYER, Doris. **Philostorge et l'historiographie de l'antiquité tardive / Philostorg im Kontext der spätantiken geschichtsschreibung**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2011. P.203-

MARASCO, Gabriele (editor). **Greek & Roman Historiography in Late Antiquity. Fourth to Sixth Century A. D.** Brill, 2003, Leiden – Boston

MARASCO, Gabriele. The Church Historians (II): Philostorgius and Gelasius of Cyzicus. In: MARASCO, Gabriele (ed.). **Greek & Roman Historiography in Late Antiquity. Fourth to Sixth Century AD**. Leiden; Boston: Brill, 2003, p 255-288.

MARCONE, Arnaldo. A Long Late Antiquity? Considerations on a Controversial Periodization. **Journal of Late Antiquity**, vol. 1 no. 1, 2008, p. 4-19. *Project MUSE*, <https://dx.doi.org/10.1353/jla.0.0001>.

MATTHEWS, J. F. The Origin of Ammianus. **The Classical Quarterly, New Series**, Vol. 44, No. 1 (1994), pp. 252-269

MCCLANAN, Anne. **Representations of Early Byzantine Empresses**. Palgrave Macmillan, 2002.

MCEVOY, Meaghan. Constantia: The Last Constantinian. **Antichthon**, 50, 154-179, 2017.

MCFADDEN, Susan. A Constantinian Image Program in Rome Rediscovered: The Late Antique Megalographia from the so-called Domus Faustae. **Memoirs of the American Academy Rome** 58 (2013): 83–114.

MCGILL, S.; SOGNO, C.; WATTS, E.(eds.). **From the Tetrarchs to the Teodosians: Later Roman History and Culture, 284– 450CE**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MELLOR, Ronald. **The Roman Historians**. Routledge, London and New York, 1999. (não terminado)

MEYER, Doris. **Philostorge et l'historiographie de l'antiquité tardive / Philostorg im Kontext der spätantiken geschichtsschreibung**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2011.

MOSER, Muriel. **Emperor and senators in the reign of Constantius II - Maintaining Imperial Rule Between Rome and Constantinople in the Fourth Century AD**. Goethe-Universität Frankfurt Am Main, 2018.

NILSON, Carina Marie. **The Empress in Late Antiquity and the Roman Origins of the Imperial Feminine**. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of master of arts In the Department of History at Simon Fraser University, 2011.

OMISSI, Adrastos; ROSS, Alan J. **Imperial Panegyric from Diocletian to Honorius**. Liverpool University Press, 2020.

PAPA, Helena Amália. **A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV d.C.)**. São Paulo: Annablume, 2013.

PAVÓN, Pilar. Pompeya Plotina y Flavia Aurelia Eusebia: dos esposas imperiales a la altura de las circunstancias. In.: CHIRIATTI, Mattia C.; GIRVÉS, Margarita Vallejo. **Riflessi di Porpora: Declinazioni di potere femminile tra Roma, Bisanzio e l'Occidente Medievale**. Spoleto, Fondazione Centro Italiano Di Studi Sull'alto Medioevo, 2023, p.67-86.

PETIT, Paul. Les fonctionnaires dans l'œuvre de Libanius: analyse prosopographique. **Annales littéraires de l'Université de Besançon**, 541, 1994.

POTTER, David. **Constantine the Emperor**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

POTTER, David. **The Roman Empire at Bay**, AD 180–395, 2nd edn., London: Routledge, 2014.

POTTER, David. The Unity of the Roman Empire. In.: MCGILL, S.; SOGNO, C.; WATTS, E.(eds.). **From the Tetrarchs to the Teodosians: Later Roman History and Culture**, 284–450CE. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, 13–32.

PRIEUR, Jean-Marc. Aèce selon l’Histoire ecclésiastique de Philostorge. In: **Revue d'histoire et de philosophie religieuses**, 85e année n°4, Octobre-Décembre 2005. pp. 529-552;

Rapoport, David C. The Political Dimensions of Military Usurpation. **Political Science Quarterly** 83, no. 4 (1968): 551–72. <https://doi.org/10.2307/2146814>.

REDONDO MOYANO, Elena. Encomio de personajes femeninos: Elogio de la emperatriz Eusebia de Juliano el Apóstata. In: GARCÍA DE ITURROSPE, Maite Muñoz (coord.). **Antiguos y modernos: presencias clásicas, de la Antigüedad al siglo XXI**. España: Universidad del País Vasco, 2009, p. 59-80.

REES, Roger (ed.). **Oxford Readings in Classical Studies. Latin Panegyric**. Oxford: University Press, 2012.

REES, Roger. Intertitles as deliberate misinformation in Ammianus Marcellinus. In.: JANSEN, Laura. **The Roman Paratext: Frame, Texts, Readers**. Cambridge/New Yourk: Cambridge University Press, 2014, p.129-142.

REES, Roger. **Layers of Loyalty in Latin Panegyric AD 289-307**. Oxford: University Press, 2002.

REINHOLD, Meyer. Usurpation of Status and Status Symbols in the Roman Empire. **Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte** 20, no. 2/3 (1971): 275–302. <http://www.jstor.org/stable/4435195>.

RÉMOND, Réne (org.). **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIEGL, Alois. **Die spätrömische Kunstindustrie nach den Funden in Österreich. Druck und Verlag der Kaiserlich- Königlichen Hof- und Staatsdruckerei**, 1901.

RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. Mujeres Imperiales en la domus Constantiniana. *Studia histórica*. **Historia Antigua**, Salamanca, vol. 22, p. 125-138, 2004.

ROHRBACHER, David. **The Historians of Late Antiquity**. Routledge, London and New York, 2002

ROLLINGER, Christian; VIERMANN, Nadine. **Empresses-in-waiting: Female power and performance at the late roman court**. Liverpool University Press, 2024.

RONCONI, Filippo. The Patriarch and the Assyrians: New Evidence for the Date of Photios’ Library. **Segno e Testo**, 2013, 11, Cassino - Italy, pp. 387-395

ROSS, A. Constantius and the sieges of Amida and Nisibis: Ammianus’ relationship with Julian’s panegyrics. **Acta Classica**, v. 57, n. annual, p. 127–154, 2014.

ROSS, A. J. **Ammianus' Julian: narrative and genre in the Res Gestae**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SALWAY, Benet. Redefining the Roman Imperial Élite in the Fourth Century AD. In.: BRIKS, Piotr. **Elites in the Ancient World**. Szczecińskie Studia nad Starożytnością vol. II. Szczecin: Zakład Historii Starożytnej, 2015, p. 199-220.

SANCHEZ-OSTIZ, Álvaro (ed.) **Beginning and end: from Ammianus Marcellinus to Eusebius of Caesarea**. Universidad de Huelva, ANEJO VII 2016.

SANCHEZ-OSTIZ, Álvaro; TORRES GUERRA, José B. Torres Guerra. Ammianus, Eusebius and 4th-Century Historiography: From Dusk To Dawn? In.: SANCHEZ-OSTIZ, Álvaro (ed.) **Beginning and end: from Ammianus Marcellinus to Eusebius of Caesarea**. Universidad de Huelva, ANEJO VII 2016.

SARRI, A. **Material aspects of letter writing in the Graeco-Roman world, 500 BC - AD 300**. Berlin-Boston, 2018.

SCOTT, Jean. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989

SCOTT, Joan. **Género e historia**. Trad de Consol Vilà I. Boadas. México, Universidad Autónoma de la Ciudad de Mexico, 2008.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In.: PETER BURKE (Org.). **A Escrita Da História - Novas Perspectivas**. Editora Unesp, 1992.

SEIJO IBÁÑEZ, Elisabet. Benevolencia imperial: el agradecimiento de Juliano a la emperatriz Eusebia. In: BRAVO, Gonzalo; PEREA YÉBENES, Sabino; FERNÁNDEZ PALACIOS, Fernando (eds.). **Mujer y Poder em la Antigua Roma**. Madrid; Salamanca: Signifer Libros, 2018, p. 247-258.

SHAPIRO, Susan P. Agency Theory. **Annual Review of Sociology**, vol. 31, 2005, pp. 263–84. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/29737720>. Accessed 18 Oct. 2023.

SILVA, G. V. da. **Reis, Santos e Feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia 337 – 361**. 2 ed. Vitória: Editora da UFES, 2015.

SILVA, Gilvan Ventura da. **A escalada dos imperadores proscritos. Estado, conflito e usurpações na Antiguidade Tardia (285 – 395)**. Vitória: GM Editora, 2018.

SILVA, Gilvan ventura. Medo e fúria pelas ruas da cidade: o governo de Galo César em Antioquia (351-354). **Revista do Museu Arqueologia e Etnologia**, vol. 32, 2019, p. 18-32.

SMORCZEWSKI, Łukasz. Diecezja Pietas. In: SMORCZEWSKI, Łukasz. **Administracja diecezji Pontu w późnym Cesarstwie Rzymskim**. Poznań: Druk, 2019, p. 121-132.

SNIVELY, Carolyn S. Macedonia in Late Antiquity. ROISMAN, Joseph; WORTHINGTON, Ian. **A Companion to Ancient Macedonia**. Malden/Oxford/Chinchester: Wiley-Blackwell, 2010.

SOGNO, Cristina; STORIN, Bradley K.; WATTS, Edward. Introduction. In.: SOGNO, Cristina; STORIN, Bradley K.; WATTS, Edward. **Late Antique Letter Collections: A Critical Introduction and Reference Guide**. University of California Press, 2017.

SÓLYOM, Márk. Usurpers from Illyricum in the fourth-century breviaria. In.: NÉMETH, György; BAJNOK, Dániel. **Miscellanea Historiae Antiquitatis** - Proceedings Of The First Croatian-Hungarian Phd Conference On Ancient History. Budapest: Kodex Könyvgyártó KFT, 2014.

STÖKL, Jonathan. The Role of Women in the Prophetic Process in Mari: A Critique of Mary Keller's Theory of Agency. In.: AUGUSTIN, Matthias; NIEMANN, Hermman Michael. **Thinking towards New Horizons: Collected Communications to the XIXth Congress of the International Organization for the Study of the Old Testament**, Ljubljana 2007, Frankfurt: Peter Lang, 2008, p.173-88.

TESTA, Rita Lizzi. The Late Antique Bishop: Image and Reality. In.: ROUSSEAU, P. **A Companion to Late Antiquity**. Wiley-Blackwell, 2009.

THOMPSON, E. A. Ammianus' account of Gallus Caesar. **The American Journal of Philology**, v. 64, n°3, 1943, p. 302-315.

THOMPSON, Edward Arthur. **The Historical Work of Ammianus Marcellinus**. Cambridge: University Press, 1947.

TOUGHER Shaun. Ammianus and the eunuchs. In: DRIJVERS, Jan Willem; HUNT, David. (eds.). **The late roman world and its historian: interpreting Ammianus Marcellinus**. London: Taylor & Francis e-Library, 2005, p. 64-73.

TOUGHER, S. The Advocacy of an Empress: Julian and Eusebia. **The Classical Quarterly**, Cambridge, v. 48, n. 2, p. 595-599, 1998b.

TOUGHER, S. **Julian the Apostate**. Edinburgh: University Press, 2007.

TOUGHER, S. Ammianus Marcellinus on the Empress Eusebia: A Split Personality? **Greece & Rome**, Cambridge v. 47, n. 1, p. 94-101, 2000.

TOUGHER, S. Eusebia and Eusebius: The Roles and Significance of Constantinian Imperial Women and Court Eunuchs. In: TOUGHER, Shaun; BAKER-BRIAN, Nicholas (orgs). **The Sons of Constantine, AD 337-361: In the Shadows of Constantine and Julian**. London: Palgrave Macmillan, 2020, p. 185-220.

TOUGHER, S. In Praise of an Empress: Julian's Speech of Thanks to Eusebia. In: WHITBY, Mary (ed.). **The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity**. Leiden; Boston: Brill, 1998a, p. 105-123.

TOUGHER, Shaun. Imperial Blood: Family Relationships in the Dynasty of Constantine the Great. In.: HARLOW, Mary; LOVÉN, Lena Larson. **Families in the Roman and Late Antique World**. The Family in Antiquity vol II, 2012.

TOUGHER, Shaun. Imperial Blood: Family Relationships in the Dynasty of Constantine the Great. In.: HARLOW, Mary; LOVÉN, Lena Larsson. **Families in the Roman and Late Antique World**. London/New York: Continuum International Publishing Group, 2012.

TOUGHER, Shaun. Julian and Claudius Mamertinus: Panegyric and Polemic in East and West. In.: OMISSI, Adrastós; ROSS, Alan J. **Imperial Panegyric from Diocletian to Honorius**. Liverpool University Press, 2020, p.93-116.

TOUGHER, Shaun. Periodization. LOUGHRAN, Tracey (Editor). **A Practical Guide to Studying History Skills and Approaches**. Bloomsbury Academic, 2017, p. 31-45 (EPUB, paginação irregular)

TRAPP, Michael. The emperor's shadow: Julian in his correspondence. In: BAKER-BRIAN, Nicholas; TOUGHER, Shaun (eds.). **Emperor and author: the writings of Julian the Apostate**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012, p. 105-120.

TRAPP, Michael. Greek and Latin letters. An Anthology with Translation. Cambridge, 2003

TROUT, Denis. 'Being Female': Verse Commemoration at the Coemeterium S. Agnetis (Via Nomentana). In: HARRISON, Carol; HUMFRESS, Caroline; SANDWELL, Isabella. **Being Christian in Late Antiquity A Festschrift for Gillian Clark**. Oxford University Press, 2014.

VADERSPOEL, John. From the Tetrarchy to the Constantinian Dynasty: A Narrative Introduction. In: TOUGHER, Shaun; BAKER-BRIAN, Nicholas (orgs). **The Sons of Constantine, AD 337-361: In the Shadows of Constantine and Julian**. London: Palgrave Macmillan, 2020, p 23-55.

VAM DAM, Raymond. I Saw a Parrot: Philostorgius at Constantinople. In: VAN DAM, Raymond. **Becoming Christian: The Conversion of Roman Cappadocia**. University of Pennsylvania Press Philadelphia, 2003

VAN DAM, Raymond. **Becoming Christian: The Conversion of Roman Cappadocia**. University of Pennsylvania Press Philadelphia, 2003.

VAN NUFFELEN, Peter. Theology versus Genre? The Universalism of Christian Historiography in Late Antiquity. In: LIDDEL, Peter; FEAR, Andrew. (eds.) **Historiae Mundi**. Studies in Universal Historiography. London: Duckworth, 2010. p. 162-175.

VANDERPOEL, J. Imperial panegyric: Horatory or deliberative oratory?. In: TOUGHER, Shaun (editor). **The Emperor in the Byzantine World: Papers from the Forty-Seventh Spring Symposium of Byzantine Studies**. Routledge, 2019.

VANDERSPOEL, John. From the Tetrarchy to the Constantinian Dynasty: A Narrative Introduction. In.: Shaun Tougher e Nicholas Baker-Brian. **The Sons of Constantine, AD 337-361 - In the Shadows of Constantine and Julian**. Palgrave Mcmillan, 2020.

VANDERSPOEL, John. From the Tetrarchy to the Constantinian Dynasty: A Narrative Introduction. In.: Shaun Tougher e Nicholas Baker-Brian. **The Sons of Constantine, AD 337-361 - In the Shadows of Constantine and Julian**. Palgrave Mcmillan, 2020.

VANDERSPOEL, John. Provincia Macedonia. In.: ROISMAN, Joseph; WORTHINGTON, Ian. **A Companion to Ancient Macedonia**. Malden/Oxford/Chinchester: Wiley-Blackwell, 2010.

VUOLANTO, Ville. Public Agency of Women in the Later Roman World. In.: RANTALA, Jussi. **Gender, Memory, and Identity in the Roman World**. Amsterdam University Press, 2019, p.41-62.

WALDRON, Byron. **Dynastic Politics in the age of Diocletian, AD 284-311**. Edinburgh University Press, Edinburgh, 2022.

WARDMAN, Alan E. "Usurpers and Internal Conflicts in the 4th Century A.D." *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte* 33, no. 2 (1984): 220–37.
<http://www.jstor.org/stable/4435883>.

WARD-PERKINS, Bryan. **The fall of Rome and the end of civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WASHINGTON, Belinda. Playing with Conventions in Julian's Encomium to Eusebia: Does Gender Make a Difference? In.: OMISSI, Adrastus; ROSS, Alan J. **Imperial Panegyric from Diocletian to Honorius**. Liverpool University Press, 2020, p.93-116.

WATTS, Edward. Interpreting Catastrophe: Disasters in the Works of Pseudo-Joshua the Stylite, Socrates Scholasticus, Philostorgius, and Timothy Aelurus. *Journal of Late Antiquity*, 2, no. 1 (2009): 79-98.

WHITBY, Mary (ed.). **The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity**. Leiden; Boston: Brill, 1998.

WOODS, D. The Constantinian Origin of Justina (Themistius, Or. 3.43b). *The Classical Quarterly* 54, no. 1 (2004): 325–27. <http://www.jstor.org/stable/3556318>.

WOODS, David. Chrysostom, Ammianus, and the Death of the Empress Eusebia. *L'antiquité Classique*, Belgique, n. 87, 1998, p. 177-192

WOODS, David. Late Antique Historiography: A Brief History of Time. In.: ROUSSEAU, Philip (editor); (with the assistance of Jutta Raithel). **A Companion to Late Antiquity**. Wiley-Blackwell, 2009. P.357-371

WOODS, David. Libanius on Julian's alleged murder of his wife Helena. *The Classical Quarterly* 68.2, 2019 660–666.

WOODS, David. On the Death of the Empress Fausta. *Greece & Rome*, vol. 45, no. 1, 1998, pp. 70–86.

Anexo I

Árvore Genealógica da Família de Constantino com destaque para as mulheres

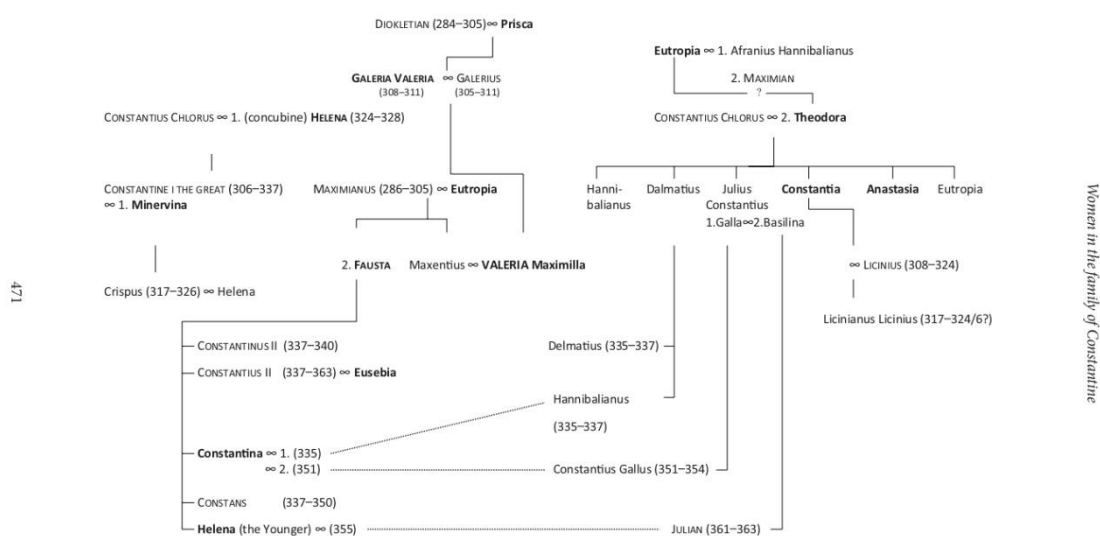


Figure 38.1 Genealogical chart of the family of Constantine. Dates are regnal dates

Fonte: DIRSCHLMAYER, Michaela. Women in the Family of Constantine. In: CARNEY, Elizabeth; MULLER, Sabine. (editors). The Routledge Companion to women and Monarchy in the Ancient Mediterranean world. London: Routledge, 2020, p.

APÊNDICE

Catálogo do *corpus* documental

No apêndice que se segue, apresentamos nosso catálogo das passagens que citam as mulheres imperiais Eusébia e Constantina. Em nosso processo de catalogação das documentações, optamos pela metodologia de Laurence Bardin apresentada em seu livro *Análise de Conteúdo* (2011). Essa autora desenvolveu uma técnica inovadora, reunindo elementos de técnicas já existentes, para a sistematizar e analisar a abundância crescente de informações que passaram a ser obtidas nas pesquisas a partir da década de 1970, com o aumento e a diversificação nas tipologias das documentações.

Bardin propôs a utilização da inferência, ou dedução lógica para se interpretar um texto, dando atenção não só para as informações presentes, como aquilo que está escrito, mas também para aquelas ausentes, como as condições de produção, destrinchando as camadas dessa documentação. (BARDIN, 2011, p. 38). Essas “condições de produção”, considerando o quanto é vaga essa denominação, permite inúmeras possibilidades de dedução, por exemplo, “as condições psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 40). Nesse sentido, o que se busca estabelecer “é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes dos enunciados.” (BARDIN, 2011, p. 41).

Dentre os inúmeros aparatos de estudo oferecidos por Laurence Bardin, optamos, nessa pesquisa, pela análise categorial. A primeira etapa dessa metodologia é a leitura atenta da documentação, com o destaque das passagens que se referem, direta ou indiretamente, às mulheres imperiais que são nossos objetos de estudo, Eusébia e Constantina. Em seguida, inserimos tais trechos num catálogo específico para cada documentação.

De maneira geral, temos quatro catálogos: para o *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia*, a *Carta ao senado e ao povo de Atenas*, ambos de Juliano, para as *Res Gestae* (livros XIV-XXI), de Amiano Marcelino (325 – 391), embora estes estejam subdivididos em livros, seguindo a divisão da obra, e a *História Eclesiástica*, de Filostórgio (368 – 439).

A catalogação dessas documentações segue uma lógica semelhante. Dividimos, então, da seguinte forma: localização do trecho, a quem se refere (exceto no caso do *Panegírico* em

Honra à imperatriz Eusébia, que explicitamente é sobre ela), resumo e o trecho em si. Além disso, no caso do *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia*, por se tratar de um texto dedicado à Imperatriz, ela é o assunto, e, para não citar todo o discurso no catálogo, selecionei apenas as partes mais relevantes para esta dissertação.

Seguiremos para os catálogos.

II.1 CATÁLOGOS

II. 1.1 Panegírico em Honra à Imperatriz Eusébia, de Juliano

Localização	Resumo	Passagem
104 b-c	Juliano justifica seu elogio a uma mulher.	Quanto a mim, parece-me estranho que elogiemos com satisfação os homens e, por outro lado, não consideremos uma nobre mulher digna de louvor, se pensarmos que elas são capazes de uma virtude em nada inferior à de homens. Se pensamos que deveria ser modesta, inteligente e recompensar a cada um, de acordo com o seu mérito, ser corajosa no perigo, magnânima e generosa e, por assim dizer, dotada de todas as virtudes semelhantes, devemos privá-la de elogios por suas ações por medo de ser reprovados por adulação? Homero não teve vergonha de elogiar Penélope ou a esposa de Alcínoo, nem qualquer outra mulher que se destacasse por sua nobreza ou virtude, por menor que fosse, deixou de receber seus elogios.
106 a-b	Juliano fala sobre a ordem dos itens do discurso	Pois bem, imitando aquele sábio e divino poeta, louvaremos a excelente Eusébia e, embora desejemos fazer um elogio digno dela, ficaremos contentes se conseguirmos mostrar, ainda que até certo ponto, suas muitas e belas qualidades, os méritos que possui, sua prudência e justiça, ou sua doçura e moderação, ou seu amor ao marido, ou sua liberalidade, ou sua maneira de honrar seus íntimos e parentes. Acho conveniente, seguindo os passos do que já foi dito, que se faça um elogio paralelo desta forma, dando-lhe a mesma ordem que o anterior, recordando o seu país, como é lógico, e os seus pais, como

		se casou e com quem, e tudo o resto da mesma forma que foi feito anteriormente
114c	Eusébia participava das decisões do Imperador	Porque estas passam a ser a dupla persuasão e a dupla forma de amor, das quais Eusébia foi igualmente suprida, fazendo-se participante das decisões do Imperador que, sendo já por natureza doce, bom e benevolente, ela convida, da maneira mais adequada, a seguir o que está em sua natureza e, assim, transformar a justiça em misericórdia. Para que ninguém pudesse dizer que esta Imperatriz foi a causa de alguma pena, justa ou injusta, ou de qualquer infelicidade, pequena ou grande
116a e 116b	Juliano comenta que a Imperatriz teria concedido privilégios aos seus parentes	... em seguida, conferiu honras a toda sua família e parentes, colocando aqueles que já eram famosos e mais velhos em altas posições e fazendo-os parecerem felizes e invejáveis, tornou-os amigos do Imperador e deu-lhes a base de sua presente fortuna. Pois se alguém acredita, como de outra forma é verdade, que eram merecedores de honras por si, creio que os elogios que lhe são devidos sem dúvida aumentarão, porque é evidente que ela não distribuiu favores apenas pelos laços de família, mas por causa da virtude, e não conheço elogio maior que poderia ser feito.
118b e 118c	Eusébia convence o Imperador se encontrar com Juliano em 354	Mas desde que a Imperatriz ouviu a primeira palavra, não de qualquer crime, mas de uma vã suspeita, ela lhe pediu que investigasse e, antes disso, que não prestasse atenção ou aceitasse uma mentira e difamação injusta, e ela não cessou de pedir a ele até que ela conseguisse me levar à presença do Imperador e me dar uma chance de falar
118c e 118d	Eusébia consegue autorização para que Juliano fosse estudar em Atenas	E ela compartilhou minha alegria quando fui absolvido de qualquer acusação injusta e, querendo voltar para casa novamente, ela providenciou uma escolta segura para mim, convencendo primeiro o Imperador. Mas, tendo interrompido minha viagem, seja por causa da divindade que parecia ter tramado os acontecimentos anteriores

		contra mim, ou por causa de algum outro acidente, ele me mandou visitar a Grécia. Ela pediu este favor ao Imperador quando eu já tinha saído, e, porque ele tinha sabido de meu gosto pela literatura, entendi que esta cidade era apropriada para o meu aprendizado
121b e 121c	Eusébia convenceu Juliano a aceitar a posição de César	Quando o Imperador confirmou essa decisão a meu respeito, ela ficou muito contente e manifestou a sua total concordância harmoniosa, ordenando-me que tivesse coragem e não recusasse, por medo, a grandeza do que me fora oferecido, agindo de uma franqueza rude e demasiado presunçosa, dispensando desajeitadamente o pedido importante daquele que me concedeu tantos bens. Obedeci, suportando algo que não era nada agradável para mim, embora, por outro lado, estivesse perfeitamente ciente de como era difícil desobedecer. Porque quem tem a possibilidade de fazer o que quiser pela força, simplesmente pede algo para obrigar e convencer.
123d	Juliano também recebeu a mão da irmã do Imperador, Helena, em casamento	Vocês querem, então, que narremos ou seus feitos posteriores e todas as suas belas e delicadas obras destinadas a nós, uma a uma? Ou, juntando tais obras de uma vez, como ela fez, devo contar a vocês sobre todas as benevolências que ela concedeu para meus conhecidos e como ela me uniu, por casamento, à família do imperador?
124a	Juliano recorda dos livros presenteados por Eusébia	No entanto, há um de seus presentes que tenho o prazer de lembrar a vocês, pelo qual senti uma alegria superior. De uma só vez ela me deu tantos livros de bons filósofos, historiadores e de muitos oradores e poetas – eu, que só trouxe alguns de minha casa, movi minha alma pelo desejo e esperança de voltar a ela o mais rápido possível – que preencheu minha paixão insaciável por aquela empresa e transformou a Gália e a terra dos celtas em um museu quando se trata de livros gregos
129a e 129b	Compara Eusébia a Péricles por não ter	Que outra testemunha, por parte da amizade de Zeus, necessitamos para vocês

	feito mal nenhum cidadão	de que a maior prova de virtude e aquela que é sobretudo digna de louvor é não ter matado nenhum cidadão, nem ter tirado os seus bens, nem o ter atirado para um exílio injusto? Mas quem se opõe pessoalmente a tais infortúnios, como um bom médico que não se contenta em não ser a causa de doença alguma, mas que, se não cura e cuida com todas as forças, considera o seu trabalho indigno da sua arte, não é? Não parece que por justiça eles mereceriam o mesmo elogio que Péricles? E não devemos honrar acima de tudo o caráter e a força com que a Imperatriz, que pode fazer o que deseja, almeja precisamente o bem para todos? Para mim este é o principal de todos os elogios, embora não faltem outros assuntos que me parecem maravilhosos e brilhantes
--	--------------------------	---

II.1.2 Carta ao Senado e ao povo de Atenas, de Juliano

Localização	Mulher Imperial	Resumo	Passagem
272d	Constantina e possível filha dela com Galo	Juliano critica a ação de Constâncio II ao executar Galo com quem tinha muitos laços familiares	No entanto, para agradar a um eunuco, o camareiro e, além disso, o prefeito de seus cozinheiros, aquele que era seu primo, César, marido de sua irmã, pai de sua sobrinha, com cuja irmã ele se casou pela primeira vez, com quem tantos laços dos deuses familiares o uniram, entregaram-no à morte nas mãos de seus inimigos mais odiosos
273 a	Eusébia	Os deuses teriam guiado interferido para que Eusébia intercedesse por Juliano diante do Imperador Constâncio II	Ele me soltou com muita dificuldade, depois de me arrastar para lá e para cá por sete meses inteiros e me vigiando, de modo que, se não fosse porque um dos deuses, querendo me salvar, me ofereceu naquele momento a benevolência da bela e boa Eusébia, esposa, eu também não teria escapado de suas mãos então.
274 a	Eusébia	Refere-se mais uma vez à	Antes, ele [Constâncio II] não teria me encontrado mais do que uma vez

		ocasião em que a Imperatriz o ajudou em 355 e também menciona sua ida para Atenas	na Capadócia e outra na Itália, quando Eusébia intercedeu para me tranquilizar sobre a minha salvação, e isso porque durante seis meses habitei a mesma cidade que ele e, inclusive, ela prometeu me encontrar novamente.
274 b	Eusébia	Eusébia teria enviado uma mensagem a Juliano na Grécia através de seus eunucos particulares	Assim que cheguei da Grécia, imediatamente, por meio de seu serviço de eunucos, Eusébia, de sagrada memória, expressou-me seus melhores sentimentos.
275 c-d	Eusébia	Eusébia enviava cartas a Juliano, mas ele tinha medo de responde-la. Juliano também deseja que Eusébia e Constâncio II tenham filhos	E então mais ou menos o que se segue aconteceu. Quando cheguei a Milão, morava em um subúrbio. Lá Eusébia frequentemente me enviava testemunhos de sua benevolência e me convidava a escrever-lhe com confiança sobre o que eu precisasse. Escrevi-lhe uma carta, mais que uma súplica, contendo estes votos: "Que você tenha filhos para serem seus sucessores, e que Deus lhe conceda o que deseja, se me mandar para casa o mais rápido possível!" Mas ele suspeitou que não era seguro enviar ao palácio uma carta endereçada à esposa do imperador; Implorei aos deuses durante a noite que me mostrassem se deveria enviar meu bilhete à imperatriz; Eles me ameaçaram, se eu a mandasse para a morte mais vergonhosa. Que o que estou escrevendo para você é a verdade, coloquei todos os deuses como testemunhas. Assim, por esse motivo, abster-me de enviar a carta e desde essa noite fui invadido por um raciocínio que, talvez, mereça ser ouvido também por vós: «Agora, dizia a mim próprio, pretendo opor-me aos deuses e penso que sobre mim mesmo posso deliberar melhor do que eles, que tudo sabem?
277c	Eusébia	Refere-se aos livros que	A guarda dos meus livros fora confiada, por serem os únicos que eu

		Eusébia havia dado a ele	tinha entre os meus numerosos camaradas e fiéis amigos, a um médico que, tendo passado despercebida a sua amizade, acompanhou-me na viagem.
--	--	--------------------------	---

II.1.3 Res Gestae de Amiano Marcelino

Tratando-se do gênero de histórias, dividimos o catálogo da obra de Amiano Marcelino por livro. Devemos, mais uma vez destacar que os primeiros treze livros da Res Gestae foram perdidos, restando apenas os volumes do XIV ao XXXI. Além disso, para esse catálogo selecionamos apenas os livros que mencionam as mulheres imperiais que estudamos: Constantina e Eusébia. Assim, nosso catálogo conta com passagens do livro XIV, XV, XVI, XVII e XXI.

Observação: os tradutores de nossa documentação, por vezes, se referem às mulheres imperiais como ‘rainha’, optamos por deixar essa tradução, apontando a qual mulher imperial Amiano Marcelino se refere.

Livro XIV

Localização	Mulher Imperial	Passagem
XIV.1.2	Constantina	A essa crueldade se somara, além disso, um duro incentivo, sua esposa, excessivamente orgulhosa de ser irmã de Augusto, e que seu pai, Constantino, havia casado anteriormente com Hanibaliano, filho de seu irmão. Esta era uma verdadeira mulher feita de Fúria, que continuamente inflamava a ira de seu marido, e que estava tão sedenta de sangue quanto ele. Ambos ganharam experiência ao longo do tempo na arte de causar danos e, valendo-se de capangas astutos, que espalhavam boatos e costumavam acrescentar falsidades ao que era descoberto, sempre atentos às notícias falsas que lhes agradavam, caluniavam inocentes com a desculpa de que cobiçavam o poder ou que usaram artes proibidas
XIV.1.3	Constantina	Juntamente com outras questões menores, podemos destacar - já que com ela sua violência ultrapassou os limites usuais dos crimes - a morte repentina e desastrosa de um certo nobre de Alexandria chamado

		Clemácio. E é que, segundo o que foi dito, sua sogra estava loucamente apaixonada por ele e, como não conseguiu seduzi-lo, entrou por uma porta falsa do palácio e, oferecendo um valioso colar à ‘rainha’ [Constantina], conseguiu mandá-la para Honorato, conde então no Oriente
XIV.1.8	Constantina	Além disso, crescia um interesse constante em acompanhar notícias desse tipo, principalmente devido aos esforços da rainha [Constantina], que estava acabando precipitadamente com a fortuna do marido, quando o que ela tinha a fazer era conduzi-lo pelo caminho da verdade e da humanidade, valendo-se da sutileza feminina e dando-lhe conselhos úteis, tal como comentamos ao tratar da história dos Górdios, a respeito da esposa do cruel imperador Maximino.
XIV.7.4	Constantina	Esse caráter doentio foi agravado ainda mais por uma mulher desprezível que, trazida ao palácio a seu próprio pedido, disse a ele que soldados desconhecidos haviam conspirado secretamente contra ele. Então Constantina, exultante, como se a vida do marido já estivesse a salvo, fez esta mulher sair pelos portões do palácio carregada de presentes e em uma carruagem, na tentativa de que demonstração incentivasse outros a expor tentativas semelhantes ou, inclusive, mais sérias.
XIV.9.3	Constantina	Assim, no dia marcado para o terrível interrogatório, o general da cavalaria sentou-se como se fosse um juiz, diante de pessoas que já sabiam de antemão o que ia acontecer, enquanto apareciam por toda parte notários que, em fuga, comunicavam a César o que foi perguntado ou quais foram as respostas. Mas, devido às cruéis ordens de César, que também teve o incentivo da ‘rainha’ (Constantina), já que ela ocasionalmente enfiava a cabeça pelas cortinas, os acusados não foram autorizados a esclarecer as calúnias, de modo que muitos deles morreram.
XIV.11.6	Constantina	Após esta convocação, tudo o que restava era que o César se pusesse em marcha rapidamente. Além disso, para afastar todas as suspeitas, Constâncio tentou, com muitos elogios fingidos, encorajar sua irmã, esposa de Galo, a ir vê-lo, dizendo que sentia falta dela há muito tempo. Embora tivesse algumas dúvidas e temesse as frequentes demonstrações de crueldade de Constâncio, esperando acalmá-lo, já que ele era seu irmão, ela partiu. Mas, ao chegar à Bitínia, onde pararam em um lugar chamado

		<i>Caenos Gallicanos</i>, ela morreu depois de ter uma febre repentina. Diante dessa morte, quando o marido percebeu que a garantia de sua proteção havia desaparecido, ele ficou angustiado sem saber o que fazer.
XIV.11.22	Constantina	Diante disso, Galo, completamente pálido, só pôde dizer que havia ordenado a execução de várias pessoas forçado por sua esposa Constantina, sem realmente saber que quando Alexandre o Grande foi incentivado por sua mãe a matar um inocente e, para conseguir seu propósito, ela repetiu várias vezes que durante a gravidez ela o havia carregado em seu ventre por nove meses, ele respondeu com prudência: “Pede-me outra graça, querida mãe, porque a vida de um homem não pode ser paga com qualquer recompensa”.

Livro XV

Localização	Mulher Imperial	Passagem
XV.2.8	Eusébia	Embora Juliano esclarecesse essas acusações e mostrasse que não havia feito nada sem que lhe fosse ordenado, ele teria sido morto por aquele grupo nefasto de bajuladores se não tivesse o encorajamento divino e o favor da imperatriz Eusébia, por cuja ajuda foi conduzido a cidade de Como, perto de Milão, e depois de passar algum tempo lá, pôde viajar para Grécia para enriquecer seu espírito, que era seu desejo mais ardente.
XVI, 8, 3	Eusébia	Só a Imperatriz enfrentou essa resistência obstinada, seja porque temia os perigos de uma viagem a lugares distantes, seja porque, por sua inata prudência, desejava o bem geral e dizia que os parentes deveriam vir antes de todos. Depois de muitos desvios e vãs deliberações, Constâncio II tomou uma decisão firme e, evitando disputas inúteis, decidiu dividir o Império com Juliano.
XVI, 10.18	Eusébia e Helena	Enquanto isso, Helena, irmã de Constâncio e esposa do César Juliano, foi levada à Roma por um convite aparentemente amigável, de acordo com um plano traçado pela Imperatriz Eusébia, estéril ao longo da vida, que a convenceu a beber um veneno preparado de má-fé para que, então, quando ela engravidasse, perdesse o filho

XVI, 10.19	Eusébia e Helena	Anteriormente, na Gália, depois de levar em seu ventre um filho homem, ela [Helena] também o perdeu por causa de uma intriga, já que a parteira, em troca de uma recompensa, o matou depois que ele nasceu, cortando o cordão umbilical mais do que o conveniente. Eles foram tão longe e tão conscienciosos foram os esforços feitos para que este homem tão valoroso [Juliano] não tivesse descendência
XVI, 11,13	Eusébia e Constâncio II	No entanto, os rumores diziam insistentemente que Juliano havia sido escolhido não para acalmar os tumultos na Gália, mas para que morresse nessas terríveis batalhas, pois então ele ainda era considerado inexperiente e incapaz de suportar até mesmo o som de armas.

Livro XVII

Localização	Mulher Imperial	Passagem
XVII, 7,6	Eusébia	Muitos foram mortos em um só tremor pouco antes disso, depois o massacre com montanhas de cadáveres. Alguns permaneceram ilesos sobre os telhados de casas ou ao redor, quase desfalecidos pela angústia e pela fome. Entre estes, podemos citar Aristeneto, ao assumir o cargo de vicário da recente diocese, criada por Constâncio II, em memória de sua esposa, Eusébia, denominada <i>Pietas</i> . Aristeneto morreu nesta catástrofe, depois de um longo sofrimento

Livro XVIII

Localização	Mulher Imperial	Passagem
XVIII, 3, 2	Eusébia	Barbácio tinha uma esposa chamada Assíria, nada discreta ou prudente, que, quando o marido saiu em uma expedição, terrivelmente perturbada pelo medo e pela lembrança do que lhe fora anunciado, levada pela vaidade feminina, chamou uma escrava que conhecia perfeitamente as letras a quem recebeu da herança de Silvano. Mais tarde, escreveu a Barbácio de forma totalmente inadequada, implorando-lhe com lamentáveis queixas de que, após a morte certa de Constâncio II, quando fosse elevado à dignidade imperial, como esperava, não a rejeitasse para se casar

		com Eusébia, agora Imperatriz e mulher que se destacava entre os outras pela beleza de seu corpo.
XVIII, 3, 3	Eusébia	Quando todos os que haviam embarcado na expedição voltaram, uma vez que a carta foi enviada com o maior sigilo possível, a escrava que a havia escrito por indicação de sua senhora escapou no primeiro sono da noite, levando uma cópia para Arbício e, após ser saudada com grande expectativa, entregou-lhe a nota.
XVIII, 3, 4	Eusébia	Como Arbício estava muito aberto a denúncias, confiando nas provas, entregou-as ao Imperador que, segundo o costume, investigou sem demora nem descanso. E quando Barbácio confessou ter recebido a carta, ele e sua esposa, acusada de tê-la escrito em razão de claras evidências, morreram com a garganta cortada.

Livro XXI

Localização	Mulher Imperial	Passagem
XXI. 6,4	Eusébia	Ao mesmo tempo, elegeu como esposa Faustina, pois fazia tempo que tinha perdido Eusébia, irmã dos cônsules Eusébio e Hipácio, uma mulher que se sobressaia por sua beleza e sua educação, muito humana apesar de sua posição elevada e, graças aos seus favores, como já mencionamos, Juliano foi livrado de uma situação perigosa e declarado César.
XXI. 1,5	Helena (esposa de Juliano) e Constantina	Enquanto os jogos aconteciam, ele enviou os restos mortais de sua falecida esposa Helena para Roma para ser enterrado em uma vila na Via Nomentana, onde Constantina, sua irmã e ex-mulher de Galos, também foi enterrada.

II. 4 História eclesiástica de Filostórgio

Diferentemente do catálogo que fizemos para a Res Gestae de Amiano Marcelino, cujo número de citações era bem maior, o catálogo de Filostórgio não foi separado por livros. Dividimos o catálogo da obra de Filostórgio em duas partes: na primeira, colocaremos as citações referentes aos livros e capítulos (Ex: III, 22), e na segunda, as citações dos apêndices (Ex: Ap. 11).

Localização	Mulher Imperial	Passagem
Filost. III, 22.	Constantina	Constante, diz ele, perdeu a vida durante a usurpação de Magnêncio por causa de seu zelo por Atanásio. Quando ele morreu, Constâncio estava em Edessa na Mesopotâmia (onde a guerra persa exigia sua presença), então sua irmã mais velha Constância [Constantina] (a viúva de Hannibalianus), temendo que o usurpador Magnêncio pudesse assumir tudo, nomeou Vetrânio, um dos generais, como César. Ela foi considerada como tendo o poder de fazer isso porque o pai de todos eles, enquanto ainda vivo, a coroara com um diadema e a nomeara Augusta. Quando Constâncio soube disso, ele imediatamente enviou um diadema a Vetrânio e confirmou sua posição imperial. Então ele partiu para o oeste em ordem de batalha contra Magnêncio, pretendendo aliar-se a Vetrânio, mas como este mostrou sinais de rebelião, ele capturou Vetrânio e despojou-o do manto imperial. Ele não lhe fez outro mal e até o convidou a partilhar a sua mesa e depois o enviou a Prusa, na Bitúnia, ordenando que fosse provido em magnífica abundância e cuidando para que não lhe faltasse nada que pudesse contribuir para o bem-estar de alguém na vida privada.
Philost. III 28	Constantina	A coragem de Galo lhe valeu a mais alta distinção no conflito com os persas, aqueles que se deliciam em fazer acusações inflamaram o ciúme do imperador, e quando a guerra persa foi encerrada pela bravura do César, Constâncio enviou Domiciano, que era chamado um prefeito pretoriano, encarregando-o de impedir as excursões secretas de Galo de Antioquia; pretendia assim diminuir sua reputação de coragem e preocupação cívica. Domiciano, porém, não cumpriu com moderação nenhuma de suas ordens, exibiu arrogância de atitude e ação, e quando chegou a Antioquia, onde Galo estava hospedado, não se dignou a visitá-lo. Por essa razão, e por outras causas contribuintes, ele planejava condenar o insolente à morte, e convocou Moncio para secundar sua decisão. Mas ele com suprema arrogância respondeu: “Você não tem autoridade nem mesmo para nomear um controlador! Como você pode matar um prefeito pretoriano?” Em que a esposa de Galos Constantia [Constantina], furiosa com o desprezo assim demonstrado a Galo, que era César e marido de uma Augusta (ela havia recebido este título de seu pai), ela mesma puxou Moncio para os homens de armas e o entregou, de modo que o levaram pelo

		caminho mais rápido a Domeciano, a quem arrastaram de seu trono, e, amarrando cordas aos pés de ambos, mataram aqueles homens maus. Isso foi feito rapidamente e com a aprovação de Galo.
Philost IV. 1 e 1a	Constantina	Quando Constâncio soube o que havia acontecido com Mêncio e Domeciano, ficou furioso e mandou chamar Galo. Galo percebeu que a convocação não era um bom sinal, mas, temendo que recusá-la significasse guerra, obedeceu à ordem. Constancia partiu antes dele, pois estava ansiosa para encontrar seu irmão primeiro e interceder com ele por seu marido. Mas quando ela chegou à Bitúnia, a morte pôs fim tanto à sua jornada quanto à sua vida. Por isso, Galos ficou ainda mais amedrontado, mas não alterou sua decisão inicial. Theófilo, o índio, partiu com ele. Mas quando ele chegou a Noricum, Barbácio, um homem com o posto de general, foi enviado de Milão, onde Constâncio estava hospedado, com o objetivo de despojar Galo da púrpura e bani-lo para uma das ilhas da Dalmácia.
Philost. IV, 1a [AP 14].	Constantina	Constâncio soube muito rapidamente sobre o que havia acontecido, então convocou a presença Galo. Ele, percebendo que a convocação não era um bom presságio, mas refletindo ainda que, se não estivesse disposto a obedecer, teria que pegar em armas e ir imediatamente à guerra contra Constâncio, escolheu antes o caminho da paz. E mandando a mulher à frente para amolecer Constâncio, partiu sozinho para enfrentar o perigo. Constância, então, partiu antes dele, pois estava ansiosa para encontrar primeiro seu irmão e interceder junto a ele para que seu marido não o tratasse com severidade. Viajando com grande pressa, no entanto, ela adoeceu no caminho e, chegando à Bitúnia, morreu ali em uma estação intermediária chamada Gallicanum. Galo, por sua vez, interpretou essa outra reviravolta inesperada como um grande golpe para ele, mas continuou sem alterar seus planos. Mas quando ele chegou a uma cidade de Noricum chamada Poetovio, o general Barbácio foi enviado para lá de Milão, onde Constâncio estava hospedado na época. Ele tirou a púrpura de Galo, reduziu-o à condição de privado e o baniu para uma ilha da Dalmácia.
Philost. IV.7	Eusébia	Ele diz que a esposa de Constâncio estava sujeita a acessos de histeria e, como ele era tão profundamente devotado a ela, foi forçado a chamar Teófilo do exílio, pois este último tinha a reputação

		de curar doenças pelo poder divino. Ao chegar, pediu perdão pelos pecados que havia cometido contra ele e suplicou-lhe que curasse sua esposa. Ele também não falhou em seu pedido, assim diz nosso autor. Pois Teófilo impôs suas mãos propiciatórias sobre a mulher e removeu a doença dela.
Philost. VII. 6a	Eusébia	Certa vez, quando um concílio estava sendo realizado e Eusébia, a esposa de Constâncio, estava se exibindo e recebendo a reverência dos bispos, só ele [Leôncio, bispo de Trípoli] fez pouco dela e ficou em casa. Ela ficou irritada com isso e ficou com raiva, e enviou uma mensagem para ele a reclamar e convencê-lo com promessas, dizendo: “Eu construirei uma grande igreja para você e a mobiliarei generosamente se você me visitar”. Mas ele respondeu: “Se você decidir fazer algo assim, sua majestade, então perceba que você estaria beneficiando sua própria alma não menos do que eu. Mas se você desejasse receber uma visita de uma maneira que mantivesse o respeito devido aos bispos, então, quando eu entrasse, você desceria imediatamente de seu alto trono, andaria ao meu encontro respeitosamente, inclinaria sua cabeça para minhas mãos e peça minhas bênçãos. Então eu mesmo estaria novamente sentado enquanto você permanecia em pé por respeito; você se sentaria quando eu pedisse, dando o sinal. Se você concordasse com isso, eu lhe faria uma visita. Caso contrário, você não poderia dar tantos ou tão grandes dons que transgrediríamos a sagrada lei do sacerdócio, renunciando à honra devida aos bispos”. Ao receber essa resposta, Eusébia ficou furiosa e considerou insuportável que Leôncio a tratasse dessa forma. Totalmente sob o domínio da raiva, seu temperamento feminino e espírito impulsivo deram vazão a um fluxo contínuo de ameaças e, relatando ao marido o que havia acontecido, ela o instou a exigir punição por isso. Mas ele, por sua vez, elogiou a liberdade de atitude que Leôncio havia demonstrado, acalmou a raiva de sua esposa e a mandou de volta para os aposentos das mulheres.

Apêndices

Localização	Mulher Imperial	Passagem
-------------	-----------------	----------

Ap. 7,6	Constantina	O Augusto Constâncio partiu para a guerra contra Magnêncio, mas antes que ele chegasse, Constância, a irmã de Constâncio, investiu Vetrânio em 1º de março com a púrpura e com posição imperial em Naissus, na Itália, e levantou aquele homem reverenciado para desafiar Magnêncio na batalha. Depois, quando Constâncio chegou às regiões onde a guerra estava sendo travada na Itália, ele recebeu Vetrânio com grande honra; então ele montou um palanque no alto da planície e, na presença do exército e com Vetrânio também ao seu lado, fez um discurso no qual disse que era apropriado para o reino que o poder fosse exercido pelo mesmo homem que havia recebido dos imperadores que eram seus antepassados e que também beneficiava o estado ter assuntos públicos administrados adequadamente por uma autoridade e assim por diante.
Ap. 7, 24f [Teófanos 67B].	Constantina	O senado em Roma investiu Nepociano e o soltou contra Magnêncio. Ele conheceu Magnêncio em Roma e foi morto por ele após governar por três meses. Mas antes que o imperador partisse para Roma, Constância [Constantina], também chamada Helena, a irmã de Constâncio, proclamou o venerado homem Vetrânio imperador e o levantou para desafiar Magnêncio na batalha. Constâncio, porém, tendo chegado a Roma e recebido Vetrânio com grande honra... [68B] Enquanto ele estava em Roma, ele foi ao <i>Campus Tribunalis</i> e, de pé acima com o exército e Vetrânio com ele, fez um discurso em que ele persuadiu o povo de que era apropriado que o poder do reino fosse mantido pelo homem que o havia recebido dos imperadores que eram seus antepassados e que também beneficiava o estado ter assuntos públicos administrados por uma autoridade e assim por diante nessa veia.
Ap. 7, 28a [Teófanos 68B–69B].	Eusébia	Constâncio voltou a Bizâncio e, a pedido de sua própria esposa, Eusébia, tirou o irmão de Galo, Juliano, da custódia, nomeou-o César e o enviou para a Gália, tendo se casado com ele em casamento com sua própria irmã Helena, de sobrenome Constância.
Ap. 11-12	Constantina	Tomando conhecimento disso pelas cartas de sua irmã, Constâncio deixou o leste, veio para o oeste, engajou na batalha contra ambos [Vetrânio e Magnêncio] e venceu decisivamente, Vetrânio tendo ido para o seu lado. Foi quando o sinal da cruz, tão enorme em tamanho e terrivelmente sagrado na aparência que ofuscou a luz do dia com seus raios

		deslumbrantes, apareceu em Jerusalém, particularmente, por volta da terceira hora do dia, na comemoração chamada Pentecostes. Estendia-se do lugar chamado Calvário até o Monte das Oliveiras, de onde o Salvador foi levado. Constâncio, então, possuía todo o reino, o único dos filhos de Constantino, o Grande, que restou. Contemplando a grandeza do reino, sentiu-se tonto, pois era apenas humano e não tinha ninguém de sua família para apoiá-lo (não tinha filhos, e nenhum de seus irmãos sobrevivera), e temia que algum outro usurpador pode se levantar contra seu governo. Por isso, pensou em tomar um de seus parentes como partilhante e apoiador de seu reino. E foi isso que ele fez, nomeando Galo, irmão de Juliano, como César. Galo era seu primo por parte de pai, já que [Júlio] Constâncio, pai de Galo e Juliano, era irmão de Constantino, o Grande. Ele o nomeou para este posto em Sirmium, dando-lhe como esposa sua própria irmã Constancia [Constantina] como garantia de sua fidelidade e confiabilidade e designando-lhe funcionários que ele próprio nomeou (ele não o deixou fazer as nomeações ele mesmo, César como ele era); eles eram Talássio, a quem ele enviou como prefeito pretoriano, e Mônica, que estava encarregado dos negócios oficiais com o título de questor, como esses homens costumam ser chamados; ele também o elevou ao posto de patrício.
--	--	---